

PREGÃO ELETRÔNICO FMS Nº 421/2023 - 9900020537/2023

Torna-se público que a Fundação Municipal de Saúde de Niterói, realizará licitação, por meio da Comissão Permanente de Pregão, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento menor preço global, sob a forma de execução indireta, no regime de empreitada por preço unitário nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto 9.507, de 21 de setembro de 2018, do Decreto Municipal n. 9.642/2005, de 31 de agosto de 2005, do Decreto Municipal nº 11.117/2012, Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e suas atualizações, a Instrução Normativa SEGES/MPDG n. 03/2018, aplicando-se subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993 e Lei Municipal 2.849/2011, e as exigências estabelecidas neste Edital.

DATA DA LICITAÇÃO: 20/07/2023

HORÁRIO: 10 HORAS

LOCAL: Portal de Compras do Governo Federal – www.comprasgovernamentais.gov.br

EMAIL: comissaocpssaude@gmail.com

1. DO OBJETO

1.1 O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NAS UNIDADES QUE COMPÕEM A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI (FMS), INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAIS**, conforme as especificações constantes no ANEXO I (Termo de Referência).

1.2 A licitação será realizada em único item.

1.3 O critério de julgamento adotado será o menor preço global, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

1.4 A licitação será realizada de acordo com as regras específicas para o regime de execução de empreitada por preço unitário.

2 DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

2.1 As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento da Fundação Municipal de Saúde para o exercício de 2023, na classificação abaixo:

FUNTE: 1.704.00

PROGRAMA DE TRABALHO: 2543.10.122.0145.6272

NATUREZA DA DESPESA: 33.90.39

2.2 As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

3 DO CREDENCIAMENTO

3.1 O Credenciamento é o nível básico do registro cadastral no SICAF, que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

3.2 O cadastro no SICAF deverá ser feito no Portal de Compras do Governo Federal, no sítio www.comprasgovernamentais.gov.br, por meio de certificado digital conferido pela Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira – ICP - Brasil..

3.3 O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão.

3.4 O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluída a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

3.5 É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

3.5.1 A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação

4 DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO

4.1 Poderão participar deste Pregão interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estejam com Credenciamento regular no Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores – SICAF, conforme disposto no art. 9º da IN SEGES/MP nº 3, de 2018.

4.1.1 Os licitantes deverão utilizar o certificado digital para acesso ao Sistema.

4.1.2 Será concedido tratamento favorecido para as microempresas e empresas de pequeno porte, para as sociedades cooperativas mencionadas no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, para o agricultor familiar, o produtor rural pessoa física e para o microempreendedor individual - MEI, nos limites previstos da Lei Complementar nº 123, de 2006.

4.2 Não poderão participar desta licitação os interessados:

4.2.1 proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

4.2.2 que não atendam às condições deste Edital e seu(s) anexo(s);

4.2.3 estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

4.2.4 que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º da Lei nº 8.666, de 1993;

4.2.5 que estejam sob falência, concurso de credores, concordata ou em processo de dissolução ou liquidação;

4.2.6 Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº 746/2014-TCU-Plenário).

4.2.7 sociedades cooperativas, considerando a vedação contida no art. 10 da Instrução Normativa SEGES/MP nº 5, de 2017, bem como o disposto no Termo de Conciliação firmado entre o Ministério Público do Trabalho e a AGU.

4.3 Nos termos do art. 5º do Decreto nº 9.507, de 2018, é vedada a contratação de pessoa jurídica na qual haja administrador ou sócio com poder de direção, familiar de:

a) detentor de cargo em comissão ou função de confiança que atue na área responsável pela demanda ou contratação; ou

b) de autoridade hierarquicamente superior no âmbito do órgão contratante.

4.3.1 Para os fins do disposto neste item, considera-se familiar o cônjuge, o companheiro ou o parente em linha reta ou colateral, por consanguinidade ou afinidade, até o terceiro grau (Súmula Vinculante/STF nº 13, art. 5º, inciso V, da Lei nº 12.813, de 16 de maio de 2013 e art. 2º, inciso III, do Decreto nº 7.203, de 04 de junho de 2010);

4.4 Nos termos do art. 7º do Decreto nº 7.203, de 2010, é vedada, ainda, a utilização, na execução dos serviços contratados, de empregado da futura Contratada que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança neste órgão contratante.

4.5 Como condição para participação no Pregão, o licitante assinalará “sim” ou “não” em campo próprio do sistema eletrônico, relativo às seguintes declarações:

4.5.1 que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49.

4.5.1.1 nos itens exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame;

4.5.1.2 nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

4.5.2 que está ciente e concorda com as condições contidas no Edital e seus anexos;

4.5.3 que cumpre os requisitos para a habilitação definidos no Edital e que a proposta apresentada está em conformidade com as exigências editalícias;

4.5.4 que inexistem fatos impeditivos para sua habilitação no certame, ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores;

4.5.5 que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

4.5.6 que a proposta foi elaborada de forma independente;

4.5.7 que não possui, em sua cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inciso III do art. 5º da Constituição Federal;

4.5.8 que os serviços são prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

4.6 A declaração falsa relativa ao cumprimento de qualquer condição sujeitará o licitante às sanções previstas em lei e neste Edital.

5 DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

5.1 Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema, concomitantemente com os documentos de habilitação exigidos no edital, proposta com a descrição do objeto ofertado e o preço, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

5.2 O envio da proposta, acompanhada dos documentos de habilitação exigidos neste Edital, ocorrerá por meio de chave de acesso e senha.

5.3 Os licitantes poderão deixar de apresentar os documentos de habilitação que constem do SICAF, assegurado aos demais licitantes o direito de acesso aos dados constantes dos sistemas.

5.4 As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte deverão encaminhar a documentação de habilitação, ainda que haja alguma restrição de regularidade fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, § 1º da LC nº 123, de 2006.

5.5 Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

5.6 Até a abertura da sessão pública, os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

5.7 Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

5.8 Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

6 DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA

6.1 O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

6.1.2 Valor unitário e total de cada item;

6.1.2 Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

6.2 Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

6.3 Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme anexo deste Edital;

6.3.1 A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do §1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

6.3.2 Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 65 da Lei n. 8.666/93 e nos termos do art. 63, §2º da IN SEGES/MPDG n.5/2017.

6.3 A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

6.4.1 cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

6.4.2 cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

6.5 Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

6.6 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

6.7 A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos, bem como de fornecer os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, em quantidades e qualidades adequadas à perfeita execução contratual, promovendo, quando requerido, sua substituição.

6.8 Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

6.9 O prazo de validade da proposta não será inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

6.10 Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas federais, quando participarem de licitações públicas.

6.10.1 O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelo Tribunal de Contas da União e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

6.11 Qualquer divergência observada entre o descritivo do item no Sistema Portal de Compras do Governo – COMPRASNET e o descritivo no Termo de Referência – TR, prevalecerá o constante no TR.

7 DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS E FORMULAÇÃO DE LANCES

7.1 A abertura da presente licitação dar-se-á em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

7.2 O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis ou não apresentem as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência.

7.2.1 Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

7.2.2 A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

7.2.3 A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

7.3 O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

7.4 O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

7.5 Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

7.5.1 O lance deverá ser ofertado pelo menor preço global.

7.6 Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

7.7 O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.

7.8 O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta deverá ser de R\$ 10.000,00.

7.9 Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa “aberto”, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

7.10 A etapa de lances da sessão pública terá duração de dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.11 A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o item anterior, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

7.12 Não havendo novos lances na forma estabelecida nos itens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente.

7.13 Encerrada a fase competitiva sem que haja a prorrogação automática pelo sistema, poderá o pregoeiro, assessorado pela equipe de apoio, justificadamente, admitir o reinício da sessão pública de lances, em prol da consecução do melhor preço.

7.14 Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

7.15 Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

7.16 No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

7.17 Quando a desconexão do sistema eletrônico para o pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

7.18 O Critério de julgamento adotado será o menor preço global, conforme definido neste Edital e seus anexos.

7.19 Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

7.20 Em relação a itens não exclusivos para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, uma vez encerrada a etapa de lances, será efetivada a verificação automática, junto à Receita Federal, do porte da entidade empresarial. O sistema identificará em coluna própria as microempresas e empresas de pequeno porte participantes, procedendo à comparação com os valores da primeira colocada, se esta for empresa de maior porte, assim como das demais classificadas, para o fim de aplicar-se o disposto nos arts. 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, regulamentada pelo Decreto nº 8.538, de 2015 e pela Lei Municipal nº 2849, de 2011

7.21 Nessas condições, as propostas de microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrarem na faixa de até 5% (cinco por cento) acima da melhor proposta ou melhor lance serão consideradas empatadas com a primeira colocada.

7.22 A melhor classificada nos termos do item anterior terá o direito de encaminhar uma última oferta para desempate, obrigatoriamente em valor inferior ao da primeira colocada, no prazo de 5 (cinco) minutos controlados pelo sistema, contados após a comunicação automática para tanto.

7.23 Caso a microempresa ou a empresa de pequeno porte melhor classificada desista ou não se manifeste no prazo estabelecido, serão convocadas as demais licitantes microempresa e empresa de pequeno porte que se encontrem naquele intervalo de 5% (cinco por cento), na ordem de classificação, para o exercício do mesmo direito, no prazo estabelecido no subitem anterior.

7.24 No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos subitens anteriores, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.

7.25 Só poderá haver empate entre propostas iguais (não seguidas de lances), ou entre lances finais da fase fechada do modo de disputa aberto e fechado.

7.26 Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 3º, § 2º, da Lei nº 8.666, de 1993, assegurando-se a preferência, sucessivamente, aos serviços:

7.26.1 prestados por empresas brasileiras;

7.26.2 prestados por empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;

7.26.3 prestados por empresas que comprovem cumprimento de reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social e que atendam às regras de acessibilidade previstas na legislação.

7.27 Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.

7.28 Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o pregoeiro deverá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta ao licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste Edital.

7.28.2 A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.

7.28.2 O pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 2 horas, envie a proposta adequada ao último lance ofertado após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.

7.28.3 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

7.29 Após a negociação do preço, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

8. DA ACEITABILIDADE DA PROPOSTA VENCEDORA

8.1 Encerrada a etapa de negociação, o pregoeiro examinará a proposta classificada em primeiro lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, observado o disposto no parágrafo único do art. 7º e no § 9º do art. 26 do Decreto n.º 10.024/2019.

8.2 A proposta a ser encaminhada deverá conter:

8.2.1 Prazo de validade da proposta não inferior a 60 (sessenta) dias, a contar da data de abertura do certame.

8.2.2 Especificações do objeto de forma clara, observadas as especificações constantes dos projetos elaborados pela Administração;

8.2.3 Preços unitários e valor global da proposta, em algarismo, expresso em moeda corrente nacional (real), de acordo com os preços praticados no mercado, considerando o modelo de Planilha Orçamentária anexo ao Edital;

8.2.3.1 Na composição dos preços unitários o licitante deverá apresentar discriminadamente as parcelas relativas à mão de obra, materiais, equipamentos e serviços;

8.2.3.2 Nos preços cotados deverão estar incluídos todos os insumos que os compõem, tais como despesas com impostos, taxas, fretes, seguros e quaisquer outros que incidam na contratação do objeto;

8.2.3.3 Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida;

8.2.3.4 Não se admitirá, na proposta de preços, custos identificados mediante o uso da expressão “verba” ou de unidades genéricas.

8.2.4 Cronograma físico-financeiro, conforme modelo Anexo ao Edital;

8.2.4.1 O cronograma físico-financeiro proposto pelo licitante deverá observar o cronograma de desembolso máximo por período constante do Termo de referência, bem como indicar os serviços pertencentes ao caminho crítico da obra.

8.2.5 Benefícios e Despesas Indiretas - BDI, detalhando todos os seus componentes, inclusive em forma percentual, conforme modelo anexo ao Edital;

8.2.5.1 Os custos relativos a administração local, mobilização e desmobilização e instalação de canteiro e acampamento, bem como quaisquer outros itens que possam ser apropriados como custo direto da obra, não poderão ser incluídos na composição do BDI, devendo ser cotados na planilha orçamentária.

8.2.5.2 As alíquotas de tributos cotadas pelo licitante não podem ser superiores aos limites estabelecidos na legislação tributária;

8.2.5.3 Os tributos considerados de natureza direta e personalística, como o Imposto de Renda de Pessoa Jurídica - IRPJ e a Contribuição Sobre o Lucro Líquido - CSLL, não deverão ser incluídos no BDI;

8.2.5.4 As licitantes sujeitas ao regime de tributação de incidência não-cumulativa de PIS e COFINS devem apresentar demonstrativo de apuração de contribuições sociais comprovando que os percentuais dos referidos tributos adotados na taxa de BDI correspondem à média dos percentuais efetivos recolhidos em virtude do direito de compensação dos créditos previstos no

art. 3º das Leis 10.637/2002 e 10.833/2003, de forma a garantir que os preços contratados pela Administração Pública reflitam os benefícios tributários concedidos pela legislação tributária.

8.2.5.5 As empresas optantes pelo Simples Nacional deverão apresentar os percentuais de ISS, PIS e COFINS, discriminados na composição do BDI, compatíveis com as alíquotas a que estão obrigadas a recolher, conforme previsão contida na Lei Complementar 123/2006.

8.2.5.6 A composição de encargos sociais das empresas optantes pelo Simples Nacional não poderá incluir os gastos relativos às contribuições que estão dispensadas de recolhimento, conforme dispõe o art. 13, § 3º, da referida Lei Complementar;

8.2.5.7 Quanto aos custos indiretos incidentes sobre as parcelas relativas ao fornecimento de materiais e equipamentos, o licitante deverá apresentar um percentual reduzido de BDI, compatível com a natureza do objeto, conforme modelo anexo ao Edital;

8.2.5.8 será adotado o pagamento proporcional dos valores pertinentes à administração local relativamente ao andamento físico do objeto contratual, nos termos definidos no Termo de Referência e no respectivo cronograma.

8.3 Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação escrita do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

8.4 Será desclassificada a proposta ou o lance vencedor, nos termos do item 9.1 do Anexo VII-A da In SEGES/MP n. 5/2017, que:

8.4.1 não estiver em conformidade com os requisitos estabelecidos neste edital;

8.4.2 contenha vício insanável ou ilegalidade;

8.4.3 não apresente as especificações técnicas exigidas no Termo de Referência e/ou anexos;

8.4.4 Apresentar, na composição de seus preços:

8.4.4.1 taxa de Encargos Sociais ou taxa de B.D.I. inverossímil;

8.4.4.2 custo de insumos em desacordo com os preços de mercado;

8.4.4.3 quantitativos de mão-de-obra, materiais ou equipamentos insuficientes para compor a unidade dos serviços.

8.4.5 apresentar preço final superior ao preço máximo fixado (Acórdão nº 1455/2018 -TCU - Plenário) ou desconto menor do que o mínimo exigido, tanto em custos unitários como no valor global, ou que apresentar preço manifestamente inexequível;

8.5 Caso o Regime de Execução seja o de empreitada por preço global ou empreitada integral, será desclassificada a proposta ou lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, salvo se o preço de cada uma das etapas previstas no cronograma físico-financeiro não superar os valores de referência discriminados nos projetos anexos a este edital.

8.6 Ainda nessa hipótese, de o regime de execução ser o de empreitada por preço global ou empreitada integral, a participação na presente licitação implica a concordância do licitante com a adequação de todos os projetos anexos a este edital, de modo que eventuais alegações de falhas ou omissões em qualquer das peças, orçamentos, plantas, especificações, memoriais e estudos técnicos preliminares dos projetos não poderão ultrapassar, no seu conjunto, a dez por cento do valor total do futuro contrato, nos termos do art. 13, II do Decreto n. 7.983/2013.

8.7 Caso o Regime de Execução seja o de empreitada por preço unitário, será desclassificada a proposta ou o lance vencedor nos quais se verifique que qualquer um dos seus custos unitários supera o correspondente custo unitário de referência fixado pela Administração, em conformidade com os projetos anexos a este edital.

8.8 Quando o licitante não conseguir comprovar que possui ou possuirá recursos suficientes para executar a contento o objeto, será considerada inexequível a proposta de preços ou menor lance que:

8.8.1 for insuficiente para a cobertura dos custos da contratação, apresente preços unitários simbólicos, irrisórios ou de valor zero, incompatíveis com os preços dos insumos e salários de mercado, acrescidos dos respectivos encargos, ainda que o ato convocatório da licitação não tenha estabelecido limites mínimos, exceto quando se referirem a materiais e instalações de propriedade do próprio licitante, para os quais ele renuncie a parcela ou à totalidade da remuneração.

8.8.2 apresentar um ou mais valores da planilha de custo que sejam inferiores àqueles fixados em instrumentos de caráter normativo obrigatório, tais como leis, medidas provisórias e convenções coletivas de trabalho vigentes.

8.9 O exame da inexequibilidade observará a fórmula prevista no art. 48, §§ 1º e 2º, da Lei nº 8.666, de 1993.

8.9.1 Se houver indícios de inexequibilidade da proposta de preço, ou em caso da necessidade de esclarecimentos complementares, poderão ser efetuadas diligências, na forma do § 3º do artigo 43 da Lei nº 8.666, de 1993 e a exemplo das enumeradas no item 9.4 do Anexo VII-A da IN SEGES/MP N. 5, de 2017, para que a empresa comprove a exequibilidade da proposta.

8.9.2 Quando o licitante apresentar preço final inferior a 30% (trinta por cento) da média dos preços ofertados para o mesmo item, não sendo possível a sua imediata desclassificação por inexequibilidade, será obrigatória a realização de diligências para o exame da proposta.

8.10 Qualquer interessado poderá requerer que se realizem diligências para aferir a exequibilidade e a legalidade das propostas, devendo apresentar as provas ou os indícios que fundamentam a suspeita.

8.10.1 Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com, no mínimo, vinte e quatro horas de antecedência, e a ocorrência será registrada em ata

8.11 O Pregoeiro poderá convocar o licitante para enviar documento digital complementar, por meio de funcionalidade disponível no sistema, no prazo de 2 (duas) horas, sob pena de não aceitação da proposta.

8.11.1 É facultado ao pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

8.12 Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro, desde que não haja majoração do preço.

8.12.1 O ajuste de que trata este dispositivo se limita a sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas;

8.12.2 Considera-se erro no preenchimento da planilha passível de correção a indicação de recolhimento de impostos e contribuições na forma do Simples Nacional, quando não cabível esse regime.

8.13 Se a proposta ou lance vencedor for desclassificado, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, e, assim sucessivamente, na ordem de classificação.

8.14 Havendo necessidade, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para sua continuidade.

8.15 Nos itens não exclusivos para a participação de microempresas e empresas de pequeno porte, sempre que a proposta não for aceita, e antes de o Pregoeiro passar à subsequente, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida, se for o caso.

8.16 Encerrada a análise quanto à aceitação da proposta, o pregoeiro verificará a habilitação do licitante, observado o disposto neste Edital.

9 DA HABILITAÇÃO

9.1 Como condição prévia ao exame da documentação de habilitação do licitante detentor da proposta classificada em primeiro lugar, o Pregoeiro verificará o eventual descumprimento das condições de participação, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

a) SICAF;

b) Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (www.portaldatransparencia.gov.br/ceis);

c) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União - TCU;

9.1.1 Para a consulta de licitantes pessoa jurídica poderá haver a substituição das consultas das alíneas “b”, “c” e “d” acima pela Consulta Consolidada de Pessoa Jurídica do TCU (<https://certidoesapf.apps.tcu.gov.br/>)

9.1.2 A consulta aos cadastros será realizada em nome da empresa licitante e também de seu sócio majoritário, por força do artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992, que prevê, dentre as sanções impostas ao responsável pela prática de ato de improbidade administrativa, a proibição de contratar com o Poder Público, inclusive por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário.

9.1.2.1 Caso conste na Consulta de Situação do Fornecedor a existência de Ocorrências Impeditivas Indiretas, o gestor diligenciará para verificar se houve fraude por parte das empresas apontadas no Relatório de Ocorrências Impeditivas Indiretas.

9.1.2.1.1 A tentativa de burla será verificada por meio dos vínculos societários, linhas de fornecimento similares, dentre outros.

9.1.2.1.2 O licitante será convocado para manifestação previamente à sua desclassificação.

9.1.3 Constatada a existência de sanção, o Pregoeiro reputará o licitante inabilitado, por falta de condição de participação.

9.1.4 No caso de inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos arts. 44 e 45 da Lei Complementar nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.2 Caso atendidas as condições de participação, a habilitação dos licitantes será verificada por meio do SICAF, nos documentos por ele abrangidos em relação à habilitação jurídica, à regularidade fiscal e trabalhista, à qualificação econômica financeira e habilitação técnica, conforme o disposto na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018.

9.2.1 O interessado, para efeitos de habilitação prevista na Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 2018 mediante utilização do sistema, deverá atender às condições exigidas no cadastramento no SICAF até o terceiro dia útil anterior à data prevista para recebimento das propostas;

9.2.2 É dever do licitante atualizar previamente as comprovações constantes do SICAF para que estejam vigentes na data da abertura da sessão pública, ou encaminhar, em conjunto com a apresentação da proposta, a respectiva documentação atualizada.

9.2.3 O descumprimento do subitem acima implicará a inabilitação do licitante, exceto se a consulta aos sítios eletrônicos oficiais emissores de certidões feita pelo Pregoeiro lograr êxito em encontrar a(s) certidão(ões) válida(s), conforme art. 43, §3º, do Decreto 10.024, de 2019.

9.3 Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via sistema, no prazo de, 2 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

9.4 Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

9.5 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.6 Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.6.1 Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

9.7 Ressalvado o disposto no item 5.3, os licitantes deverão encaminhar, nos termos deste Edital, a documentação relacionada nos itens a seguir, para fins de habilitação:

9.8 HABILITAÇÃO JURÍDICA:

9.8.1 No caso de empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8.2 No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

9.8.3 Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

9.8.4 No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

9.8.5 Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no País

9.8.6 Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva;

9.9 REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

9.9.1 Para fins de comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas (CPF) ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ);
- b) prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- c) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Federal, Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, que será realizada da seguinte forma:

c.1) Fazenda Federal: apresentação de Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a e d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº

8.212, de 1991;

c.2) Fazenda Estadual: apresentação de Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, perante o Fisco estadual, pertinente ao Imposto sobre Operações relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviços de Transporte Interestadual, Intermunicipal e de Comunicação – ICMS, bem como de Certidão perante a Dívida Ativa estadual, podendo ser apresentada Certidão Conjunta em que constem ambas as informações; ou, ainda, Certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, não esteja sujeito à inscrição estadual;

c.2.1) Caso o licitante esteja estabelecido no Estado do Rio de Janeiro, a prova de regularidade com a Fazenda Estadual será feita por meio da apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, expedida pela Secretaria de Estado de Fazenda, e de Certidão Negativa de Débitos em Dívida Ativa, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa, para fins de participação em licitação, expedida pela Procuradoria Geral do Estado, ou, se for o caso, Certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, não esteja sujeito à inscrição estadual;

c.3) Fazenda Municipal: apresentação da Certidão Negativa de Débitos, ou Certidão Positiva com efeito de Negativa do Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, ou, se for o caso, certidão comprobatória de que o licitante, em razão do objeto social, não esteja sujeito à inscrição municipal;

d) Certificado de Regularidade do FGTS – CRF;

e) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) ou da Certidão Positiva de Débitos Trabalhistas com os mesmos efeitos da CNDT.

9.9.2 Na hipótese de tratar-se de microempresa ou de empresa de pequeno porte, na forma da lei, não obstante a obrigatoriedade de apresentação de toda a documentação habilitatória, a comprovação da regularidade fiscal e trabalhista somente será exigida para efeito de assinatura do contrato caso se sagre vencedora na licitação.

9.9.3 Em sendo declarada vencedora do certame microempresa ou empresa de pequeno porte com débitos fiscais e trabalhistas, ficará assegurado, a partir de então, o prazo de 5 (cinco) dias úteis para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de negativas.

9.9.4 O prazo acima poderá ser prorrogado por igual período, a critério exclusivo da Administração Pública.

9.9.5 A não regularização da documentação no prazo estipulado implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas no art. 81, da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993.

9.10 QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA.

9.10.1 certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica;

9.10.2 balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

9.10.2.1 no caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;

9.10.2.2 é admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato social/estatuto social.

9.10.3 comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

$$\begin{aligned}
 \text{LG} &= \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\
 \text{SG} &= \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}} \\
 \text{LC} &= \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}
 \end{aligned}$$

9.10.4 As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1(um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar, considerados os riscos para a Administração, e, a critério da autoridade competente, o capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

9.11 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

9.11.1 Para fins da comprovação da qualificação técnica, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

a) Certidão de Registro da empresa licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, da jurisdição da empresa, e do profissional, que comprove estar habilitada nos ramos de atividade da Engenharia Civil e Engenharia Elétrica e dentro do prazo de validade;

b) Declaração de compromisso de disponibilidade de possuir no seu quadro, durante a execução do contrato, profissional ou profissionais de nível superior com formação de Engenheiro Civil ou Arquiteto, Engenheiro Eletricista, Engenheiro de Segurança no Trabalho e Engenheiro Mecânico junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU) da localidade da licitante, detentores de atestado(s) de responsabilidade técnica por execução de serviços de características semelhantes, averbado pelo CREA ou CAU, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT, expedidas por estes Conselhos, que comprovem ter os profissionais executado serviços relativos à execução de obra ou serviços de engenharia com características técnicas similares às do objeto da presente licitação, limitada esta exigência às parcelas de maior relevância.

c) A comprovação de que o(s) detentor(es) do(s) referido(s) Atestado(s) de Responsabilidade Técnica é (são) vinculado(s) à licitante, deverá ser feita através de cópia de sua(s) ficha(s) de registro de empregado, da(s) Certidão(ões) de Registro do CREA ou CAU, do(s) contrato(s) particular(es) de prestação de serviços, do(s) contrato(s) de trabalho por prazo determinado ou por meio de de outros instrumentos que comprovem a existência de um liame jurídico entre a licitante e o(s) profissional(ais) qualificado(s), cuja duração seja, no mínimo, suficiente para a execução do objeto licitado.

d) No caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, ambas serão inabilitadas.

e) Declaração indicando o nome, CPF e nº do registro na entidade profissional competente do responsável técnico que acompanhará a execução dos serviços de que trata o objeto deste TR.

f) Prova de possuir disponibilidade de instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados à realização do objeto deste TR, apresentando relação explícita e declaração formal das disponibilidades exigidas.

g) Prova de possuir Atestado de Capacidade Técnica (ACT) que comprove a execução de obras de complexidade similar à constante do objeto da licitação, averbado pelo CREA ou CAU, emitidos por entidades de direito público ou privado, limitada

esta exigência às parcelas de maior relevância, como definidas nas parcelas de maior relevância técnica.

- h) Os atestados apresentados para atender ao estipulado nos subitens anteriores deverão estar acompanhados de cópia das respectivas certidões de registro no CREA, relativas às obras atestadas.
- i) O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, disponibilizando, dentre outros, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.
- j) Prova de possuir no seu ramo de atuação (contrato social) e em seu registro do CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) atribuições relacionadas a serviços de engenharia.
- k) Nos atestados deverão constar necessariamente o nome do licitante e indicar experiência na prestação de serviços continuados de manutenção predial, preventiva e corretiva em edifícios, totalizando, no mínimo, 16.000 m² de área construída.
- l) A comprovação a que se refere o item poderá ser efetuada pelo somatório das quantidades realizadas em tantos atestados ou certidões válidas quanto dispuser o licitante.
- m) Parcelas de maior relevância:
 - Serviços de manutenção preventiva e corretiva em unidades de saúde;
 - Instalações: Hidrossanitárias, elétricos e mecânicos;
 - Alvenaria;
 - Revestimentos e Pintura;
 - Forro e DRYWALL;
 - Esquadria: Alumínio, cedro, PVC e ferro;
 - Cobertura: Telha ondulada de alumínio, telha termo isolante trapezoidal, cerâmicas, fibrocimento e chapas de policarbonato;
 - Impermeabilização: Lajes e reservatórios;
 - Pisos: Granito, cerâmica, vinílico.

9.12 O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.

9.13. Tratando-se de licitantes reunidos em consórcio, serão observadas as seguintes exigências:

9.13.1. Comprovação da existência de compromisso público ou particular de constituição de consórcio, subscrito pelas empresas que dele participarão, com indicação da empresa-líder, que deverá possuir amplos poderes para representar os consorciados no procedimento licitatório e no instrumento contratual, receber e dar quitação, responder administrativa e judicialmente, inclusive receber notificação, intimação e citação;

9.13.2. Apresentação da documentação de habilitação especificada no edital por empresa consorciada;

9.13.3. Comprovação da capacidade técnica do consórcio pelo somatório dos quantitativos de cada consorciado, na forma estabelecida neste edital;

9.13.4. Demonstração, pelo consórcio, pelo somatório dos valores de cada consorciado, na proporção de sua respectiva participação, do atendimento aos índices contábeis definidos neste edital, para fins de qualificação econômico-financeira, na proporção da respectiva participação;

9.13.5. Responsabilidade solidária das empresas consorciadas pelas obrigações do consórcio, nas fases de licitação e durante a vigência do contrato;

9.13.6. Obrigatoriedade de liderança por empresa brasileira no consórcio formado por empresas brasileiras e estrangeiras;

9.13.7. Constituição e registro do consórcio antes da celebração do contrato; e

9.13.8. Proibição de participação de empresa consorciada, na mesma licitação, por intermédio de mais de um consórcio ou isoladamente.

9.14 A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

9.14.1 A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

9.15 Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

9.16 A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

9.17 Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

9.18 Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

9.19 Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

9.20 Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

10 DO ENCAMINHAMENTO DA PROPOSTA VENCEDORA

10.1 A proposta final do licitante declarado vencedor deverá ser encaminhada no prazo de 02 (duas) horas, a contar da solicitação do Pregoeiro no sistema eletrônico e deverá:

10.1.1 ser redigida em língua portuguesa, datilografada ou digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.

10.1.2 apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor;

10.1.3 conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.

10.2 A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.

10.2.1 Todas as especificações do objeto contidas na proposta, tais como marca, modelo, tipo, fabricante e procedência, vinculam a Contratada.

10.3 Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, o valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 5º da Lei nº 8.666/93).

10.3.1 Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.

10.4 A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.

10.5 A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante.

10.6 As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.

11 DOS RECURSOS

11.1 O pregoeiro declarará o vencedor e, depois de decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista de microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, concederá o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer, de forma motivada, isto é, indicando contra qual(is) decisão(ões) pretende recorrer e por quais motivos, em campo próprio do sistema.

11.2 Havendo quem se manifeste, caberá ao Pregoeiro verificar a tempestividade e a existência de motivação da intenção de recorrer, para decidir se admite ou não o recurso, fundamentadamente.

11.2.1 Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

11.2.2 A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a decadência desse direito.

11.2.3 Uma vez admitido o recurso, o recorrente terá, a partir de então, o prazo de três dias para apresentar as razões, pelo sistema eletrônico, ficando os demais licitantes, desde logo, intimados para, querendo, apresentarem contrarrazões também pelo sistema eletrônico, em outros três dias, que começarão a contar do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurada vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

11.3 O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

11.4 Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados, no endereço constante neste Edital.

12 DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

12.1 A sessão pública poderá ser reaberta:

12.1.1 Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

12.1.2 Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

12.2 Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

12.2.1 A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), e-mail, ou, ainda, fac-símile, de acordo com a fase do procedimento licitatório.

12.2.2 A convocação feita por e-mail ou fac-símile dar-se-á de acordo com os dados contidos no SICAF, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

13 DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

13.1 O objeto da licitação será adjudicado ao licitante declarado vencedor, por ato do Pregoeiro, caso não haja interposição de recurso, ou pela autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

13.2 Após a fase recursal, constatada a regularidade dos atos praticados, a autoridade competente homologará o procedimento licitatório.

14 DO TERMO DE CONTRATO OU INSTRUMENTO EQUIVALENTE

14.1 Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

14.2 O adjudicatário terá o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso (Nota de Empenho/Carta Contrato/Autorização), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

14.2.1 Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato ou aceite do instrumento equivalente, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura ou aceite da Adjudicatária, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado ou aceito no prazo de 7 (sete) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

14.2.2 O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

14.3 O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:

14.3.1 referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 8.666, de 1993;

14.3.2 a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

14.3.3 a contratada reconhece que as hipóteses de rescisão são aquelas previstas nos artigos 77 e 78 da Lei nº 8.666/93 e reconhece os direitos da Administração previstos nos artigos 79 e 80 da mesma Lei.

14.4 O prazo de vigência do contrato será 12 (doze) meses, contado a partir da publicação do seu extrato no Diário Oficial do Município.

14.5 Previamente à contratação a Administração realizará consulta ao SICAF para identificar possível suspensão temporária de participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas, observado o disposto no art. 29, da Instrução Normativa nº 3, de 26 de abril de 2018, e nos termos do art. 6º, III, da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002, consulta prévia ao CADIN.

14.5.1 Nos casos em que houver necessidade de assinatura do instrumento de contrato, e o fornecedor não estiver inscrito no SICAF, este deverá proceder ao seu cadastramento, sem ônus, antes da contratação.

14.5.2 Na hipótese de irregularidade do registro no SICAF, o contratado deverá regularizar a sua situação perante o cadastro no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, sob pena de aplicação das penalidades previstas no edital e anexos.

14.6 Na assinatura do contrato ou da ata de registro de preços, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato ou da ata de registro de preços.

14.7 Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato ou a ata de registro de preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar o contrato ou a ata de registro de preços.

15 DO RECEBIMENTO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO

15.1 O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência, do cronograma de execução e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

15.2 A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por uma comissão constituída de 2 (dois) membros designados pelo Julio Celio dos Santos Di Renna, Matrícula 437.546-5 Fiscal: Nome: Elizabeth dos Santos Martins Matrícula: 438.063-0, Unidade: Núcleo de Engenharia e Arquitetura, conforme ato de nomeação.

15.3 O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem ao do pagamento, na seguinte forma:

a) provisoriamente, após parecer circunstanciado da comissão a que se refere o item 15.1, que deverá ser elaborado no prazo de 10 dias após a entrega do serviço;

b) definitivamente, mediante parecer circunstanciado da comissão a que se refere o item 15.1, após decorrido o prazo de 10 dias, para observação e vistoria, que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

15.5 A comissão a que se refere o item 15.2, sob pena de responsabilidade administrativa, anotará em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

15.6 A **CONTRATADA** declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

15.7 A instituição e a atuação da fiscalização do serviço objeto do contrato não exclui ou atenua a responsabilidade da **CONTRATADA**, nem a exime de manter fiscalização própria.

15.8 Na forma da Lei Federal nº 8.213, de 1991, se procederá à fiscalização do regime de cotas realizando a verificação no local do cumprimento da obrigação assumida no contrato.

16 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

Informações constantes no Termo de Referência (ANEXO 1)

17 DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Informações constantes no Termo de Referência (ANEXO 1)

18 DOS PREÇOS ESTIMADOS PELA ADMINISTRAÇÃO

18.1 O preço total estimado pela Administração para o objeto deste pregão é de **R\$ 15.488.900,14** (Quinze milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, novecentos reais e quatorze centavos).

18.2 O valor descrito acima constitui mera estimativa, não se obrigando a Fundação Municipal de Saúde de Niterói a utilizá-lo integralmente.

19 DO PAGAMENTO

19.1 O **CONTRATANTE** deverá pagar à **CONTRATADA** o valor total de R\$ _____ (_____), em ____ (____) parcelas, no valor de R\$ _____

(_____), cada uma delas, sendo efetuadas mensal, sucessiva e diretamente na conta corrente nº _____, agência _____, de titularidade da **CONTRATADA**, junto à instituição financeira contratada pela Fundação Municipal de Saúde de Niterói.

19.2 No caso de a **CONTRATADA** estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo **CONTRATANTE** ou caso verificada pelo **CONTRATANTE** a impossibilidade de a **CONTRATADA**, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo **CONTRATANTE**, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela **CONTRATADA**.

19.3 O pagamento somente será autorizado após a declaração de recebimento da execução do objeto, mediante atestação.

19.4 A **CONTRATADA** deverá encaminhar a fatura/Nota Fiscal devidamente atestada, com vistas ao pagamento, para o departamento administrativo-setor de contratos, localizado na Rua Visconde de Sepetiba, 987, 8º andar, Centro – Niterói/RJ, em nome do Fundo Municipal de Saúde de Niterói, inscrito no CNPJ sob o nº 11.249.035/0001-85, acompanhada de comprovante de recolhimento do FGTS e INSS, bem como comprovante de atendimento aos encargos relativos à mão de obra empregada no contrato.

19.5 A nota fiscal/fatura deve ser entregue devidamente atestada por dois servidores, que não o ordenador de despesas, comprovando-se, assim, a entrega do material ou a prestação efetiva do serviço.

19.4 Satisfeitas as obrigações previstas nos parágrafos segundo e terceiro, o prazo para pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.

19.5 Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestado pelo (s) agente (s) competente (s).

19.6 Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer nota fiscal por culpa da **CONTRATADA**, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

19.7 Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à **CONTRATADA**, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo Custo Unitário Básico da Construção Civil (CUB) e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado pro rata die, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês pro rata die.

19.8 Decorrido o prazo de 12 (doze) meses da data da apresentação da proposta ou do orçamento a que essa proposta se referir, poderá a **CONTRATADA** fazer jus ao reajuste do valor contratual pela variação do Custo Unitário Básico da Construção Civil (CUB), que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção ou dos insumos utilizados na consecução do objeto contratual, na forma do que dispõe o art. 40, XI, da Lei n.º 8.666/93 e os arts 2º e 3º da Lei n.º 10.192, de 14.02.2001

19.9 As partes convencionam que o prazo decadencial para o Contratado solicitar o pagamento do reajuste contratual, que deverá ser protocolizado na Unidade Protocoladora do órgão contratante, é de 60 (sessenta) dias, contados da publicação do índice ajustado contratualmente, sob pena de decair o seu respectivo direito de crédito, nos termos do art. 211, do Código Civil.

19.10 Na forma da Lei Federal nº 8.213/91, de 1991, caso a contratada não esteja aplicando o regime de cotas, suspender-se-á o pagamento devido, até que seja sanada a irregularidade apontada pelo órgão de fiscalização do contrato.

20 DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

20.1 A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.
- e) Descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

20.2 Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

20.3 A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela autoridade competente, na forma abaixo descrita:

- a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas a e b, item 20.1, serão impostas pelo Ordenador de Despesa.
- b) a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do item 20.1, será imposta pelo próprio Secretário Municipal ou pelo Ordenador de Despesa.
- c) a aplicação da sanção prevista na alínea d, do item 20.1, é de competência exclusiva do Prefeito de Niterói e dos Secretários Municipais.

20.4 A multa administrativa, prevista na alínea b, do item 20.1:

- a) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;
- b) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;
- c) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
- d) deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;
- e) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho.

20.5 Dentre outras hipóteses, a pena de advertência será aplicada à CONTRATADA quando não apresentada a documentação exigida no parágrafo terceiro da cláusula oitava, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.

20.6 A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do item 20.1:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido;
- c) será aplicada, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial do objeto, configurando inadimplemento.

20.7 A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do item 20.1, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

20.8 A reabilitação referida pelo parágrafo sétimo poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

20.9 O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

20.10 Se o valor das multas previstas na alínea b, do item 20.1, e no item 20.9, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

20.11 A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

20.12 A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

20.13 Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

20.14 A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

20.15 A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do item 20.1, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d.

20.16 Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

20.17 Os licitantes, adjudicatários e contratados ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Município de Niterói, enquanto perdurarem os efeitos das sanções de:

a) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar imposta pelo Município de Niterói, suas Autarquias ou Fundações (art. 87, III da Lei nº 8.666/93);

b) impedimento de licitar e contratar imposta pelo Município de Niterói, suas Autarquias ou Fundações (art. 7º da Lei nº 10.520/02);

c) declaração de inidoneidade para licitar e contratar imposta por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal (art. 87, IV da Lei nº 8.666/93);

20.18 As penalidades serão registradas pelo CONTRATANTE na Secretaria de Administração.

20.19 Após o registro mencionado no parágrafo acima, deverá ser remetido o extrato de publicação no veículo de publicação dos atos oficiais do Município do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas c e d do item 20.1, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Município de Niterói.

20.20 Comprovada a prática de ato lesivo à Administração Pública nos termos do art. 5º da Lei 12.846/13, por meio de decisão judicial transitada em julgado ou processo administrativo no âmbito da Administração Pública Direta ou Indireta de Niterói, o presente contrato poderá ser rescindido sem prejuízo da aplicação da multa.

20.21 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

21 CLÁUSULA ANTI-CORRUPÇÃO

21.1 DISPOSIÇÕES ANTISSUBORNO E ANTICORRUPÇÃO: *As partes* declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos, assim como todas as convenções e tratados internacionais anticorrupção dos quais o Brasil é signatário, denominadas em conjunto “Leis Anticorrupção”, e se comprometem a observá-las fielmente, *por si e seus prepostos, sócios, administradores e colaboradores*, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados.

21.1.1 As partes obrigam-se a comunicar uma à outra, assim que tiver conhecimento, sobre qualquer atividade ou prática que suspeite ou efetivamente constitua um indício ou uma infração aos termos das Leis Anticorrupção e/ou Política Antissuborno e Corrupção.

21.1.2 A CONTRATADA desde já se obriga a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste Contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições: (I) não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilícitamente e (II) adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados.

21.1.3 No tocante às licitações e contratos licitatórios, as partes declaram que: (i) não frustraram, fraudaram, impediram, perturbaram, frustraram, fraudaram, impedirão ou perturbarão o caráter competitivo e a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público, licitação pública ou contrato dela decorrente; (ii) não afastaram ou afastarão, procuraram ou procurarão afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; (iii) não criaram ou criarão de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitações públicas ou celebrar contratos administrativos; (iv) não obtiveram ou obterão vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; e (v) não manipularam, fraudaram, manipularão ou fraudarão o equilíbrio econômico financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

21.1.4 Qualquer descumprimento das regras da Lei Anticorrupção e suas regulamentações, por parte da CONTRATANTE e/ou da CONTRATADA ocorridas no contexto e com ligação ao presente contrato, devidamente apurado em sede de processo administrativo específico e/ou com decisão judicial condenatória em segunda instância, será considerado uma infração grave a este contrato e conferirá à parte inocente o direito de rescindir imediatamente o presente contrato, além da aplicação das sanções administrativas porventura cabíveis, bem como o ajuizamento de ação com vistas à responsabilização na esfera judicial, nos termos dos artigos 18 e 19 da Lei nº 12.846/2013.

22 CLÁUSULA DE PROTEÇÃO DE DADOS (LGPD)

22.1 POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS

Em cumprimento à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (com redação dada pela Lei nº 13.709/2018), as partes se obrigam a respeitar a privacidade uma da outra, comprometendo-se a proteger e manter em sigilo todos os dados pessoais fornecidos uma da outra, em função deste contrato, salvo os casos em que sejam obrigadas, por autoridades públicas, a revelarem tais informações a terceiros.

22.1.1 Nos termos do art. 7º, V, da LGPD, a **CONTRATADA** está autorizada a realizar o tratamento de dados pessoais do **CONTRATANTE** e, com base no art. 10º, II da LGPD, que trata de legítimo interesse do cliente, poderá armazenar, acessar, avaliar, modificar, transferir e comunicar, sob qualquer forma, todas e quaisquer informações relativas ao objeto desta contratação, onde, referido tratamento de dados será realizado unicamente em razão da prestação de serviços.

23 DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO

23.1 Até 03 (três) dias úteis antes da data designada para a abertura da sessão pública, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital.

23.2 A impugnação poderá ser realizada por forma eletrônica, pelo e-mail comissaocppsaude@gmail.com ou por petição dirigida ou protocolada na Fundação Municipal de Saúde, situada à Rua Visconde de Sepetiba, 987, 8º andar – departamento de licitação.

23.3 Caberá ao Pregoeiro, auxiliado pelos responsáveis pela elaboração deste Edital e seus anexos, decidir sobre a impugnação no prazo de até dois dias úteis contados da data de recebimento da impugnação.

23.4 Acolhida a impugnação, será definida e publicada nova data para a realização do certame.

23.5 Os pedidos de esclarecimentos referentes a este processo licitatório deverão ser enviados ao Pregoeiro, até 03 (três) dias úteis anteriores à data designada para abertura da sessão pública, exclusivamente por meio eletrônico via internet, no endereço indicado no Edital.

23.6 O pregoeiro responderá aos pedidos de esclarecimentos no prazo de dois dias úteis, contado da data de recebimento do pedido, e poderá requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do edital e dos anexos.

23.7 As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

23.7.1 A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação.

23.8 As respostas aos pedidos de esclarecimentos serão divulgadas pelo sistema e vincularão os participantes e a administração.

24 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

24.1 Da sessão pública do Pregão divulgar-se-á Ata no sistema eletrônico.

24.2 Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.

24.3 Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

24.4 No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

24.5 A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

24.6 As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

24.7 Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

24.8 Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

24.9 O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observados os princípios da isonomia e do interesse público.

24.10 Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

24.11 O Edital está disponibilizado, na íntegra, no endereço eletrônico comissaocppsaude@gmail.com, e também poderá ser obtido na Rua Visconde de Sepetiba, 987, 8º andar, setor de licitação, em dias úteis, no horário das 10 horas às 17 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

24.12 Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

24.12.1 ANEXO 1 - Termo de Referência;

– **Anexo A** – Apresentação, Operacionalização, Garantia e Obrigações Legais;

– **Anexo B** – Relação dos Setores Administrativos e Unidades de Saúde da FMS;

- **Anexo C** – Protocolo de Procedimentos Aplicáveis em cada Modalidade de Manutenção;
 - **Anexo D** – Acordo de Níveis de Serviços – ANS;
 - **Anexo E** – Modelo de Medição (Relação de recursos humanos para a prestação de serviços técnicos de apoio às atividades de manutenção predial dos setores administrativos e de assistência à saúde da FMS - Fundação Municipal de Saúde de Niterói);
 - **Anexo F** – Planilha de referência para custos de serviços;
 - **Anexo G** – Memoria de calculo;
 - **Anexo H** – Modelo de declaração de disponibilidades;
 - **Anexo I** – Modelo de Ordem de Serviço;
 - **Anexo J** – Quadro de Controle H/H de Manutenção Preventiva.
- 24.12.2 ANEXO 2 – Minuta do Termo de Contrato.**
- 24.12.3 ANEXO 3 – Planilha de Custos e Formação de Preços**
- 24.12.4 ANEXO 4 – Declaração de não contribuinte de ISS e Taxas Municipais**

Niterói, 05 de maio de 2023

ANAMARIA CARVALHO SCHNEIDER
Presidente da FMS – Secretário Municipal de Saúde

ANEXO 1

TERMO DE REFERÊNCIA

1 - OBJETO

1.1 CONTRATAÇÃO, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, NAS UNIDADES QUE COMPÕEM O PARQUE PREDIAL DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS, PEÇAS E FERRAMENTAS, conforme as especificações constantes no Termo de Referência.

2 - JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

2.1 A contratação em tela se refere à aquisição de SERVIÇOS DE ENGENHARIA - *Material e Mão de Obra (Qualificada, Especializada e Habilitada)* -, de natureza continuada, que se justifica pela necessidade da FMS/Niterói - Fundação Municipal de Saúde de Niterói - RJ, de conservar o patrimônio público que administra e de praticar, com excelência, a prestação dos Serviços de Assistências de Saúde à população do município, sua atividade fim.

2.1.1 Nesse sentido, garantir a continuidade e a confiabilidade operacional das estruturas civis e dos sistemas de infraestruturas (instalações elétricas, eletromecânicas, sanitárias, hidráulicas, comunicação, outros) de seus prédios, Administrativos e de Assistência de Saúde, torna-se determinante para a qualidade exigida na dinâmica produtiva dos serviços que processam e, por conseguinte, do produto final que ofertam à população que deste depende.

2.2 O fluxo ininterrupto que caracteriza as atividades de Assistência de Saúde exige das estruturas dos prédios e de suas instalações "esforços continuados" que lhes potencializam diuturnamente avarias de toda ordem. Essas, invariavelmente, afetam a cadeia produtiva do bem final, chegando, por vezes, a interromper processos relevantes que impedem a assistência, devida pela FMS à população, de ser praticada.

2.3 Dentre os ganhos que essa contratação engloba, além do da inibição dos transtornos operacionais potencializados nas estruturas civis e sistemas de infraestrutura dos prédios, como já ressaltado, ou, quando não, o de tê-los solucionados no menor tempo possível e de forma eficaz, destacam-se: os da preservação da vida útil de equipamentos e o do zelo pelas condições ambientais adequadas (higiene e segurança) ao exercício das atividades que os servidores e colaboradores da FMS desenvolvem nesses ambientes, além dos da promoção da satisfação dos usuários dependentes da assistência médica que também nesses recebem.

2.3.1 Com relação aos ganhos com a preservação da vida útil dos equipamentos e com a adequação dos ambientes dos quais servidores e colaboradores se valem para exercerem suas atividades diárias, os dos custos evitados com reposições de equipamentos avariados por falta de manutenção e com os atribuídos a enfermidades passíveis de serem adquiridas pelos servidores e colaboradores devido aos ambientes insalubres que trabalhem ou circulem, nesta contratação assumem diferenciada importância.

2.4 Por oportuno, relevante lembrar que interrupções de serviços compromissados com a população, atribuídas à falta de manutenção nas estruturas civis e nos sistemas dos prédios em que esses são prestados, bem como nos equipamentos instalados, retratam, de "forma aguda", a responsabilidade e o zelo com os quais são tratadas, pelos gestores da FMS, as condições operacionais que qualificam a assistência de saúde oferecida, como já ressaltada, atividade fim da FMS.

2.5 Considerando ainda o aspecto da responsabilidade civil e criminal implícita nas gestões das Unidades de Saúde da FMS para com o público que dessas depende, ações de preservação, manutenção e vigilância de suas estruturas com vistas à segurança desse público se tornam imprescindíveis.

2.6 Os serviços abaixo especificados deverão ser executados em estrita conformidade com as especificações e demais elementos técnicos relacionados neste termo de referência de manutenção predial preventiva e corretiva dos imóveis especificados no anexo III do presente TR, compreendendo os serviços especificados na tabela EMOP, SINAPI, SCO-RJ e SBC-RJ com mês de referência 02/2023.

3 – JUSTIFICATIVA DO QUANTITATIVO

3.1 Todos os valores de manutenção predial da planilha orçamentária foram calculados por meio do índice do Custo Unitário Básico da Construção Civil (CUB), com base de fevereiro 2023, sendo que:

3.2 Para o cálculo da manutenção anual de todas as Unidades Hospitalares contidas neste escopo, foi adotado como critério 6% do índice considerado como Padrão Alto pelo CUB;

3.3 Para o cálculo da manutenção anual de todas as Policlínicas, Unidades Básicas de Saúde e Setores Administrativos, foi adotado como critério 6% do índice considerado como Padrão Médio pelo CUB;

3.4 O critério de 6% foi calculado a partir do somatório de duas variáveis, onde 2% são referentes à NBR 5674 de Manutenção Predial (que adota 2% do valor de um imóvel novo/recém reformado como custo admitido para sua manutenção anual) e 4% considerados pelo orçamentista como um fator de correção para imóveis de idade média/avançada e índice de depreciação;

3.5 Por fim, para se adequar as necessidades desta FMS, foram utilizados fatores de Minoração e Majoração (anexo VIII) baseados em relatórios emitidos pelo Núcleo de Engenharia e Arquitetura que categorizou o estado de conservação de cada edificação em uso da FMS.

3.6 Para maiores esclarecimentos da elaboração do orçamento, consultar Anexo VIII – Memória de Cálculo;

3.7 Os serviços de maior relevância tiveram como base as Ordens de Serviços executadas pela manutenção no ano de 2020.

4 - ESPECIFICAÇÕES TÉCNICA DETALHADA DO OBJETO

4.1 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICA DO OBJETO

4.1.1- Do objeto:

O objeto da presente solicitação é a contratação de empresa de engenharia legalmente habilitada para a execução do serviço de manutenção e reparo predial dos imóveis relacionados no anexo B.

4.1.1.1 - Arquitetura:

- Suporte e gestão das atividades de projetos e manutenção da estrutura física
- Arquitetura e urbanismo
- Alvenaria
- Divisórias e DRY-WALL
- Pisos
- Esquadrias, vidros e ferragens
- Pinturas
- Muros
- Pavimentação
- Grades e telas
- Limpeza de calhas e telhados
- Aplicação de revestimento de piso (vinílico, carpete, etc...)
- Aplicação de revestimento interno e externo (chapisco, emboço, etc...)
- Assentamento de cerâmica e azulejo

4.1.1.2 - Estruturas:

- Estruturas de concreto
- Estruturas de madeira
- Estruturas metálicas
- Reparo, consertos e substituições nas coberturas/telhados

4.1.1.3 - Instalações hidráulicas, sanitárias, águas pluviais e mecânicas:

- Assentamento de tubos
- instalação de louças
- Reparos hidráulicos
- Manutenção de refrigeradores de ar
- Limpeza de refrigeradores de ar
- Manutenção em painéis solares
- Sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA)
- Sistema de prevenção e combate a incêndio existentes (rede de hidrantes, mangotinhos, extintores de incêndio, sinalização de segurança, iluminação de emergência, escadas e saídas de emergência, sistema de detecção de fumaça e alarme contra incêndios)
- Sistema de exaustão e renovação de ar
- Sistema de bombas hidráulicas
- Sistema de bombas centrífugas
- Manutenção, reparos e limpezas em caixas d'água de cisterna;
- Caixa de inspeção e de areia
- Caixas de gordura
- Calha e condutores de águas pluviais
- Ralos e aparelhos sanitários
- Registro, torneiras e metais sanitários
- Válvulas e caixas de descarga
- Manutenção em Câmaras mortuárias

4.1.1.4 - Instalações elétricas:

- Novos circuitos
- Quadros de comando
- Manutenção de geradores

- Sistema de distribuição de circuitos elétricos em geral
- Iluminação/Luminárias
- Reparo em transformadores e filtragem de óleo
- Substituição de disjuntores, fusíveis, condutores, interruptores, tomadas, chaves magnéticas, elementos filtrantes e demais componentes elétricos
- Sistema de análise termográfica de instalações elétricas e equipamentos

4.1.1.5 - Serralheria:

- Confecção de pequenos artefatos de ferro e alumínio
- Confecção e instalação de suporte de ar condicionado
- Reparo e substituição de ferro
- Soldas e serralheria em geral
- Reparo e substituição de acessórios de portas de vidros, madeira, ferro e alumínio
- Reparo e substituição de chapas e painéis termo-isolantes

4.1.2 As prioridades de execução dos serviços deverão obedecer às diretrizes e critérios elaborados pela CONTRATADA e FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO, conforme protocolo de prioridades definido no PLANO DE MANUTENÇÃO, estes sem prejuízo dos contratualmente ajustados.

4.1.3 Os serviços como demolições, transportes, remoção e tapumes de vedações, deverão ser executados de modo a preservar as áreas de intervenção, resguardando a integridade dos elementos alheios aos objetos da ação e sem interferir nas rotinas de funcionamento das Unidades.

4.1.4 Os serviços de maiores complexidades com mão de obras especializadas como manutenção de geradores, poderão ser executados por meio de subcontratações de serviços e mão de obra de acordo com a necessidade desta Fundação Municipal de Saúde, após avaliação desta fiscalização de contrato.

4.1.4.1 Cabe a fiscalização da FMS aprovar, a rigor de critérios técnicos, quais serviços demandam complexidades de execução inerentes a CONTRATADA para que estejam autorizadas as realizações das subcontratações especificadas no subitem 4.1.4.

4.1.5 Os serviços que envolvem as arquiteturas das edificações se restringirão, predominantemente, a substituições de elementos avariados e/ou adequação de áreas, seja para atendimento de NORMAS TÉCNICAS reguladoras, seja para facilitação operacional da atividade que nelas são desenvolvidas. Visto isso, o procedimento de suas execuções deverá ser previamente planejado, conforme recomenda a boa técnica de execução de serviços de Engenharia e Arquitetura.

4.1.6 Em caso de necessidade de intervenções também em áreas ao redor do objeto que demandou a ação de manutenção, a CONTRATADA deverá recompô-las, deixando-as nas mesmas condições de apresentação, segurança e funcionalidade originais. Ou seja: zelar pela uniformização de cores, acabamento e outros que restaurem a harmonização entre as partes trabalhadas e as não trabalhadas, bem como garantir o mesmo "desempenho" do conjunto (área reparada e não reparada) que existia antes da causa que motivou os serviços de reparos.

4.1.6.1 Toda a deterioração visível em estruturas ou assemelhados das edificações, causada por problemas não visíveis (de base, por exemplo), deverá ser investigada e corrigida para então se proceder à correção do acabamento necessário.

IMPORTANTE: Todos os serviços identificados como necessários pela CONTRATADA deverão ser submetidos à avaliação da FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO com as justificativas que os classificam como necessários. Esses só poderão ser executados mediante a aprovação dessa fiscalização.

4.1.7 Em caso de divergência existente entre as especificações do(s) objeto(s) descritas no cadastro do Catálogo de Materiais e Serviços do Ministério da Economia e as especificações constantes neste Termo de Referência e seus anexos, **prevalecerão estas últimas.**

4.1.8 A proposta de preços será feita em moeda nacional e englobará todas as despesas relativas ao objeto do contrato, bem como os respectivos custos diretos e indiretos, tributos, remunerações, despesas fiscais e financeiras e quaisquer outras necessárias ao cumprimento do objeto; assim, **não será considerada qualquer reivindicação adicional de pagamento e/ou a alegação de desconhecimento atinentes ao Termo de Referência.**

4.2 CARACTERÍSTICAS DA CONTRATAÇÃO

A contratada obrigatoriamente deverá utilizar um SOFTWARE de demanda de manutenção e qualidade de serviço prestado, para que consiga executar os serviços de manutenção preventiva e corretiva dos prédios do parque predial de saúde de Niterói, adaptando-se as etapas de implementação e demandas de serviços expedidos pelas unidades de saúde. Os serviços acima especificados deverão ser executados em estrita conformidade com as especificações e demais elementos técnicos relacionados termo de referência. Manutenção predial preventiva e corretiva dos imóveis especificados no anexo B do presente objeto, compreendendo os serviços especificados nos catálogos de referência apontados no item 2 deste termo de referência, com data base de fevereiro 2023. As descrições a seguir e as já descritas esclarecem esses critérios e os procedimentos que regulam suas aplicações em cada necessidade demandada:

I - Serviços:

A CONTRATADA deverá executar os serviços em conformidade com a necessidade de uma dada demanda, serviços esses referenciados nos catálogos da EMOP, SINAPI, SCO-RJ ou SBC-RJ.

Os serviços executados pela CONTRATADA deverão ser indicados no orçamento e ter como base os preços de referência EMOP, SINAPI, SCO-RJ ou SBC-RJ planilhados com custo de 02/2023. No caso de não ser possível valorá-los com base nesta, deverá a CONTRATADA justificar e apresentar cotações obtidas no mercado, em número mínimo de 03 consultas, para serem apreciadas pela fiscalização.

II - Mão de Obra (Recursos Humanos):

***QUADRO DE PESSOAL ROTATIVO (DE ACORDO COM SERVIÇO):**

A empresa a ser contratada obriga-se a colocar a disposição do Município, para atendimento a todo parque predial durante o prazo de vigência do contrato, mão-de-obra necessária à perfeita execução dos serviços para atendimento rotativo, constantes abaixo:

MÃO DE OBRA – EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS	UNIDADE
Mão-de-obra de Marceneiro	H
Mão-de-obra de Serralheiro de construção civil	H
Mão-de-obra de Pintor	H
Mão-de-obra de Gesseiro	H
Mão-de-obra de Ladrilheiro	H
Mão-de-obra de Pedreiro	H
Mão-de-obra de Bombeiro hidráulico	H
Mão-de-obra de Carpinteiro de esquadrias	H
Mão-de-obra de Eletricista	H
Mão-de-obra de Ajudante	H
Mão-de-obra de Jardineiro	H
Mão-de-obra de Encarregado	H
Mão-de-obra de Engenheiro ou Arquiteto Pleno	H
Mão-de-obra de Vidraceiro	H
Mão-de-obra de Eletrotécnico	H
Mão-de-obra de Técnico de segurança do trabalho	H
Mão-de-obra Mecânico de refrigeração	H

A ausência de mão de obra do quadro acima não exime a CONTRATADA da realização de serviços constantes nos catálogos de referência estabelecidos, cuja mão de obra já está inserida nos seus custos.

A CONTRATADA deverá prever a mão de obra (recursos humanos) que disponibilizará conforme parágrafos anteriores. Esta ficará disponível durante toda a vigência do contrato, apresentada junto as ORDENS DE SERVIÇO (OS) e anexa ao somatório da medição como forma de cobrança.

*** EQUIPE DE COORDENAÇÃO:**

A empresa a ser contratada obriga-se a dispor ao Município, equipe administrativa para coordenação e planejamento logístico a execução dos serviços junto à fiscalização da FMS durante o prazo de vigência do contrato, como demonstrado abaixo:

ITEM EMOP	MÃO DE OBRA – EQUIPE COORDENAÇÃO	QUANT.	UNID.
05.105.0125-0	MAO-DE-OBRA DE AUXILIAR TECNICO, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS.	03	MES
05.105.0127-0	MAO-DE-OBRA DE ENCARREGADO DE OBRA, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS.	02	MES
01.050.0714-0	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO JUNIOR, PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	11	MES

05.105.0137-0	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO OU ARQUITETO PLENO, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS.	01	MES
---------------	---	----	-----

*** QUADRO DE PESSOAL FIXO:**

Refere-se à mão de obra a ser disponibilizada continuamente pela CONTRATADA para as manutenções cotidianas ou assemelhadas nos prédios hospitalares na situação de plantonistas. Deverá ser composto conforme qualificação e nº recomendado no quadro abaixo e no ANEXO G.

ITEM EMOP	MÃO DE OBRA – EQUIPE DE MANUTENÇÃO FIXA (PLANTONISTAS)	QUANT.	UNID.
05.105.0108-0	MAO-DE-OBRA DE PEDREIRO, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS.	720	H
05.105.0110-0	MAO-DE-OBRA DE BOMBEIRO HIDRAULICO, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS.	360	H
05.105.0112-0	MAO-DE-OBRA DE ELETRICISTA, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS.	360	H
05.105.0115-0	MAO-DE-OBRA DE AJUDANTE, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS.	720	H

*** QUADRO DE PESSOAL ROTATIVO PARA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E PREDITIVA:**

Refere-se à mão de obra rotativa a ser disponibilizada continuamente pela CONTRATADA para as manutenções preventivas e preditivas em todas as unidades relacionadas no ANEXO B. Deverá ser composto conforme qualificação e carga horária representada no quadro abaixo e no ANEXO G.

ITEM EMOP	MÃO DE OBRA – EQUIPE DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA	QUANT.	UNID.
05.105.0130-0	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO OU ARQUITETO JR., INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	180	H
05.105.0144-0	MAO-DE-OBRA DE TECNICO DE EDIFICACOES, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	180	H

O Controle e efetivação da carga horária a ser preenchida em cada Ordem de Serviço de manutenção preventiva deverão respeitar as faixas pré-estabelecidas para cada área de unidade relacionada no quadro abaixo e no ANEXO J.

FAIXA DE UNIDADES (M2)	H/H POR UNIDADE ADMITIDA (H)	QUANTITATIVO DE EDIFICAÇÕES POR FAIXA (UND)	H/H MÁXIMA PREVISTA (H)
ATÉ 1000 M2	04	22	92
1001 M2 – 2000 M2	06	05	30
2001 M2 – 3000 M2	08	01	08
3001 M2 – 4000 M2	10	03	30
ACIMA 4000 M2	12	02	24
TOTAL		33	180

Correrão por conta exclusiva da empresa contratada todos os custos e despesas com alimentos, transporte e alojamento de seus empregados e prepostos, bem como os encargos necessários decorrentes de sua contratação, tais como: salários e encargos sociais inerentes a legislação fiscal, social, securitária, trabalhista e previdenciária.

III - Fornecimento de Ferramentas e Outros Recursos para a Execução de Serviços:

Os serviços a serem executados serão supridos de ferramentas, equipamentos, máquinas e veículos necessários, disponíveis para utilização em razão dos serviços elencados pela FMS, sendo de responsabilidade única e exclusiva da empresa contratada a manutenção e lubrificação permanente, a fim de garantir o bom funcionamento e segurança dos mesmos.

IV- INSTALAÇÕES:

A empresa contratada deverá dispor de uma base no município de Niterói para centralizar as demandas, onde a mesma deverá dispor de instalações como canteiro, oficinas e sala para reuniões junto à fiscalização e gestão do contrato. Todos os custos e despesas correrão por conta exclusiva da empresa e estão incluídos no Benefício e Despesas Indiretas (BDI) como Administração Central. A vencedora do certame deve apresentar declaração em que se compromete a atender tais especificações junto ao certame licitatório. Modelo de declaração **Anexo H**.

4.3 RECOMENDAÇÕES E PROTOCOLO DE PROCEDIMENTOS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS:

4.3.1 PLANO DE MANUTENÇÃO

4.3.1.1 - Profissionais envolvidos na ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE MANUTENÇÃO:

a) Profissionais da CONTRATANTE: Profissional Responsável pela Fiscalização do Contrato;

b) Profissionais da CONTRATADA: Engenheiro responsável pelo Contrato.

4.3.1.2 Apresentação e Recomendações Iniciais.

Caberá à CONTRATADA seguir o plano de manutenção fornecido pela fiscalização (Anexo A), dentro do prazo de 30 (trinta) dias, a contar do início do contrato, o PLANO DE MANUTENÇÃO, que tem por objetivo o cadastramento, monitoração, acompanhamento e controle de todos os serviços executados.

O PLANO DE MANUTENÇÃO deverá contemplar todo o período de vigência do contrato, conter o planejamento criterioso que este exige, e todos os procedimentos das Manutenções Preditivas, Preventivas e Corretivas informando para essas, quando aplicáveis, suas periodicidades de execução (diária, semanal, mensal, bimensal, trimestral ou anual).

Todos os procedimentos previstos no PLANO DE MANUTENÇÃO deverão constar em formulários específicos, elaborados sob formatação apresentada pela FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO, fazer a verificação dos serviços que a CONTRATADA informar como executados. Esses formulários, nos moldes de um “checklist”, foram elaborados para cada tipo de serviço executado (Anexo A).

Os “formulários - checklists” serão os meios pelos quais a implementação do PLANO DE MANUTENÇÃO nas Unidades relacionados no Anexo A será verificada e monitorada. A verificação das atividades da CONTRATADA deverá ser diária, consolidando-as a cada 30 dias. Para tanto, a formatação do formulário, podendo ser um único para o período mensal, deverá prever campos que atenda a essa exigência de periodicidade de verificação da manutenção, quer seja essa feita pela FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO quer por outro profissional indicado pela FMS (apoio local - profissional da unidade trabalhada, por exemplo).

O preenchimento dos “formulários – checklists” serão de inteira responsabilidade da contratada, devendo ser realizada pela equipe de manutenção preventiva que rotativamente estará a cargo de inspecionar mensalmente todas as edificações relacionadas no ANEXO B.

Esses “formulários - checklists” deverão ser entregues pela CONTRATADA junto com outras observações que julgarem necessárias, registradas no próprio formulário, à FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO. A Fiscalização, de posse desses formulários e das observações apresentadas, e suas próprias, elaborará mensalmente um RELATÓRIO DE PRODUÇÃO E AVALIAÇÃO SOBRE A CONTRATADA PARA O GESTOR DO CONTRATO.

4.3.1.3 Etapas de Trabalho (Implementação do PLANO DE MANUTENÇÃO)

4.3.1.3.1 A execução dos serviços de manutenção predial preventiva e corretiva será de total responsabilidade da Contratada, que deverá ter Responsável Técnico habilitado em seu quadro de pessoal. Estes serviços devem ser executados conforme especificações técnicas e atribuições constantes do presente Termo de Referência, bem como à luz das normas técnicas da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e demais normas e legislação aplicáveis.

4.3.1.3.2 Serviços de manutenção preventiva deverão ser executados pela CONTRATADA de acordo com a rotina de manutenção predial preventiva constante no Anexo A do TR, mediante solicitação da FMS, segundo procedimentos do item, limitadas ao controle e carga horária referenciadas no anexo J.

4.3.1.3.3 Serviços de manutenção corretiva e emergenciais deverão ser executados pela Contratada mediante solicitação da FMS, de acordo com procedimentos descritos nos itens 4.3.1.3.4 e 4.3.1.3.5, respectivamente.

4.3.1.3.4 Serviços de Manutenção Predial:

4.3.1.3.4.1 Para cada demanda de serviços de manutenção predial corretiva, corretiva não programada, a FMS emitirá uma solicitação através dos canais legais disponibilizados pela CONTRATADADA para avaliação e emissão de orçamento. Nesta solicitação constará a especificação do serviço pretendido com o respectivo quantitativo, quando couber.

4.3.1.3.4.2 Esta solicitação de forma nenhuma autoriza a CONTRATADA a iniciar a execução dos serviços pretendidos, tratando-se apenas de solicitação formal de caráter consultivo para que a FMS possa ter conhecimento dos custos e prazos envolvidos na execução dos mesmos.

4.3.1.3.4.3 A solicitação especificada nos itens 4.3.1.3.4.1 e 4.3.1.3.4.2 não se aplicam a demandas de serviços emergenciais.

4.3.1.3.4.4 Após o recebimento de cada solicitação, a CONTRATADA deverá apresentar para aprovação da fiscalização da FMS uma Ordem de Serviço de Manutenção - OSM, nos moldes do Anexo I do TR, para a execução dos serviços solicitados, respeitando todos os itens a seguir:

- a) Indicação das atividades que serão utilizados na execução do serviço, com seus respectivos códigos, fontes, quantitativos e preços unitários. Os preços também deverão ser apresentados acrescidos da incidência do BDI Referencial e do desconto ofertados na licitação em todos os itens do orçamento.
- b) Prazo de execução do serviço, em hora.
- c) Hora produtiva e improdutiva de veículo utilizado.
- d) Descrição detalhada do serviço a ser realizado.

4.3.1.3.4.5 A Ordem de Serviço elaborada pela CONTRATADA deverá basear-se em serviços/insumos descritos em Planilhas da Empresa Municipal de Obras Públicas – EMOP, Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil – Tabela SINAPI/RJ, Sistema de Custo de Obras – SCO-Rio e Sistema Boletim de Custos – SBC-RJ no mês da elaboração de planilha de preços desta licitação.

4.3.1.3.4.6 Apenas nos três primeiros meses do contrato, caso as tabelas referenciadas no item 4.3.1.3.4.5 do mês de abertura das propostas não esteja disponível, serão adotadas as tabelas mais recentes. Isso decorre do fato de que a tabela mais atual sempre possui defasagem de aproximadamente dois meses em relação ao mês corrente.

4.3.1.3.4.7 Na falta de serviço/insumo na referência citada no subitem 4.3.1.3.4.5, será admitida a elaboração de orçamento para os serviços pretendidos de acordo com a ordem dos itens abaixo, e também nesses casos haverá aplicação de BDI e do desconto ofertados na licitação:

- a) Tabela EMOP e SINAPI de meses anteriores ao da apresentação das propostas de preços da licitação.
- b) Tabelas referenciais e sistemas de orçamento de serviços de Construção Civil reconhecidos e autorizados pelo Governo Federal, desde que em mês igual ou anterior ao da apresentação das propostas da licitação.
- c) Em caso de inexistência de composições de custo e insumos correspondentes aos serviços pretendidos de serem executados nos referenciais citados no subitem 4.3.1.3.4.5 e no subitem 4.3.1.3.4.7, letra a e item 4.3.1.3.4.7, letra b, de forma a fundamentar o custo proposto, a empresa Contratada poderá realizar cotação de mercado com registro dos estabelecimentos e no mínimo 3 (três) cotações. Por sua vez, a FMS, com base em pesquisa própria também realizada junto a três fornecedores, confirmará ou não o preço proposto pela CONTRATADA. Deverá ser adotado o preço da menor cotação, e sobre ela aplicar o BDI e o desconto ofertado na licitação pela CONTRATADA.

4.3.1.3.4.8 A CONTRATADA deverá entregar a sua Ordem de Serviço de Manutenção - OSM, no prazo máximo de 2 (dois) dias corridos após a demanda da FMS via emissão de solicitação formal para execução dos serviços.

4.3.1.3.4.8.1 O prazo referido no item 4.3.1.3.4.8 poderá ser prorrogado, a depender de pedido fundamentado da CONTRATADA, a ser previamente analisado e aprovado pela FMS. Caso não seja feito pedido de prorrogação de prazo, ou caso o pedido seja reprovado pela fiscalização da FMS e a CONTRATADA não apresente a planilha no prazo devido, a Contratada estará sujeita à aplicação de multas e sanções contratuais.

4.3.1.3.4.9 Após o recebimento pela fiscalização da FMS de todo o conteúdo da Ordem de Serviço de Manutenção - OSM para o serviço solicitado, será feita uma avaliação desse orçamento pela fiscalização da FMS ou pelo Gestor/Fiscal do contrato, podendo o referido orçamento ser aprovado ou não.

4.3.1.3.4.10 Caso o orçamento constante na Ordem de Serviço de Manutenção - OSM seja aprovado, será expedido o prosseguimento da execução através dos canais de comunicação formal pela fiscalização da FMS, autorizando expressamente a CONTRATADA a iniciar a execução dos serviços solicitados. Somente com a autorização de execução pela FMS a CONTRATADA estará autorizada a iniciar a execução dos serviços de manutenção solicitados.

4.3.1.3.4.11 Caso o orçamento constante na Ordem de Serviço de Manutenção - OSM seja reprovado, caberá à FMS esclarecer o motivo da reprovação, e caberá à CONTRATADA prestar os devidos esclarecimentos com relação ao conteúdo reprovado do orçamento elaborado, refazer a referida planilha e submetê-la novamente à avaliação da FMS.

4.3.1.3.4.11.1 A CONTRATADA terá, após ser notificada pela FMS dos motivos da reprovação, um prazo de 24 (vinte e quatro) horas para executar na integralidade o descrito no subitem 4.3.1.3.4.11. Este prazo poderá ser prorrogado, a depender de pedido fundamentado da CONTRATADA, a ser previamente analisado e aprovado pela fiscalização da FMS. Caso não seja feito pedido de prorrogação de prazo, ou caso o pedido seja reprovado pela fiscalização da FMS e a CONTRATADA não apresente uma nova planilha corrigida no prazo devido, a CONTRATADA estará sujeita à aplicação de multas e sanções contratuais.

4.3.1.3.4.12 O envio da Ordem de Serviço de Manutenção - OSM de forma nenhuma autoriza a CONTRATADA a iniciar a execução dos serviços ordinários pretendidos, tratando-se apenas de documento de caráter consultivo para que a FMS possa ter conhecimento dos custos e prazos envolvidos na execução dos mesmos.

4.3.1.3.4.13 Os serviços de manutenção predial somente poderão ter início mediante aprovação da Ordem de Serviço de Manutenção - OSM, Anexo I do TR, pela fiscalização da FMS.

4.3.1.3.4.14 Ordem de Serviço de Manutenção: destina-se à requisição de serviços preventivos e corretivos cujo início de execução pela CONTRATADA deverá ocorrer no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas a partir de sua aprovação pela FMS, e cujo prazo de conclusão será definido em comum acordo entre a fiscalização da FMS e a CONTRATADA, de acordo com os custos referenciados em sua descrição aprovada. Tal prazo será registrado no corpo da Ordem de Serviço.

4.3.1.3.4.15 Nas situações em que, eventualmente, sejam necessários acréscimos ou supressões de quantitativos de materiais e mão de obra, ou forem constatadas diferenças de quantidades para além ou aquém daquelas previamente estipuladas na Ordem de Serviço de Manutenção, a fiscalização da FMS procederá a conferência dos quantitativos e poderá autorizar ou não os acréscimos ou supressões apontadas.

4.3.1.3.4.15.1 Em caso de não autorização da fiscalização da FMS, as eventuais diferenças nos quantitativos estimados verificadas durante a execução dos serviços (e que ocasione acréscimo ao custo estabelecido em cada Ordem de Serviço) serão de exclusiva responsabilidade da CONTRATADA, que a este título não terá direito a indenização da FMS.

4.3.2. ATENDIMENTO DE EMERGÊNCIAS DURANTE A IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE MANUTENÇÃO E VIGÊNCIA DO CONTRATO

4.3.2.1 Durante a implementação do PLANO DE MANUTENÇÃO, a empresa CONTRATADA procederá aos serviços de:

4.3.2.2 Emergências de qualquer espécie no âmbito do objeto do contrato, tanto no horário comercial como durante o período coberto pela equipe permanente;

4.3.2.3 Manutenção preventiva e corretiva pré-estabelecida pela FMS.

4.3.2.4 Quando houver necessidade de atendimento emergencial de manutenção predial, a fiscalização da FMS emitirá uma Ordem de Serviço Emergencial - OSE para a CONTRATADA, solicitando imediata execução dos serviços necessários para atendimento da emergência.

4.3.2.5 Manutenção Emergencial: representa uma demanda excepcional, e destina-se à requisição de serviços urgentes, cujo início de execução pela CONTRATADA deverá ocorrer imediatamente a partir da expedição de seu chamado pela FMS e recebimento pela CONTRATADA, e cuja conclusão se dê no prazo máximo de 6 (seis) horas após a sua expedição, em razão da necessidade de proteger a estrutura da edificação, a funcionalidade e/ou a vida de pessoas, tendo em vista a ocorrência de acidentes, ou a possibilidade de desmoronamentos, abalos em estruturas e assemelhados.

4.3.2.6 A Ordem de Serviço Emergencial deverá conter:

- a) Descrição completa do serviço emergencial a ser executado.
- b) Autorização expressa da FMS para a CONTRATADA iniciar imediatamente a execução do serviço solicitado, que terá o prazo de execução estabelecido no item 4.3.2.5 deste Termo de Referência.

4.3.2.7 No caso de atendimento a serviços emergenciais, não caberá emissão de Solicitação Formal pela FMS e nem aprovação de Ordem de Serviço prévio, devido à urgência na resolução da emergência.

4.3.2.8 Após a conclusão satisfatória da emergência, caberá à CONTRATADA enviar a Ordem de Serviço Emergencial, informando os seus gastos com mão de obra e insumos no atendimento da emergência. Na elaboração desta planilha deverão ser seguidos todos os critérios do subitem 4.3.1.3.4.4 deste Termo de Referência.

4.3.2.9 Após o recebimento pela fiscalização da FMS de todo o conteúdo da Ordem de Serviço referente ao serviço emergencial executado, será feita uma avaliação desse orçamento pela fiscalização da FMS.

4.3.2.9.1 Caso o orçamento constante na Ordem de Serviço seja aprovado, o valor da Ordem de Serviço Emergencial executada constará validada e seu orçamento apto a ser faturado.

4.3.2.9.2 Caso o orçamento constante na Ordem de Serviço seja reprovado, caberá à FMS esclarecer o motivo da reprovação, e caberá à CONTRATADA: prestar os devidos esclarecimentos perante a fiscalização da FMS com relação ao conteúdo reprovado do orçamento elaborado, refazer a referida Ordem de Serviço e submetê-la novamente à avaliação, quando necessário. Somente após consenso entre as partes poderá ser definido o valor da Ordem de Serviço Emergencial executada.

4.3.3. ORGANOGRAMA

4.3.3.1 A CONTRATADA deverá elaborar um organograma específico para a prestação dos serviços objeto deste e estruturar-se com os recursos humanos necessários à sua eficiência.

4.3.3.2 Objetiva esse organograma propiciar à FMS/FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO maior interatividade com a CONTRATADA na condução do planejamento de suas obrigações e deveres contratuais. Para tanto, face à diversificação dos serviços que a presente contratação encerra, faz-se necessário um organograma assim estruturado:

Gerente do Contrato: Profissional com formação em nível superior - Eng^a Civil, Arquitetura, Eng^a Elétrica ou Eng^o com especialização em Segurança do Trabalho. Suas funções predominantes serão as de:

- a) Responder, perante FMS (Fiscalização e outros), por todas as questões referentes ao contrato que esta levar à CONTRATADA para esclarecimentos ou operacionalização.

b) Coordenar as equipes de trabalho que operacionalizarão durante toda a vigência do contrato o PLANO DE MANUTENÇÃO elaborado conforme orientado no item 4.3 deste TR.

4.3.3.3 A quantidade das equipes ressaltadas no parágrafo anterior será definida pela CONTRATADA em função da avaliação que deverá fazer a esse respeito também, durante a Visita Técnica aos prédios da FMS localizados em sua área de abrangência para conhecimento do que engloba a licitação.

4.3.3.4 As equipes em questão deverão ser formadas por **profissionais qualificados e com experiências em manutenção predial de próprios destinados a serviços de saúde**. Devem ser compostas de Encarregados, Eletricistas, Bombeiros hidráulicos, Pedreiros, Técnicos de Refrigeração, Mecânico de Refrigeração, Administrativos, Auxiliares de Manutenção e Outros. Estes devem estar sempre disponíveis nas equipes, quer por sistema de rodízios que venham fazer entre elas, ou não, e a qualquer tempo, para o atendimento pleno e eficiente da dinâmica e celeridade operacionais dos serviços demandados pela manutenção das edificações da FMS.

4.3.3.5 Caberá à CONTRATADA, a partir das estratégias de operacionalização do contrato definidas no PLANO DE MANUTENÇÃO que o norteará, definir as áreas de atuação de cada equipe e formatá-la (composição) conforme as características das demandas dessas áreas; definir as atribuições de cada profissional que as integram e, de acordo com suas atribuições, também definir sua mobilidade entre as equipes.

4.3.3.6 O apoio administrativo aos profissionais técnicos supracitados deverá estar a cargo de um profissional administrativo com experiência nos fluxos administrativos entre setores internos e externos à FMS que as modalidades das demandas que produzem implicam.

Importante: À FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO será facultado interpelar todos os profissionais aqui ressaltados (CONTRATADA e FMS) sobre suas ações e procedimentos relacionados ao contrato.

4.3.4. PROTOCOLO DE PROCEDIMENTOS

4.3.4.1 A CONTRATADA deverá seguir, para a prestação dos serviços objeto deste, os procedimentos estabelecidos no item 4.3 deste Termo de Referência e apresentá-lo à FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO.

4.3.4.2 O protocolo de procedimentos de serviços ao qual se refere este item deverá ser elaborado em consonância a sequência a seguir, aplicada de acordo com as indicações apresentadas no **ANEXO C**:

a) **AVALIAÇÃO** – procedimento de perfil técnico de conhecimento da demanda de manutenção com investigação sobre a motivação que a originou;

b) **RECOMENDAÇÃO** - procedimento de perfil técnico e de orientação sobre a solução aplicável a uma demanda com base na avaliação feita;

c) **JUSTIFICATIVA** – procedimento de perfil técnico com detalhamento das ações contidas na recomendação e, quando aplicável (a critério da fiscalização), com laudo sobre a causa que a originou;

d) **ELABORAÇÃO DE ORÇAMENTO** – procedimento de perfil comercial com valoração dos serviços considerados na recomendação técnica com vistas à eliminação da causa que motivou a demanda;

e) **NOTA DE SERVIÇO** – procedimento de perfil documental com registros detalhados sobre os serviços executados, inclusive dos materiais retirados e instalados, a partir da aprovação pela FMS do orçamento elaborado;

f) **FATURA** – procedimento de perfil comercial relativo à remuneração dos serviços executados e aprovados pela FMS;

g) **NOTA FISCAL** – procedimento de perfil comercial de consolidação da fatura emitida com vistas a seu pagamento e liquidação.

4.4 SOBRE OS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO (ANEXO D):

4.4.1. MANUTENÇÃO PREDITIVA - procedimento técnico, eventual, de manutenção com vistas, inclusive, quando aplicável, à modernização de equipamentos. Caracteriza-se por ações de prevenção que corroboram para a mitigação de demandas de Manutenção Corretiva Não Programada. Podendo ser aplicadas ainda na fase da concepção de um dado projeto, ou identificadas como possíveis de serem quando da inspeção de rotina da edificação, ou, ainda, demandadas pela observação diuturna de seu funcionamento, esta, à margem da periodicidade estabelecida para as suas manutenções preventivas.

4.4.2. MANUTENÇÃO PREVENTIVA – procedimento técnico, periódico, de manutenção com vistas a preservar a vida útil do equipamento e inibir avarias que impliquem paralisações não controladas. Mitiga, por conseguinte, as ocorrências de manutenções corretivas compulsórias que, via de regra, apresentam-se onerosas, quer pelo custo da descontinuidade da produção que provoca quer pelo custo do reparo em si, ou, ainda, pela soma das duas possibilidades. As intervenções que a caracteriza seguem um protocolo pré-estabelecido pelo fabricante do equipamento, podendo, no entanto, outras, com o mesmo fito, serem agregadas ao procedimento.

4.4.3. MANUTENÇÃO CORRETIVA – procedimento técnico, eventual, de manutenção com vistas a restabelecer as características e o funcionamento de um equipamento que se tornou inoperante por avarias inesperadas em sua arquitetura, ou pela necessidade de reconstrução de partes civis da edificação avariadas por anomalias em sistemas que envelopa ou, ainda, por ação do

tempo em seus materiais. Caracteriza-se por um procedimento compulsório de reparo e por potencializar significativos custos a serem somados aos já contabilizados pela paralisação total ou parcial do processo produtivo do qual o equipamento faz parte.

4.4.4. MANUTENÇÃO CORRETIVA PROGRAMADA– procedimento técnico, eventual, de manutenção com vistas a restabelecer as características e o funcionamento de uma localidade que perdeu suas características originais de operação por comprometimento inesperado, mas não deixou de funcionar. Caracteriza-se por um procedimento programável de reparo e, em geral, “startadas” por ações atribuídas à manutenção preditiva (observação diuturna de seu funcionamento).

4.5 SOBRE OS ITENS DE MANUTENÇÃO, OU A ESTA RELACIONADA, E SEUS VALORES:

4.5.1 Os itens objeto deste contrato deverão ter como referência os serviços relacionados nos catálogos de referência de custos da EMOP, SINAPI, SCO-RJ, SBC-RJ do mês de fevereiro de 2023 sujeitas a análise prévia pela fiscalização, e de Pessoal (recursos Humanos estimados pela FMS) relacionados no ANEXO G, atendendo aos procedimentos estabelecidos no item 4.3 deste Termo de Referência. Deverão ser valorados com preços nunca superiores aos apresentados por essas referências, base utilizada nesta oportunidade para a remuneração estimada, anual, dessas contratações, informada no anexo F deste.

4.6 SOBRE A EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E RELACIONADOS

4.6.1 A CONTRATADA executará os serviços, objeto deste norteados pelas NORMAS TÉCNICAS oficiais que os regulam (ABNT e referenciadas), em obediência às dos órgãos de segurança que regulamentam todos os serviços que nelas constam, como por exemplo, as do corpo de bombeiros, e, ainda, primando pelo emprego da boa técnica - ferramentas adequadas, mão de obra qualificada e materiais de 1ª linha consagrados pelo mercado - em todas as etapas do processo.

4.7 SOBRE A VISITA TÉCNICA PARA CONHECIMENTO DAS CONDIÇÕES DE CONSERVAÇÃO DOS PRÉDIOS ADMINISTRATIVOS E DE SAÚDE COM VISTA À ELABORAÇÃO DA PROPOSTA:

4.7.1 Fica facultada para as empresas a realização de visita técnica nos endereços constantes do Anexo B, como também do Atestado com o objetivo de conhecer todos os aspectos e características inerentes aos equipamentos, serviços e materiais necessários à perfeita execução do objeto.

4.7.2 A realização da visita técnica não se consubstancia em condição para a participação, ficando, contudo, as empresas participantes cientes de que após apresentação das propostas não serão admitidas, em hipótese alguma, alegações posteriores no sentido da inviabilidade de cumprir com as obrigações, face ao descumprimento dos serviços e de dificuldades técnicas não previstas.

4.7.3 A vistoria sendo realizada deverá ser efetuada por profissional designado pela empresa licitante pertencente às áreas de Engenharia Civil, Arquitetura, Elétrica ou de Segurança de Trabalho. A vistoria deverá ser agendada até 3 (três) dias úteis antes da data da abertura da sessão inicial do certame, devendo ser agendada na Fundação Municipal de Saúde – NEA – através do endereço eletrônico, gea.fms.pmn@gmail.com.

4.8 SOBRE A PLANILHA DE SERVIÇOS E ANEXO E:

4.8.1 A planilha de serviços a ser utilizada no momento da contratação poderá compor todos os serviços relacionados nos catálogos de preços da EMOP, SINAPI, SCO-RJ, SBC-RJ no mês de referência fevereiro de 2023, sujeitos a análise e aprovação prévia da fiscalização.

4.8.2 Para fins orçamentários e estimativa de custo de mão de obra (Coordenação, Fixa, Rotativa, Outros) necessária, foram utilizados serviços do catálogo de referência da EMOP em sua formulação, conforme apresentado pelo ANEXO G, devendo os mesmos permanecerem inalterados até o fim do contrato.

4.8.3 Os valores praticados pela EMOP - Empresa de Obras Públicas do Estado do Rio de Janeiro, foram as referências utilizadas pela FMS/Niterói para o valor máximo da CONTRATAÇÃO objeto deste TR, inclusive os destacados no ANEXO G (mão de obra mínima necessária). Eventuais conflitos de interpretação desses valores deverão ser questionados à FMS e/ou corrigidos por iniciativa própria pela CONTRATADA na proposta que apresentará, **lembrando que na proposta de preços os valores destinados a SERVIÇOS não poderão sofrer alterações**. Contudo, no caso de correção por iniciativa própria, a CONTRATADA manterá a referência original e, na que o corrige lhe fazer menção com as justificativas que julgar necessárias.

4.9 SOBRE O FATURAMENTO:

4.9.1 O FATURAMENTO dos serviços dessa modalidade de Contratação, "Regime de Empreitada por Preço Unitário", dar-se-á por demandas produzidas e atestadas pela FMS/FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO, limitadas à remuneração mensal equivalente a no máximo 1/12 (um doze avos) do valor global do contrato, mediante a apresentação das ordens de serviço realizadas e os custos de mão de obra atingidos a cada mês, conforme informado no ANEXO E deste.

4.9.2 A CONTRATADA, como orientada neste TR, planejará os serviços necessários conciliando as ações compulsórias de Manutenções Preventivas com as que, eventualmente, surjam de corretivas, quer programadas ou não.

4.9.3 Todos e quaisquer serviços, e, por conseguinte, seus respectivos faturamentos, só serão autorizados mediante o cumprimento dos procedimentos listados em "4.3.4.", mesmo que o limite de remuneração mensal, neste definido (1/12 avos do valor global do

contrato), não tenha sido atingido. Para tanto, a CONTRATADA deverá proceder e apresentar a FMS/FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO DO CONTRATO o que está recomendado no subitem supracitado, isto, com vistas à aprovação desta e, quando concluídos, se aceitos, autorizar a emissão da respectiva fatura.

4.9.4 O faturamento mensal se dará pela compilação e consolidação da produção realizada em todas as Unidades da FMS assistidas no mês; e não pela produção aplicada a cada uma. Visto isso, a CONTRATADA deverá zelar pela observância do limite mensal de faturamento (1/12 avos do valor global do contrato) conciliando o faturamento teto, mensal, de referência com a obrigatoriedade de manter todos os prédios listados no **ANEXO B** operando em conformidade técnica e de segurança exigidas. O faturamento além desse limite será admitida somente na hipótese de saldos referentes a meses anteriores, paralizações de sistemas de infraestrutura por defeitos em seus componentes durante a vigência do contrato - **A não obediência ao descrito neste acarretará sanções como previstas no ANEXO C, sem prejuízo das passíveis de serem conduzidas pela FMS/SAJ.**

4.10. SOBRE OS MATERIAIS E FERRAMENTAS (FORNECIMENTO, RETIRADA E ENTREGA À FMS - COM OU SEM SUBSTITUIÇÃO)

4.10.1 A CONTRATADA obrigatoriamente deverá:

a) **Fornecer todo e qualquer material, ferramentas e mão de obra**, demandados pelas manutenções aplicáveis aos Setores Administrativos e das Unidades de Assistência de Saúde da FMS, independente de reincidências de suas necessidades durante a vigência do contrato. O fornecimento deverá ser detalhadamente justificado à FMS/FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO no orçamento que o qualificará (mão de obra / Anexo G + custo serviços) para avaliação deste com vistas a sua aprovação.

b) O orçamento a ser apresentado pela CONTRATADA para uma dada demanda se dará em conformidade com o referenciado no item 4.3 deste TR.

c) O valor total de um dado orçamento apresentado pela CONTRATADA através das Ordens de Serviço de Manutenção - OSM será avaliado pela FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO e, se consistente, avaliará sua prioridade com o ente que produziu a solicitação. Isto, com vistas a respeitar o limite dos recursos disponíveis mensalmente para viabilização de serviços (1/12 avos do preço global do contrato)

d) **Retirar**, documentar e contabilizar, por NS - alínea "e)" do subitem 4.3.4, todo material que se tornou inoperante no sistema, quer devido à sua substituição por defeito quer, se aprovada, pela modernidade que lhe foi a aplicada ("abandono" total ou parte do sistema anterior) e entregá-lo à FMS, ou descartá-lo de acordo com orientação recebida.

e) Entregar à FMS/FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO, como já ressaltado no subitem 4.10.1, letra d, todos os materiais retirados de quaisquer dos sistemas de infraestruturas dos prédios da FMS, inclusive os que já tiverem sido, eventualmente, fornecidos pela CONTRATADA nas manutenções que já tenha feito no prédio durante a vigência do contrato. À FMS/FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO caberá formalmente determinar o local onde a CONTRATADA deverá armazená-los ou, se for o caso, orientá-la como descartá-los.

f) No caso de repetição de retirada de um mesmo material, a CONTRATADA deverá anexar, além das justificativas detalhadas dessa retirada na Ordem de Serviço, um (*) laudo, assinado pelo seu Responsável Técnico (subitem 3.5. e 3.6 do Anexo A), com as informações que levaram o material, que já substituirá outro, estar sendo retirado do sistema.

5 – MODOS DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1 A execução dos serviços pela CONTRATADA será iniciada imediatamente após publicação do contrato assinado no Diário Oficial do Município.

5.2 Horário para prestação dos serviços e regras para deslocamento:

5.2.1 Todos os serviços de manutenção predial preventiva e corretiva deverão ser prestados dentro do horário de segunda à sexta-feira (exceto feriados), das 8:00 às 18:00 horas, ou conforme funcionamento da edificação, instalação predial e equipamento em questão.

5.2.2 Considerando a natureza emergencial do serviço, a critério da fiscalização da FMS, os serviços poderão ocorrer nos sábados, domingos e feriados ou no período noturno, após autorização por escrito do Gestor/Fiscal do contrato.

5.2.3 Atendimentos emergenciais devem estar previstos pela CONTRATADA para ocorrer a qualquer hora do dia ou da noite, inclusive em finais de semanas e feriados, visando a resolução de problemas técnicos mais graves e esporádicos. A CONTRATADA obriga-se a manter equipe de plantão para atender as Ordens de Serviço Emergenciais especificamente para os Serviços de Unidades Hospitalares e Policlínicas que funcionam 24 horas.

5.2.4 Os atendimentos descritos no subitem 5.2.3 não possui relação com os plantonistas listados como “equipe de manutenção fixa” no subitem 4.2, alínea II deste Termo de Referência.

5.2.5 Serviços que impliquem no desligamento de energia elétrica, água, ou outros similares deverão ser executados nos dias e horários previamente acordados com os Gestores de cada unidade.

5.2.6 Será de inteira responsabilidade da CONTRATADA assegurar a prestação dos serviços durante os horários definidos pela FMS.

5.2.7 A CONTRATADA disponibilizará veículos apropriados ao deslocamento dos componentes de sua equipe para realização dos serviços.

5.2.8 A realização de deslocamentos prévios à realização dos serviços será autorizada a critério da fiscalização da FMS, podendo dispensá-lo quando as características dos serviços assim possibilitarem, visando economicidade.

5.2.8.1 A CONTRATADA deverá possuir veículo em bom estado de conservação para realização dos deslocamentos. Deverá levar a equipe de trabalho e materiais de consumo básicos definidos na Ordem de Serviço específica, além de ferramental adequado e equipamentos mínimos necessários.

5.3 Cronograma de realização dos serviços:

5.3.1 O prazo previsto para execução dos serviços de manutenção predial será estabelecido conforme subitens 4.3.1 e 4.3.2 deste Termo de Referência.

5.3.2 Os serviços de manutenção predial preventiva deverão ser executados de acordo com cronograma constante no Anexo A do TR, e orientações e controle do subitem 4.2 e 4.3.

5.4 Ações de Sustentabilidade e Responsabilidade Ambiental:

5.4.1 Os serviços prestados pela CONTRATADA deverão pautar-se sempre no uso racional de recursos e equipamentos, de forma a evitar e prevenir o desperdício de insumos e materiais consumidos, bem como a geração excessiva de resíduos, a fim de atender às diretrizes de responsabilidade ambiental adotadas pela FMS.

5.4.2 As boas práticas de otimização de recursos, redução de desperdícios e menor poluição se pautam em alguns pressupostos e exigências que deverão ser observados pela contratada:

- a) Substituição de substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade.
- b) Racionalização/economia no consumo de energia (especialmente elétrica) e água.
- c) Reciclagem/destinação adequada dos resíduos gerados nas atividades de limpeza, asseio e conservação.
- d) Utilização de materiais que atendam à melhor relação entre custos e benefícios, considerando-se os impactos ambientais positivos e negativos associados ao produto.

5.4.3 Retirar, sob orientação da fiscalização da FMS, todos os materiais substituídos durante a realização de serviços, devendo apresentá-los a esta fiscalização para avaliação de reaproveitamento, recolhimento a depósito indicado por esta Fundação Municipal de Saúde ou descarte adequado.

5.4.4 Observar a Resolução CONAMA nº 401/2008 para a aquisição de pilhas e baterias a serem utilizadas nos equipamentos, bens e materiais de sua responsabilidade, respeitando os limites de metais pesados, como chumbo, cádmio e mercúrio.

5.4.5 Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, tais como pilhas e baterias dispostas para descarte que contenham em suas composições chumbo, mercúrio e seus compostos, remetendo-os para os estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias.

5.4.5.1 Tratamento idêntico deverá ser dispensado às lâmpadas fluorescentes e os frascos de aerossóis em geral. Estes produtos, quando descartados, deverão ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica.

5.4.6 Atender, no que couber, às disposições da Política Nacional de Resíduos Sólidos, instituída pela Lei nº 12.305 de 02 de agosto de 2010, regulamentada pelo Decreto nº 7.404 de 23 de dezembro de 2010.

5.4.7 Conduzir suas ações em conformidade com os requisitos legais e regulamentos aplicáveis, observando também a legislação ambiental para a prevenção de adversidades ao meio ambiente e à saúde dos trabalhadores e envolvidos na prestação dos serviços.

5.4.8 A qualquer tempo a FMS poderá solicitar à CONTRATADA a apresentação de relação com as marcas e fabricantes dos produtos e materiais utilizados, podendo vir a solicitar a substituição de quaisquer itens por outros, com a mesma finalidade, considerados mais adequados do ponto de vista dos impactos ambientais.

5.4.9. Todas as embalagens, restos de materiais e produtos, sobras de obra e entulhos, incluindo lâmpadas queimadas, cabos, restos de óleos e graxas, deverão ser adequadamente separados, para posterior descarte, em conformidade com a legislação ambiental e sanitária vigentes.

5.5 Os serviços de manutenção predial preventiva e corretiva serão quantificados de acordo com as unidades de medida, até a segunda casa decimal, dos serviços catalogados nas tabelas de referência evidenciadas no subitem 4.5.1 deste Termo de Referência.

5.5.1 Somente serão quantificados os serviços do subitem 5.5 que se encontrarem em conformidade com a qualidade de execução exigida pela fiscalização da FMS.

5.6 Subcontratações:

5.6.1 Haverá possibilidade de subcontratação de parte do objeto deste Termo de Referência.

5.6.2 A parte do objeto que pode ser subcontratada está definida no subitem 4.1.4 deste Termo de Referência.

5.6.3 A subcontratação da parte do objeto permitida deverá ser previamente analisada e autorizada pela fiscalização da FMS, a seu exclusivo critério conforme subitem 4.1.4.1, sem que tal aprovação implique em qualquer aceitação de transferência de responsabilidade.

5.6.4 Não haverá obrigação de subcontratação de parte do objeto a microempresa ou empresa de pequeno porte.

5.6.5 Eventual subcontratação não poderá recair sobre a totalidade do objeto ou da parcela de maior relevância da obrigação.

5.6.6 Eventual empresa subcontratada deverá cumprir os requisitos de habilitação necessários a consecução do objeto.

5.7 Demais especificações necessárias à execução do objeto:

5.7.1 A elaboração dos trabalhos para a consecução do objeto deste Termo de Referência deverá ser de primeira linha e obedecer às:

- a) Normas de Código de Defesa do Consumidor.
- b) Normas das Concessionárias de Serviços Públicos.
- c) Orientações da Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT através das NBR's.
- d) Especificações dos fabricantes de materiais, quanto ao seu modo de aplicação e utilização.
- e) Legislação vigente aplicável Municipal, Estadual e Federal.

5.7.2 A Contratada será responsável pela proteção de toda a propriedade pública e privada, linhas de transmissão de energia elétrica, adutoras, dutos de esgoto, drenagem pluvial e outros serviços de utilidade pública, ao longo e adjacentes às edificações, instalações prediais e equipamentos da FMS, devendo corrigir imediatamente, às suas expensas, quaisquer avarias que provocar nas mesmas.

5.7.3 No caso em que a Contratada venha, como resultado de suas operações, prejudicar áreas da FMS não incluídas no setor de seu trabalho, a mesma deverá recuperá-las deixando-as em conformidade com o seu estado original.

5.7.4 Os representantes da fiscalização da FMS darão suas instruções diretamente à(ao) Engenheiro(a) Civil ou Arquiteto(a) Responsável Técnico(a) da Contratada, ou à(ao) seu Preposto(a).

5.7.5 A Contratada interromperá total ou parcialmente a execução dos trabalhos sempre que:

- a) assim estiver previsto e determinado no contrato;
- b) for necessário para execução correta e fiel dos trabalhos, nos termos do contrato;
- c) houver influências atmosféricas sobre a qualidade ou segurança dos trabalhos na forma prevista no contrato;
- d) houver alguma falta cometida pela CONTRATADA, desde que esta, a juízo da fiscalização da FMS, possa comprometer a qualidade dos trabalhos subsequentes;
- e) a fiscalização da FMS assim o determinar ou autorizar por escrito.

5.7.6 A CONTRATADA cuidará para que todas as partes do local de realização das operações permaneçam sempre limpas, protegidas e arrumadas. Providenciará ainda a retirada imediata de detritos dos acessos e das áreas e vias adjacentes e internas que tenham resultado de operações relativas aos serviços prestados por ela. A remoção de todo o entulho para fora das dependências da FMS e para local permitido pela fiscalização desta Fundação será feita pela CONTRATADA a seu ônus.

5.7.7 A CONTRATADA deverá cuidar para que, após a execução dos serviços, as instalações da FMS apresentem sempre um bom aspecto, não sendo admitidas construções desalinhas ou desleixo nas instalações que não inspirem segurança e que sejam desagradáveis à vista e ao uso.

5.7.8 Todo o transporte vertical e horizontal de materiais e equipamentos no local de execução dos serviços ficará a cargo da CONTRATADA.

5.7.9 Quando houver necessidade de movimentar ou modificar equipamentos e elementos existentes nas edificações da FMS, que não esteja expressamente descrita na respectiva Ordem de Serviço, a fim de facilitar a execução de seus serviços, a CONTRATADA deverá solicitar previamente à fiscalização da FMS autorização para tais deslocamentos e modificações.

5.7.10 As vias internas e externas de acesso às dependências das unidades administradas pela FMS não poderão ser bloqueadas por equipamentos, materiais, instalações ou assemelhados sob responsabilidade da CONTRATADA, de forma a não prejudicar operação da unidade ou atividades de terceiros que eventualmente poderão estar trabalhando concomitantemente.

5.7.11 Não será permitido que os funcionários da CONTRATADA transitem nas unidades administradas pela FMS a esmo, ociosamente, por áreas que não sejam imediatas do trabalho.

5.7.12 A fiscalização da FMS não aceitará, sob nenhum pretexto, a transferência de qualquer responsabilidade da CONTRATADA para outras entidades, sejam fabricantes, técnicos, sub-empregados ou afins.

5.7.13 Não será permitido à CONTRATADA a implantação de alojamento para seus funcionários dentro das unidades gerenciadas pela FMS, a não ser previamente autorizado pela fiscalização desta Fundação Municipal de Saúde.

5.7.14 Correrá por conta exclusiva da CONTRATADA a responsabilidade por quaisquer acidentes na execução dos serviços contratados, pelo uso indevido de patentes registradas e pela destruição ou dano de patrimônio da FMS.

5.7.15 Os serviços de cada Ordem de Serviço somente serão considerados executados mediante o recebimento definitivo pelo Fiscal/Gestor do contrato, o que exigirá a aprovação, pela fiscalização da FMS, de todas as etapas de execução do serviço, incluindo: retirada dos entulhos, reconstituição das partes danificadas quando for o caso, e a limpeza completa das áreas afetadas.

5.7.16 Os valores decorrentes das Ordens de Serviço finalizadas e aprovadas pela fiscalização da FMS serão faturados mensalmente, após autorização do Gestor/Fiscal do contrato.

5.7.17 Os serviços realizados que impliquem em ônus extra para a FMS, e que não tenham sido expressamente autorizados por meio de Ordem de Serviço, serão desconsiderados para fins de pagamento, não cabendo à CONTRATADA qualquer alegação em contrário.

5.7.18 O descumprimento pela CONTRATADA dos prazos para início e término da execução dos serviços, estabelecidos neste Termo de Referência e em cada Ordem de Serviço expedida, irá sujeitá-la à aplicação de multa e sanções contratuais pela FMS.

5.7.19 Os prazos acordados neste Termo de Referência e em cada Ordem de Serviço expedida estarão vinculados a cada serviço a ser realizado, devendo a CONTRATADA possuir condições técnicas, operacionais e gerenciais para, simultaneamente, efetuar serviços sob demanda nas diversas edificações e equipamentos da FMS, de acordo com o objeto da contratação. Nesse sentido, fica estabelecido que, em nenhuma hipótese, será admitida a justificativa de retardo no início de novos serviços de manutenção autorizados pela FMS sob alegação das dimensões e complexidades de outros trabalhos em fase de execução.

5.7.20 A demora para dar início ou para concluir as Ordens de Serviço expedidas por falta de ferramentas e/ou materiais adequados, ou ainda por falta de habilidade técnica dos profissionais da CONTRATADA, deverá ser comunicada pela fiscalização da FMS ao Fiscal/Gestor do contrato em relatório, para adoção das providências cabíveis.

5.7.21 A execução dos serviços de manutenção predial preventiva e corretiva relativos a cada Ordem de Serviço poderá ser acompanhada por funcionário designado pela fiscalização da FMS.

5.8 Casos não abordados neste Termo de Referência serão definidos pela fiscalização da FMS, de maneira a manter o padrão de qualidade previsto para os serviços em questão.

5.9 Nenhuma modificação poderá ser feita nas especificações dos serviços constantes em Ordem de Serviço expedida pela CONTRATADA, após autorização de execução pela FMS.

5.10 No caso de serviços novos incluídos por meio de aditivos contratuais, será adotada a taxa de BDI especificada pela FMS sempre que a taxa de BDI adotada pela CONTRATADA for injustificadamente elevada, com vistas a garantir o equilíbrio econômico-financeiro do contrato e a manutenção do percentual de desconto ofertado pela CONTRATADA em atendimento ao art. 37, Inciso XXI, da Constituição Federal e ao art. 14 do Decreto nº 7.983/2013.

5.11 A fiscalização técnica dos contratos avaliará constantemente a execução do objeto e utilizará o Acordo de Níveis de Serviço - ANS, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a CONTRATADA:

- a) não produzir os resultados, deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou
- b) deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

5.12 A utilização do ANS não impede a aplicação concomitante de outros mecanismos para a avaliação da prestação dos serviços.

5.13 Durante a execução do objeto, a fiscalização da FMS deverá monitorar constantemente o nível de qualidade dos serviços para evitar a sua degeneração, devendo intervir para requerer à CONTRATADA a correção das faltas, falhas e irregularidades constatadas.

5.14 A fiscalização da FMS deverá apresentar ao preposto da CONTRATADA a avaliação da execução do objeto ou, se for o caso, a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

5.15 Em hipótese alguma será admitido que a própria CONTRATADA materialize a avaliação de desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizada.

5.16 A CONTRATADA poderá apresentar justificativa para a prestação do serviço com menor nível de conformidade, que poderá ser aceita pela fiscalização da FMS, desde que comprovada a excepcionalidade da ocorrência, resultante exclusivamente de fatores imprevisíveis e alheios ao controle do prestador.

5.17 Na hipótese de comportamento contínuo de desconformidade da prestação do serviço em relação à qualidade exigida, bem como quando esta ultrapassar os níveis mínimos toleráveis previstos nos indicadores, além dos fatores redutores, devem ser aplicadas as sanções à CONTRATADA de acordo com as regras previstas no ato convocatório.

5.18 A fiscalização da FMS poderá realizar avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período escolhido seja suficiente para avaliar ou, se for o caso, aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.

5.19 Tendo como base as Ordens de Serviços executadas pela manutenção no ano de 2020, segue relação de serviços de manutenção mais necessários e utilizados por esta FMS:

- DEMOLICAO MANUAL DE ALVEN. DE TIJ. FURADOS
- REMOÇÃO DE DIVISÓRIA DE MADEIRA, PRÉ-MOLDADA, Prensada ou Semelhante.
- ARRANCAMENTO DE PORTAS, JANELAS E CAIXILHOS DE AR CONDICIONADO OU OUTROS
- LIMPEZA DE CALHA EM ENCOSTA
- LIMPEZA DE TELHA CERÂMICA, CONSTANDO DE LAVAGEM COM ÁGUA PURA E ESCOVAÇÃO COM ESCOVA DE AÇO
- ANDAIME DE TABUADO SOBRE CAVAL.(INCL. ESTES), EM PINHO DE 1ª,C/APROVEIT.DA MAD. 20 VEZES,INCL.MOV. P/PE DIREITO DE 4,00M
- ASSENTAMENTO DE TUBO PVC RQ, DIAM. DE 2"
- MONTAGEM DE CONJ. MOTOR-BOMBA ATE 5CV
- MONTAGEM DE PAINEL DE PARTIDA P/CONJ. ATE 5CV
- PAVIMENTAÇÃO EM LAJOTAS DE CONCRETO, INTER-TRAVADO, COM 6cm DE ESPESSURA, ASSENTES SOBRE COLCHÃO DE PÓ-DE-PEDRA, AREIA OU MATERIAL EQUIVALENTE

- PODA DE ARVORES, LIMP. DOS GALHOS SECOS E RETIRADA DE PARASITAS
- MANUTENCAO E RECOMP. DE AREA AJARDINADA, C/LIMP. E REPLANTIO DE ARBUSTOS
- ALAMBRADO PARA CAMPO DE ESPORTE DE 3,00X6,00M, COM UM MONTANTE A CADA 3,00M, EM TELA GALV. Nº12 E MALHA LOSANGO DE 5CM, FIXADA EM TUBOS DE FERRO GALVANIZADO DE 2" E CONTRAVENTAMENTO DE 1,75M, EM CADA MODULO, ESTES CHUMBADOS EM BLOCOS DE CONCRETO, INCLUSIVE ESCAVACAO, CONCRETO DOS BLOCOS, REATERRO, TRANSPORTE, CARGA E DESCARGA, EXCLUSIVE PINTURA. FORNECIMENTO E COLOCACAO
- CONCRETO P/PECAS ARMADAS, P/UMA RESISTENCIA A COMPRES. DE 15MPA, INCL. MAT., CONFECCAO E TRANSP. HORIZ. E VERT.
- ESTRUTURA METALICA PARA COBERTURA DE GALPAO EM ARCO OU EM DUAS OU MAIS AGUAS, COM TRELICAS, TERCAS, TIRANTES, ETC, SOBRE APOIOS (EXCLUSIVE ESTES) PARA CARGA DE COBERTURA DE FIBROCIMENTO OU METALICA, VAOS ATE 15M, CONSIDERANDO AS PERDAS E UMA DEMAO DE PINTURA ANTIOXIDO, EXCLUSIVE COBERTURA E ACESSORIOS. FORNECIMENTO E MONTAGEM
- PILARES E/OU VIGAS EM TRELICAS METALICAS, INCLUSIVE PERDAS E UMA DEMAO DE PINTURA ANTIOXIDO. FORNECIMENTO E MONTAGEM
- RECONSTITUICAO DE ESTRUT. LEVE, MEDIDA P/ KG DE ACO NECESSARIO.
- ALVENARIA DE TIJ. CERAM. FURADOS (10 X 20 X 20)CM, EM PAREDES DE 10CM, C/VAOS OU ARESTAS, ATE 3,00M DE ALT.
- ASSENTAMENTO DE AZUL. 15X15, EXCL. ESTES, C/NATA DE CIM. COMUM SOBRE EMBOCO EXIST., INCL. REJUNT. C/CIM. BRANCO
- ASSENTAMENTO DE LADRILHOS EM PAREDES EXCL. ESTES, INCL. CHAPISCO E EMBOCO, ASSENT. C/CIM. COMUM E REJUNT. C/CIM. BRANCO
- FORRO ARAMADO MONOLITICO DE DRYWALL, COMPOSTO DE UMA CHAPA GESSO ACARTONADO, TIPO STANDARD, LARGURA DE 600MM, COMPRIMENTO DE 2000MM E ESPESSURA DE 12,5MM, COM TRATAMENTO JUNTAS COM MASSA E FITA PARA UNIFORMIZACAO DA SUPERFICIE DAS CHAPAS DE GESSO ACARTONADO, SUSPENSA POR MEIO DE ARAME Nº18, REVESTIDO DE PVC, FIXADO EM ESTRUTURA SUPERIOR. FORN. E COLOC.
- RECOMPOSICAO DE PISO CIMENTADO, C/ARG. DE CIM. E AREIA 1:3, ESP. DE 2CM, EXCL. BASE DE CONCR.
- PISO VINILICO EM MANTAS DE RESINA DE PVC PLASTIFICANTE, DE 2M DE LARGURA X 20M DE COMPRIMENTO, HOMOGENEO, COM 3MM DE ESPESSURA, LISO, MESCLADO OU PONTILHADO, JUNTAS SOLDADAS A QUENTE, ASSENTES SOBRE BASE EXISTENTE, DEVENDO ATENDER A ABNT, NO QUE CONCERNE A RESISTENCIA, AO IMPACTO, SOLIDEZ, DUREZA E ACO DE AGENTES QUIMICOS, INCLUSIVE ADESIVO. FORNECIMENTO E COLOCACAO
- GRADE DE FERRO, FORMADA POR BARRAS VERTICAIS DE 1.1/2" x 3/8" E HORIZONTAIS DE 2" x 3/8"
- GRADE DE FERRO PARA PROTECCAO DE JANELA OU APARELHO DE AR CONDICIONADO, FORMADA POR BARRAS QUADRADAS DE 3/8"
- GUARDA-CORPO DE TUBOS DE ACO GALVANIZADO SOLDADOS, FORMANDO MODULOS DE 2,20M DE COMPRIMENTO E 1,00M DE ALTURA, COM 3 MONTANTES DE 2" DE DIAMETRO CHUMBADOS NO CONCRETO (EXCLUSIVE ESTE), TRAVESSA SUPERIOR DE 2" E TRAVESSA INFERIOR E INTERMEDIARIA DE 1". FORNECIMENTO E COLOCACAO
- VIDRO PLANO TRANSPARENTE, COMUM, DE 4MM DE ESPESSURA. FORNECIMENTO E COLOCACAO
- ABRIGO P/BOMBA, DIM. DE 0,70 X 0,50 X 0,50M, EM ALVEN. DE TIJ., C/PORTA DE 0,60 X 0,40M
- INSTALACAO E ASSENT., APARELHO AR CONDICIONADO TIPO PAREDE, INSTAL. APARENTE, EXCL. FORN. APARELHO, INCL. ABRACADEIRAS
- REPARO DE VALV. DE DESC.
- FORRO DE PVC 10 e 20 cm
- ENTRADA DE SERVICIO (PC), PADRAO AMPLA, PARA MEDICAO TRIFASICA, 1 MEDIDOR, INSTALADO EM MURO, COM CARGA INSTALADA ATE 30KW, CONSTANDO DE POSTE DE CONCRETO COMPLETO, CABINE EM ALVENARIA, COM PORTA, CAIXA PARA INSTALACAO DO MEDIDOR, CAIXA DE CONCRETO PARA

ATERRAMENTO, HASTE DE ATERRAMENTO E DEMAIS MATERIAIS NECESSÁRIOS, EXCLUSIVO DISJUNTOR E FIO OU CABO DE ENTRADA E SAÍDA

- INSTALAÇÃO DE PONTO DE LUZ EQUIV. A 2 VARAS DE ELETR. DE PVC RÍGIDO DE 1/2"
- INSTALAÇÃO DE PONTO DE FORÇA ATÉ 2CV, EQUIV. A 2 VARAS DE ELETR. DE PVC RÍGIDO DE 1/2"
- INSTALAÇÃO DE PONTO DE TOMADA EQUIV. A 2 VARAS DE ELETR. DE PVC RÍGIDO DE 1/2".
- COBERTURA TERMO-ISOLANTE, DUPLA, TRAPEZOIDAL, ALUMÍNIO 0,43MM, P/USO ONDE SE REQUER CONFORTO TÉRMICO, DUPLA ESTANQUEIDADE LATERAL, S/PINTURA, RECHEIO DE POLIESTIRENO EXPANDIDO (EPS ALTURA=40MM) C/RETARDANTE A CHAMA E DENSIDADE NBR-11.752 DA ABNT, LARGURA ÚTIL DE 0,99M, COMPRIMENTO ATÉ 12,00M, INCL. ACESSÓRIOS P/FIXAÇÃO, ALTURA TOTAL 78,8MM. FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO
- MADEIRAMENTO P/COBERT. EM DUAS ÁGUAS, EM TELHAS CERAM., EM MACARANDUBA SERRADA
- COBERTURA EM TELHAS COLONIAIS
- CUMEEIRA P/COBERT. EM TELHAS FRANCESAS OU COLONIAIS
- COBERTURA EM TELHAS ONDULADAS DE CIMENTO, SEM AMIANTO, REFORÇADO COM FIOS SINTÉTICOS (CRFS), COM ESPESSURA DE 6MM, EXCLUSIVAMENTE MADEIRAMENTO. FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO
- PINTURA COM TINTA EPOXI A BASE D'ÁGUA SEMIBRILHANTE, PARA USO HOSPITALAR, SOBRE PAREDES E PISOS DE CENTRO CIRÚRGICO OU UTI, INCLUSIVE LIXAMENTO, UMA DEMÃO DE SELADOR ACRÍLICO, DUAS DEMÃOS DE MASSA ACRÍLICA E DUAS DEMÃOS DE ACABAMENTO
- PINTURA C/TINTA ACRÍLICA INT. OU EXT., EM TIJ., CONCR. LISO, CIM.-AMIANTO, REVESTIM., MAD.E FERRO, INCL. DEMÃO DE MEIA MASSA

Visto o exposto, a contratação desses serviços deve ser entendida também como "ferramenta" para a preservação da boa imagem da FMS junto ao público que assiste.

6 – CRITÉRIO DE ACEITAÇÃO

6.1. Sobre o recebimento, aceitação e garantia dos serviços:

6.1.1 O recebimento e a aceitação dos serviços constantes em cada Ordem de Serviço dar-se-ão da seguinte forma:

6.1.1.1 DEFINITIVAMENTE: em até 10 (dez) dias corridos, contados a partir da finalização da execução do serviço, mediante a assinatura da Ordem de Serviço pelo GESTOR/FISCAL do contrato, garantindo ao serviço o seu pleno funcionamento e qualidade de execução.

6.1.1.2 Se, após o Recebimento definitivo, for identificada qualquer falha na execução não visível pela fiscalização em momento de assinatura de sua Ordem de Serviço, cuja responsabilidade seja atribuída à CONTRATADA, o prazo para a efetivação do Recebimento Definitivo será interrompido, recomeçando sua contagem após o saneamento das impropriedades detectadas.

6.1.1.3 Os serviços de cada Ordem de Serviço somente serão considerados executados mediante o Recebimento Definitivo pelo Fiscal/Gestor do contrato, o que exigirá a aprovação, pela FMS, de todas as etapas de execução do serviço, incluindo: retirada dos entulhos, reconstituição das partes danificadas quando for o caso, e a limpeza completa das áreas afetadas.

6.1.1.4 O Recebimento Definitivo não exclui a responsabilidade civil da CONTRATADA pela solidez e segurança dos serviços e dos materiais empregados, durante o período de garantia previsto neste Termo de Referência.

6.1.2 Independentemente da vigência do contrato, os serviços de manutenção predial preventiva e corretiva executados terão garantia técnica de execução, contado do Recebimento Definitivo dos serviços.

6.1.3 A garantia técnica de execução dos serviços deverá estar em conformidade com o estabelecido no Anexo D da NBR 15.575-1, com o Código de Defesa do Consumidor, e com o Código Civil.

6.1.4 Durante o prazo de garantia, a CONTRATADA ficará obrigada a reparar qualquer defeito relacionado à má execução dos serviços por ela prestados, sempre que houver solicitação, e sem ônus para a FMS.

6.1.5 Serão critérios de aceitação o cumprimento de todos os requisitos desde Termo de Referência.

7 – QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

Para fins de comprovação de qualificação técnica, deverão ser apresentados os seguintes documentos:

- a) Certidão de Registro da empresa licitante no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU, da jurisdição da empresa, e do profissional, que comprove estar habilitada nos ramos de atividade da Engenharia Civil e Engenharia Elétrica e dentro do prazo de validade;
- b) Prova de possuir no seu quadro permanente, na data do certame, profissional ou profissionais de nível superior com formação de Engenheiro Civil ou Arquiteto, Engenheiro Eletricista, Engenheiro de Segurança no Trabalho e Engenheiro Mecânico junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo

(CAU) da localidade da licitante, detentores de atestado(s) de responsabilidade técnica por execução de serviços de características semelhantes, averbado pelo CREA ou CAU, acompanhados das respectivas Certidões de Acervo Técnico – CAT, expedidas por estes Conselhos, que comprovem ter os profissionais executado serviços relativos à execução de obra com características técnicas similares às do objeto da presente licitação, limitada esta exigência às parcelas de maior relevância.

- c) A comprovação de que o(s) detentor(es) do(s) referido(s) Atestado(s) de Responsabilidade Técnica é (são) vinculado(s) à licitante, deverá ser feita através de cópia de sua(s) ficha(s) de registro de empregado, da(s) Certidão(ões) de Registro do CREA ou CAU, do(s) contrato(s) particular(es) de prestação de serviços, do(s) contrato(s) de trabalho por prazo determinado ou por meio de de outros instrumentos que comprovem a existência de um liame jurídico entre a licitante e o(s) profissional(ais) qualificado(s), cuja duração seja, no mínimo, suficiente para a execução do objeto licitado.
- d) No caso de duas ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, ambas serão inabilitadas.
- e) Declaração indicando o nome, CPF e nº do registro na entidade profissional competente do responsável técnico que acompanhará a execução dos serviços de que trata o objeto deste TR.
- f) Prova de possuir disponibilidade de instalações, aparelhamento e pessoal técnico adequados à realização do objeto deste TR, apresentando relação explícita e declaração formal das disponibilidades exigidas.
- g) Prova de possuir Atestado de Capacidade Técnica (ACT) que comprove a execução de obras de complexidade similar à constante do objeto da licitação, averbado pelo CREA ou CAU, emitidos por entidades de direito público ou privado, limitada esta exigência às parcelas de maior relevância, como definidas nas parcelas de maior relevância técnica.
- h) Os atestados apresentados para atender ao estipulado nos subitens anteriores deverão estar acompanhados de cópia das respectivas certidões de registro no CREA, relativas às obras atestadas.
- i) O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, disponibilizando, dentre outros, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.
- j) Prova de possuir no seu ramo de atuação (contrato social) e em seu registro do CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) atribuições relacionadas a serviços de engenharia.
- k) Nos atestados deverão constar necessariamente o nome do licitante e indicar experiência na prestação de serviços continuados de manutenção predial, preventiva e corretiva em edifícios, totalizando, no mínimo, 16.000 m² de área construída.
- l) A comprovação a que se refere o item poderá ser efetuada pelo somatório das quantidades realizadas em tantos atestados ou certidões válidas quanto dispuser o licitante.
- m) Parcelas de maior relevância:
 - Serviços de manutenção preventiva e corretiva em unidades de saúde;
 - Instalações: Hidrossanitárias, elétricos e mecânicos;
 - Alvenaria;
 - Revestimentos e Pintura;
 - Forro e DRYWALL;
 - Esquadria: Alumínio, cedro, PVC e ferro;
 - Cobertura: Telha ondulada de alumínio, telha termo isolante trapezoidal, cerâmicas, fibrocimento e chapas de policarbonato;
 - Impermeabilização: Lajes e reservatórios;
 - Pisos: Granito, cerâmica, vinílico.

Obs.1: Foi estabelecida uma Curva ABC utilizando dados dos serviços mais demandados durante o período de janeiro de 2020 a dezembro de 2020 pela manutenção do parque predial do município de Niterói e os serviços elencados nela serviu como base para escolha das parcelas de maior relevância.

Obs.2: Ainda que as parcelas de maior relevância não estejam contidas no segmento A da curva ABC, foram considerados os serviços que foram de fato mais relevantes tecnicamente, pois são representativamente mais importantes devido a sua dificuldade, impacto e necessidade técnica de execução.

8 – DEVERES DO CONTRATANTE

- 8.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com os termos de sua proposta.
- 8.2 Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

- 8.3 Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas no curso da execução das Ordens de Serviço, fixando prazo para a sua correção, certificando-se que as soluções por ela propostas sejam as mais adequadas.
- 8.4 Pagar à Contratada o valor resultante da prestação de cada Ordem de Serviço, no prazo e condições estabelecidas neste Termo de Referência.
- 8.5 Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura mensal da CONTRATADA, no que couber.
- 8.6 Responsabilizar-se em não praticar atos de ingerência na administração da CONTRATADA, tais como:
- 8.6.1 Exercer o poder de mando sobre os empregados da CONTRATADA, devendo reportar-se somente aos prepostos ou responsáveis por ela indicados.
- 8.6.2 Direcionar a contratação de pessoas para trabalhar nas empresas CONTRATADAS.
- 8.6.3 Promover ou aceitar o desvio de funções dos trabalhadores da CONTRATADA, mediante a utilização destes em atividades distintas daquelas previstas em Ordem de Serviço específica para a qual o trabalhador foi designado.
- 8.7 Fornecer por escrito as informações necessárias para o desenvolvimento dos serviços objeto do contrato.
- 8.8 Realizar avaliações periódicas da qualidade dos serviços, após o seu recebimento.
- 8.9 Comunicar ao gestor e fiscal do contrato e setores responsáveis para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento das obrigações pela CONTRATADA.
- 8.10 Arquivar, entre outros documentos, projetos, “as built”, especificações técnicas, orçamentos, termos de recebimento, contratos e aditamentos, relatórios de inspeções técnicas após o recebimento do serviço e notificações expedidas.
- 8.11 Fiscalizar o cumprimento dos requisitos legais, quando a CONTRATADA houver se beneficiado da preferência estabelecida pelo art. 3º, 5º, da Lei nº 8.666/1993.
- 8.12 Estabelecer rotinas e procedimentos para o cumprimento deste Termo de Referência.
- 8.13 Emitir Solicitações Formais através dos canais de comunicação e gerenciamento disponibilizados, notificando a CONTRATADA sobre a necessidade de execução de serviço ordinário de manutenção predial.
- 8.14 Analisar e aprovar, a seu critério, a Ordem de Serviço de Manutenção - OSM enviada pela CONTRATADA, devendo reprovar o referido documento e questionar os valores nele contidos em caso de não concordância com os mesmos.
- 8.15 Emitir autorização para Ordem de Serviço para início da prestação de qualquer serviço pela Contratada.
- 8.16 Garantir que os profissionais da CONTRATADA não executem tarefas em desacordo com as condições pré-estabelecidas neste Termo de Referência e em cada Ordem de Serviço expedida.
- 8.17 Propiciar acesso aos empregados da CONTRATADA às suas dependências para a execução dos serviços.
- 8.18 Ceder à CONTRATADA, quando necessário e for possível, espaço no interior de suas dependências para guarda de equipamentos, materiais e ferramentas necessários à execução da Ordem de Serviço, ficando a CONTRATADA responsável pelo seu zelo e posterior desocupação, nas mesmas condições em que lhe foi cedido.
- 8.19 Conferir e aprovar o Relatório Técnico Mensal de Execução dos Serviços e as Ordens de Serviço executadas pela CONTRATADA durante o mês de referência.
- 8.20 Avaliar a qualidade da prestação dos serviços da Contratada através de Acordo dos Níveis de Serviço - ANS, conforme anexo D deste TR, efetuando eventuais descontos no pagamento mensal dos serviços referenciados no item 5, com as devidas garantias e aceitação do item 6 deste TR, quando couber.
- 8.21 Autorizar a emissão de Nota Fiscal/Faturamento mensal pela CONTRATADA somente após: Recebimento Definitivo das Ordens de Serviço prestadas no mês de referência, análise e aprovação do Acordo dos Níveis de Serviço elaborado pela CONTRATADA, e análise a respeito de descontos no pagamento dos serviços referente à avaliação do respectivo ANS.
- 8.22 Exigir a substituição de qualquer empregado da CONTRATADA, inclusive o Engenheiro(a) Civil ou Arquiteto(a) Responsável Técnico(a), que não mereça confiança no trato dos serviços, que produza complicações para a supervisão e fiscalização da FMS ou que adote postura inconveniente ou incompatível com o exercício das atribuições que lhe forem designadas. O empregado substituído não poderá mais ser enviado para atendimento de nenhuma Ordem de Serviço deste contrato.
- 8.23 Aplicar à CONTRATADA as penalidades contratuais e regulamentares cabíveis, garantidos o contraditório e a ampla defesa.

9 – DEVERES DA CONTRATADA

- 9.1 Executar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais e de cada Ordem de Serviço, além de fornecer e utilizar os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade mínimas especificadas neste Termo de Referência e em cada Ordem de Serviço.
- 9.2 Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo Fiscal do contrato, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.
- 9.3 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado ao município, devendo ressarcir imediatamente a FMS em sua integralidade, ficando a FMS autorizada a descontar da garantia, caso exigida no Edital, ou dos pagamentos devidos à CONTRATADA, o valor correspondente aos danos sofridos.

- 9.4 Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.
- 9.5 Vedar a utilização, na execução dos serviços, de empregado que seja familiar de agente público ocupante de cargo em comissão ou função de confiança na FMS, nos termos do artigo 7º do Decreto nº 7.203/2010.
- 9.6 Entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, até o dia 30 (trinta) do mês seguinte ao da prestação dos serviços, os seguintes documentos: 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social; 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União; 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Municipal ou Distrital do domicílio ou sede do contratado; 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme alínea "c" do item 10.2 do Anexo G-B da IN SEGES/MPDG nº 5/2017; 6) Guia de Recolhimento do FGTS do mês referente ao Pagamento e seu Respectivo Comprovante de Quitação/Pagamento; 7) Guia de Recolhimento do INSS do mês referente ao Pagamento e seu Respectivo Comprovante de Quitação/Pagamento; 8) Folha de Pagamento referente ao mês – SEFIP/GFIP.
- 9.7. Responsabilizar-se pelo cumprimento das obrigações previstas em Acordo, Convenção, Dissídio Coletivo de Trabalho ou equivalentes das categorias abrangidas pelo contrato, por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade à FMS.
- 9.8 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços.
- 9.9 Prestar todo esclarecimento ou informação solicitada pela FMS ou por seus prepostos, garantindo-lhes o acesso, a qualquer tempo, ao local dos trabalhos, bem como aos documentos relativos à execução do empreendimento.
- 9.10 Paralisar, por determinação da FMS, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 9.11 Promover a guarda, manutenção e vigilância de materiais, ferramentas, e tudo o que for necessário à execução dos serviços, durante a vigência do contrato.
- 9.12 Promover a organização técnica e administrativa dos serviços, de modo a conduzi-los eficaz e eficientemente, de acordo com os documentos e especificações que integram este Termo de Referência, no prazo determinado.
- 9.13 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local dos serviços e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 9.14 Submeter previamente, por escrito, à FMS, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações da Ordem de Serviço.
- 9.15 Garantir a não permissão e utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.
- 9.16 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- 9.17 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou para reabilitado da Previdência Social, bem como as regras de acessibilidade previstas na legislação, quando a Contratada houver se beneficiado da preferência estabelecida pela Lei nº 13.146/2015.
- 9.18 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato.
- 9.19 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do art. 57 da Lei nº 8.666/1993.
- 9.20 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da FMS.
- 9.21 Prestar os serviços dentro dos parâmetros e rotinas estabelecidos, fornecendo todos os materiais, equipamentos e utensílios em quantidade, qualidade e tecnologia adequadas, com a observância às recomendações aceitas pela boa técnica, normas e legislação.
- 9.22 Iniciar a execução dos serviços imediatamente após a publicação do contrato no Diário Oficial do Município.
- 9.23 Executar o Plano de Manutenção Operação e Controle – PMOC bem como o Plano Anual de Manutenção Preventiva constante no Anexo A do TR nas edificações, instalações prediais e equipamentos da FMS, após autorização da fiscalização desta Fundação Municipal de Saúde.
- 9.24 Executar os serviços de forma a produzir o máximo de resultados, com o mínimo de transtorno para a FMS, devendo, para tanto, programar a sua execução dentro dos parâmetros e orientações do Núcleo de Engenharia e Arquitetura - NEA, em observância às normas legais e regulamentares aplicáveis e às recomendações aceitas pela boa técnica.
- 9.25 Executar somente os serviços autorizados pela FMS mediante Ordem de Serviço.
- 9.26 Considerar a quantidade estimada de serviços a serem executados, constante em Memória de Cálculo da FMS, Anexo G deste TR, como uma previsão, não havendo nenhum comprometimento da FMS quanto à quantidade total de serviços a serem efetivamente prestados durante a vigência da contratação.

9.27 Considerar os valores contratuais previstos no Item 1 deste Termo de Referência como uma estimativa, não havendo nenhum comprometimento da FMS quanto ao valor total dos serviços a serem efetivamente pagos à Contratada durante a vigência da contratação.

9.28 Respeitar as normas e procedimentos de controle interno da FMS, inclusive de acesso às suas dependências.

9.29 Alocar os quantitativos de mão de obra e materiais/ferramentas/equipamentos necessários para a execução dos serviços, de acordo com o estabelecido em cada Ordem de Serviço.

9.30 Arcar com transporte e deslocamento de toda a mão de obra, ferramentas e insumos ao local de execução dos serviços, inclusive em casos de paralisação dos transportes coletivos, com exceção dos deslocamentos previstos no subitem 5.2.8 deste Termo de Referência.

9.31 Garantir a não transferência a terceiros, por qualquer motivo, nem mesmo parcialmente, da execução dos serviços, nem subcontratar quaisquer das prestações a que está obrigada, sem a expressa autorização da FMS.

9.32 Realizar todas as transações comerciais necessárias à execução dos serviços contratados exclusivamente em seu próprio nome.

9.33 Contar com colaboradores especializados em manutenções prediais preventivas e corretivas nas seguintes áreas: redes e instalações elétricas; redes e instalações hidrossanitárias; sistema de proteção contra descargas atmosféricas (SPDA); sistema de prevenção e combate a incêndio; sistema de águas pluviais; sistema de bombas hidráulicas e motores elétricos; sistema de exaustão e ventiladores/renovação de ar; portões automáticos; reconstituição da parte civil e estrutural das edificações (impermeabilização, serralheria, soldagem, esquadrias, vidraçarias, gesso, forro, revestimentos em piso e parede, marcenaria, pintura, alvenaria, divisórias, adaptação/ajuste de mobiliários em geral, cortinas, persianas, dentre outros similares); reparos, consertos e substituições nas coberturas/telhados; serviços de reparação pontual de elementos estruturais, de alvenaria e de revestimentos das edificações; sistema de bebedouros; reparo/restauração/reconstituição de elementos prediais pertencentes a edificações sob a gestão da FMS.

9.34 Disponibilizar à FMS, sempre que solicitado, os seguintes profissionais, dentre outros: bombeiro hidráulico/encanador, ajudante de bombeiro hidráulico, carpinteiro, ajudante de carpinteiro, eletricista, ajudante de eletricista, pedreiro, ajudante/servente de pedreiro, azulejista, engenheiro civil ou arquiteto, profissional de impermeabilização, marceneiro, gesso, soldador, pintor, serralheiro e vidraceiro.

9.35 Responsabilizar-se por toda a gestão da mão de obra necessária para a realização dos serviços de manutenção predial corretiva e preventiva, utilizando-se de funcionários habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor.

9.36 Enviar para execução dos serviços solicitados pela FMS em cada Ordem de Serviço funcionários que, sob sua exclusiva responsabilidade, deverão atender, dentre outros, os seguintes requisitos mínimos:

- a) ter qualificação para o exercício das atividades que lhe forem confiadas;
- b) ter bons princípios de urbanidade;
- c) apresentar-se uniformizado e identificado por crachá;
- d) ter escolaridade mínima de acordo com a função a ser desempenhada;
- e) apresentar-se para execução dos serviços utilizando os Equipamentos de Proteção Individual - EPI, quando for o caso.

9.37 Orientar seus empregados a se manterem sempre limpos, asseados e devidamente uniformizados, além de identificados por crachá, quando em serviço nas dependências da FMS.

9.38 Fornecer além do uniforme, todos os Equipamentos de Proteção Individual - EPI's e Equipamentos de Proteção Coletiva - EPC's a todos os seus empregados, sempre que os serviços demandados em Ordem de Serviço os exijam por normas de segurança em vigor.

9.39 Diligenciar para que seus empregados, durante a execução de uma Ordem de Serviço, tratem com urbanidade o corpo funcional da FMS, clientes, visitantes e demais contratados, podendo a FMS exigir a substituição daquele cuja conduta seja julgada inconveniente.

9.40 Informar à FMS, para efeito de controle de acesso às suas dependências, o nome, os respectivos números da carteira de identidade, CPF e matrícula (se houver) de todos os empregados, contratados e colaboradores a qualquer título a serem enviados para execução das Ordens de Serviço.

9.41 Utilizar materiais, equipamentos e ferramentas de primeira qualidade e em perfeito estado de funcionamento e conservação, devendo mantê-los em perfeitas condições de funcionalidade e com todos os dispositivos de segurança inerentes a cada equipamento ou material, de modo a evitar acidentes e prejuízos às instalações da FMS e à prestação dos serviços.

9.42 Observar as normas técnicas elaboradas pela ABNT nos termos da Lei nº 4.150/1962 para aferição e garantia da aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança dos materiais utilizados.

9.43 Identificar todos os equipamentos, ferramentas e utensílios de sua propriedade, de forma a não serem confundidos com similares de propriedade da FMS.

9.44 Substituir, imediatamente, a pedido da fiscalização da FMS, sem que lhe caiba o direito de reclamação ou indenização, os materiais/equipamentos/ferramentas que apresentarem rendimentos insatisfatórios e de baixa qualidade durante a execução de uma Ordem de Serviço.

- 9.45 Comunicar, previamente, eventual necessidade de substituição de material especificado em Ordem de Serviço, com as devidas justificativas. O produto para reposição deverá ser aprovado pela fiscalização da FMS.
- 9.46 Responder por danos, avarias e desaparecimento de bens materiais, causados à FMS ou a terceiros, por seus prepostos ou empregados, em atividade nas dependências desta Fundação, desde que fique comprovada a responsabilidade, nos termos do Artigo 70 da Lei nº 8.666/1993.
- 9.47 Atender ao chamado para solicitações de manutenção predial nos prazos citados neste Termo de Referência, contados do recebimento da autorização de Ordem de Serviço emitida pela FMS.
- 9.48 Prestar todos os serviços de Ordens de Serviço Ordinárias dentro do horário de segunda à sexta-feira (exceto feriados), das 8:00 às 18:00 horas, ou conforme funcionamento da edificação em questão.
- 9.49 Executar serviços que impliquem no desligamento de energia elétrica, água, ou outros similares nos dias e horários previamente acordados com a fiscalização da FMS e gestores da unidade.
- 9.50 Prestar atendimentos emergenciais à FMS, após recebimento de Ordem de Serviço Emergencial, que podem ocorrer a qualquer hora do dia ou da noite, inclusive em finais de semana e feriados, visando a resolução de problemas técnicos de manutenção predial corretiva mais graves e esporádicos.
- 9.51 Manter sistema de pronto atendimento de emergência 24 horas, acessível por meio de telefone celular ou fixo, disponibilizando equipe técnica especializada e operacional, a fim de sanar emergências que ponham em risco a integridade dos ocupantes e/ou das instalações físicas da FMS, ou qualquer de seus equipamentos e instalações.
- 9.52 Ordem de Serviço de Manutenção - OSM para serviços ordinários demandados pela FMS via Solicitação Formal, e Ordens de Serviço Emergenciais executadas. Deverá seguir as regras dispostas nos subitens 4.3.1 e 4.3.2 deste TR para a referida elaboração.
- 9.53 Elaborar e entregar à FMS o Relatório Técnico Mensal de Execução dos Serviços, em que conste o valor de todas as Ordens de Serviço recebidas definitivamente pela FMS no mês de referência, incluindo relatório fotográfico dos serviços executados com no mínimo 5 (cinco) fotos por Ordem de Serviço realizada. Deverá ser fotografado o local antes e após a execução dos serviços.
- 9.54 Realizar a movimentação de móveis e equipamentos nos recintos da FMS, inclusive eventuais desmontagens e remontagens, quando isto for necessário à desobstrução do local onde serão realizados os trabalhos. Imediatamente após a conclusão dos serviços, realizar o reposicionamento dos móveis e equipamentos no local, seguindo-se de limpeza do local, sem que essas atividades impliquem acréscimo nos preços combinados em Ordem de Serviço.
- 9.55 Executar a limpeza completa e retirada de entulhos em todas as áreas em que houver prestado serviço de manutenção predial preventiva e corretiva, devendo essa limpeza ser executada durante a prestação dos serviços e também ao término das intervenções.
- 9.56 Proteger o mobiliário e equipamentos existentes no local de realização dos serviços utilizando lonas ou outros materiais adequados, devidamente presos e vedados com fitas adesivas e cordas, de forma a se evitar a ocorrência de danos e aparecimento de sujeiras.
- 9.57 Cuidar para que os serviços a serem executados acarretem a menor perturbação possível aos serviços públicos, às vias de acesso e a todo e qualquer bem, público ou privado, adjacente às instalações da FMS, providenciando sinalização e/ou isolamento das áreas de serviço.
- 9.58 Submeter à FMS, por escrito, solicitação de retirada de quaisquer equipamentos de suas dependências, bem como proceder a sua devolução no prazo fixado por esta Fundação Municipal de Saúde.
- 9.59 Responsabilizar-se em não se eximir pelos prejuízos resultantes da incorreta execução do contrato, mesmo após o recebimento definitivo de uma Ordem de Serviço pela FMS.
- 9.60 Designar e manter, durante todo o período de vigência do contrato, um Preposto, por meio de Carta de Preposição, com amplos poderes para representá-la formalmente durante a prestação dos serviços, em todos os assuntos técnicos, operacionais e administrativos relativos ao objeto do contrato.
- 9.60.1 O Engenheiro(a) Civil/Arquiteto(a) Responsável Técnico(a) poderá acumular a posição de Preposto da CONTRATADA.
- 9.60.2 O Preposto deverá ser indicado mediante declaração específica, na qual constarão todos os dados necessários, tais como nome completo, números de identidade e do CPF, endereço e telefones residencial e de celular, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional, entre outros.
- 9.60.3 O Preposto atuará ainda como responsável pelo recebimento de documentos destinados à CONTRATADA, e por ministrar a orientação necessária aos executantes dos serviços, quer sejam essas repassadas pela FMS ou não.
- 9.60.4 O Preposto terá a obrigação de reportar-se, quando houver necessidade, ao responsável designado pela FMS para acompanhamento dos serviços, e tomar as providências pertinentes para que sejam corrigidas todas as falhas detectadas.
- 9.60.5 O Preposto deverá estar apto a esclarecer as questões relacionadas às faturas dos serviços prestados.
- 9.60.6 Atribuições do Preposto da CONTRATADA, dentre outras:
- Comandar, coordenar e controlar a execução dos serviços contratados, nas dependências da FMS.
 - Zelar pela segurança, limpeza e conservação dos equipamentos e das instalações da FMS, colocados à disposição dos empregados da CONTRATADA.
 - Cumprir e fazer cumprir todas as determinações, instruções e orientações emanadas das autoridades da FMS e da fiscalização do contrato.

- d) Apresentar informações e/ou documentação solicitada pelas autoridades da FMS e/ou pela fiscalização do contrato, inerentes à execução e às obrigações contratuais, em tempo hábil.
- e) Reportar-se à fiscalização do contrato para dirimir quaisquer dúvidas a respeito da execução dos serviços e das demais obrigações contratuais.
- f) Relatar à fiscalização do contrato, pronta e imediatamente, por escrito, toda e qualquer irregularidade observada.
- g) Garantir que os funcionários reportem-se sempre à CONTRATADA, primeiramente, e não aos servidores/autoridades da FMS, na hipótese de ocorrência de problemas relacionados à execução contratual.
- h) Realizar, além das atividades e tarefas que lhe forem atribuídas, quaisquer outras que julgar necessárias, pertinentes ou inerentes à boa prestação dos serviços contratados.
- i) Encaminhar ao Gestor/Fiscal do contrato todas as Notas Fiscais/Faturas dos serviços prestados, bem como toda a documentação complementar exigida neste Termo de Referência.
- j) Esclarecer quaisquer questões relacionadas às Notas Fiscais/Faturas dos serviços prestados, ou de qualquer outra documentação encaminhada, sempre que solicitado.
- k) Administrar todo e qualquer assunto relativo aos empregados da CONTRATADA enviados para execução de Ordem de Serviço, respondendo perante a FMS por todos os atos e fatos gerados ou provocados por eles.

9.61 Comprovar que o seu Preposto possui vínculo com a empresa, por meio de cópia da Carteira de Trabalho e Previdência Social do mesmo, ou instrumento equivalente.

9.62 Instruir seu Preposto quanto à necessidade de atender prontamente a quaisquer solicitações da FMS, do Gestor/Fiscal do Contrato ou de seu substituto, acatando imediatamente as determinações, instruções e orientações destes, inclusive quanto ao cumprimento das Normas Internas e de Segurança e Medicina do Trabalho, desde que de acordo com a legalidade, e devendo, ainda, tomar todas as providências pertinentes para que sejam corrigidas quaisquer falhas detectadas na execução dos serviços contratados.

9.63 Prover meio de comunicação de telefonia celular para o Preposto e para o Engenheiro(a) Civil/Arquiteto(a) Responsável Técnico, às suas expensas, a fim de viabilizar o contato permanente.

9.64 Responsabilizar-se em cumprir todas as disposições legais de âmbito Federal, Estadual e Municipal referentes à Segurança do Trabalho, sendo de sua inteira responsabilidade os processos, ações ou reclamações movidas por pessoas físicas ou jurídicas em decorrência de: imperícia, imprudência ou negligência com as precauções exigidas para a execução dos serviços, ou devido à utilização de materiais e equipamentos inadequados à execução dos serviços.

9.65 Responsabilizar-se diretamente por todos os documentos produzidos e por todas as ações e omissões de seus colaboradores, no exercício de suas atribuições em cada Ordem de Serviço, que venham a resultar em prejuízo ao erário, nos termos do artigo 70 da Lei nº 8.666/993.

9.66 Reconstituir todas as partes danificadas em virtude da execução dos serviços, incluindo lajes, paredes de gesso e alvenaria, forros de gesso e madeira, esquadrias, divisórias, pisos e revestimentos, de forma a restaurar a condição anterior à intervenção da CONTRATADA.

9.66.1 Caberá à FMS o pagamento da reconstituição das partes afetadas devido a intervenções estritamente necessárias à execução dos serviços – assim entendido e atestado pela fiscalização desta Fundação Municipal de Saúde.

9.66.2 Caberá à CONTRATADA o ônus da reconstituição das partes desnecessariamente danificadas, caracterizando má execução dos serviços – assim entendido e atestado pela fiscalização da FMS.

9.67 Assumir a responsabilidade pelos encargos fiscais e comerciais resultantes da adjudicação deste processo licitatório.

9.68 Garantir a não vinculação, sob hipótese alguma, do pagamento dos salários de seus empregados ao pagamento das faturas mensais efetuado pela FMS. O atraso no pagamento de fatura por parte da FMS, decorrente de circunstâncias diversas, não exime a CONTRATADA de promover o pagamento dos empregados nas datas regulamentadas pela Legislação Trabalhista.

9.69 Apresentar à FMS, em até 10 (dez) dias úteis da assinatura do contrato, a respectiva Anotação de Responsabilidade Técnica - ART ou Registro de Responsabilidade Técnica - RRT de seu profissional Responsável Técnico, devidamente registrada(o) junto ao CREA/CAU RJ.

9.70 Cumprir as normas regulamentadoras de segurança do trabalho da Escola Nacional da Inspeção do Trabalho - ENIT que estejam vigentes durante a execução dos serviços.

9.71 Garantir que os serviços executados em cada Ordem de Serviço estejam em conformidade com o Anexo D da NBR 15.575-1 (ABNT), o Código de Defesa do Consumidor e o Código Civil. Dentro do referido período de garantia, em se constatando a continuidade da não conformidade, a CONTRATADA deverá executar novamente o mesmo serviço de manutenção corretiva, sem custos adicionais à FMS.

9.72 Garantir a não veiculação de publicidade ou qualquer outra informação acerca das atividades contratadas, sem a prévia autorização da FMS.

9.73 Manter arquivo com toda a documentação relativa à execução dos serviços contratados, que, quando solicitadas, deverão ser encaminhadas à FMS.

9.74 Atender a solicitação da FMS para substituição de qualquer profissional da CONTRATADA que estiver prestando os serviços de manutenção predial preventiva e corretiva – inclusive para o cargo de Engenheiro Civil/Arquiteto Responsável Técnico. Os

profissionais substitutos deverão atender estritamente as exigências deste Termo de Referência e seus Anexos, quanto à formação e capacidade técnica.

9.74.1 No caso de solicitação de substituição do Engenheiro Civil/Arquiteto Responsável Técnico, a CONTRATADA terá um prazo fixado pela fiscalização da FMS de no máximo 15 (quinze) dias corridos para atender a substituição.

9.74.2 No caso de solicitação de substituição de qualquer outro profissional da CONTRATADA durante a execução de uma Ordem de Serviço, esta deverá enviar em no máximo 24 (vinte e quatro) horas outro profissional da mesma especialidade para concluir o atendimento da Ordem de Serviço.

9.74.3 Caso a CONTRATADA não atenda aos prazos fixados pela FMS para substituição de seus profissionais, estará sujeita a multas e sanções contratuais.

9.74.4 O profissional substituído não poderá ser enviado para atendimento de outras Ordens de Serviço referentes a este contrato.

9.75 Substituir, nos prazos fixados no item 9, subitem 9.74, sempre que exigido pela FMS e independentemente de justificativa por parte desta, qualquer empregado cuja atuação, permanência e/ou comportamento durante a execução de uma Ordem de Serviço sejam julgados prejudiciais, inconvenientes ou insatisfatórios. O empregado substituído não poderá mais ser enviado para execução de nenhuma Ordem de Serviço neste contrato.

9.76 Possuir capacidade plena para realização, com qualidade, de serviços de manutenção predial concomitantes, em diferentes localidades, independentemente do porte e complexidade dos mesmos, não sendo permitidas alegações subjetivas de qualquer natureza, tais como suposta dificuldade inerente à execução dos serviços ou dificuldades na alocação e deslocamento da mão de obra.

9.77 Observar critérios e práticas de sustentabilidade ambiental durante a execução dos serviços de manutenção predial preventiva e corretiva, conforme item 5.4 deste Termo de Referência.

9.78 Atender integralmente às determinações/obrigações dispostas neste Termo de Referência, no Edital e no Contrato.

10 - GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

10.1 O Gestor e os Fiscais de Contrato serão os responsáveis por atestar as Notas Fiscais dos materiais e/ou serviços prestados contratados pela Fundação Municipal de Saúde, nos termos aqui descritos:

Fiscal do Contrato:

Nome: Julio Celio dos Santos Di Renna

Matrícula: 437.546-5

Unidade: Núcleo de Engenharia e Arquitetura

Fiscal do Contrato:

Nome: Elizabeth dos Santos Martins

Matrícula: 438.063-0

Unidade: Núcleo de Engenharia e Arquitetura

10.2 O Gestor e os fiscais designados atestarão a Nota Fiscal contendo nome legível, matrícula, data do atesto e assinatura, para fins de pagamento;

10.3 Deverão, ainda, assinar Declaração informando se os serviços foram prestados de forma satisfatória durante o período a que se refere a Nota Fiscal, ou se houve qualquer contratempo que impediu a execução contratual – e neste caso, justificar o ocorrido.

11 - ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

O preço total estimado pela Administração para o objeto deste pregão é de **R\$ 15.488.900,14** (Quinze milhões, quatrocentos e oitenta e oito mil, novecentos reais e quatorze centavos).

12 – PRAZO DE EXECUÇÃO

Os serviços objeto deste formalizam um contrato com prazo estimado de 12 meses, podendo ser renovados conforme Lei nº 8.666/93, art. 57.

13 - PENALIDADES

13.1 A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

a) advertência;

b) multa administrativa;

c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública;

d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.

e) Descrédito no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

13.2 Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser consideradas para a sua fixação.

13.3 A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela autoridade competente, na forma abaixo descrita:

- a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas a e b, item 13.1, serão impostas pelo Ordenador de Despesa.
- b) a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do item 21.1, será imposta pelo próprio Secretário Municipal ou pelo Ordenador de Despesa.
- c) a aplicação da sanção prevista na alínea d, do item 13,1, é de competência exclusiva do Prefeito de Niterói e dos Secretários Municipais.

13.4 A multa administrativa, prevista na alínea b, do item 13.1:

- a) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;
- b) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;
- c) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
- d) deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;
- e) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho.

13.5 Dentre outras hipóteses, a pena de advertência será aplicada à CONTRATADA quando não apresentada a documentação exigida no parágrafo terceiro da cláusula oitava, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.

13.6 A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do Parágrafo Primeiro:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido;
- c) será aplicada, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial do objeto, configurando inadimplemento, na forma prevista no parágrafo sexto, da cláusula oitava.

13.7 A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do item 13.1, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

13.8 A reabilitação referida pelo parágrafo sétimo poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

13.9 O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

13.10 Se o valor das multas previstas na alínea b, do item 13.1, e no 13.9, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

13.11 A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

13.12 A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

13.13 Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

13.14 A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

13.15 A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do item 13.1, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d.

13.16 Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

13.17 Os licitantes, adjudicatários e contratados ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Município de Niterói, enquanto perdurarem os efeitos das sanções de:

- a) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar imposta pelo Município de Niterói, suas Autarquias ou Fundações (art. 87, III da Lei nº 8.666/93);
- b) impedimento de licitar e contratar imposta pelo Município de Niterói, suas Autarquias ou Fundações (art. 7º da Lei nº 10.520/02);
- c) declaração de inidoneidade para licitar e contratar imposta por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal (art. 87, IV da Lei nº 8.666/93);

13.18 As penalidades serão registradas pelo CONTRATANTE na Secretaria de Administração.

13.19 Após o registro mencionado no parágrafo acima, deverá ser remetido o extrato de publicação no veículo de publicação dos atos oficiais do Município do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas c e d do item 13.1, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Município de Niterói.

13.20 Comprovada a prática de ato lesivo à Administração Pública nos termos do art. 5º da Lei 12.846/13, por meio de decisão judicial transitada em julgado ou processo administrativo no âmbito da Administração Pública Direta ou Indireta de Niterói, o presente contrato poderá ser rescindido sem prejuízo da aplicação da multa.

13.21 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

14 - BLOCO DE FINANCIAMENTO / COMPONENTE

FONTE: 1.704.00

PROGRAMA DE TRABALHO: 2543.10.122.0145.6272

NATUREZA DA DESPESA: 33.90.39

15 – AÇÃO VINCULADA NA PAS

15.1 O Termo de Referência está atrelado a PAS no que diz respeito ao eixo temático 1: Direito à Saúde, Garantia de Acesso e Atenção de Qualidade, cuja a diretriz visa ampliar e qualificar o acesso aos serviços de saúde de qualidade, em tempo adequado, com ênfase na humanização, equidade e no atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica, especializada, ambulatorial e hospitalar, e garantindo o acesso a medicamentos no âmbito do SUS. Com o objetivo de Ampliar e qualificar o acesso aos serviços de saúde, em tempo adequado, com ênfase na humanização, equidade e no atendimento das necessidades de saúde, aprimorando a política de atenção básica e especializada, ambulatorial e hospitalar.

Na meta de readequar a estrutura física e equipamentos de 15 Unidades de Saúde, na ação: Assegurar a Estrutura física e equipamentos para o desempenho das atividades das 15 Unidades de Saúde. E na área de atenção hospitalar, na meta que visa assegurar que as 4 unidades hospitalares (MMARVF, HPJ, HOF, HMCT,) e 1 Unidade de Pronto Atendimento UMAM (UPAIII), prestem assistência de forma adequada e conforme perfil assistencial, na ação assegurar funcionamento adequado das 4 unidades hospitalares (MMARVF, HPJ, HOF, HMCT) e 1 Unidade de Pronto Atendimento- UMAM (UPA III).

16 – CONDIÇÕES GERAIS

PREVINE NITERÓI - Política de Promoção de Integridade e Compliance

- Os fornecedores contratados deverão, preferencialmente, aderir à campanha da Prefeitura Municipal de Niterói denominada “Previne Niterói”, considerando que a Política de Promoção de Integridade e Compliance do Município de Niterói será estendida às pessoas jurídicas de direito privado que vierem a contratar com a Administração Pública Municipal, de modo a garantir a qualidade e a execução das contratações públicas, conforme a Lei Federal nº 12.846/2013, Decreto Federal nº 8.420/2015, Lei Estadual nº 7.753/2017 e Lei Municipal 3.466/2020.
- A recomendação disposta acima se aplica, **principalmente**, para contratações de valores superiores a R\$ 650.000,00 para compras e serviços e R\$ 1.500.000,00 para obras e serviços de engenharia, em qualquer modalidade de contratação, e cujo do prazo do contrato seja igual ou superior a 180 dias.

RECEBIMENTO DE NOTAS FISCAIS ATESTADAS

- Quando do recebimento das Notas Fiscais para pagamento, as mesmas deverão ser entregues com os atesto de todos os fiscais de contrato; caso contrário, poderão ser devolvidas para regularização e não serão consideradas como aptas para pagamento.

RECOMENDAÇÕES AO FORNECEDOR

- “O fato de a administração não ter cumprido seu dever de verificar a economicidade dos preços ofertados em processo de dispensa ou inexigibilidade de licitação não isenta de responsabilidade a empresa contratada por eventual sobre preço constatado no contrato, uma vez que a obrigação de seguir os preços praticados no mercado se aplica tanto à Administração Pública quanto aos colaboradores privados, pois ambos são destinatários do regime jurídico-administrativo relativo às contratações públicas”*
(Plenário do TCU, Acórdão nº 1392/2016; Relator Benjamin Zymler)

USO DO SISTEMA DE CADASTRAMENTO UNIFICADO DE FORNECEDORES - SICAF

- Buscando facilitar a apresentação de documentação exigida para a contratação de bens e serviços, a Fundação Municipal de Saúde de Niterói **sugere** que o fornecedor tenha cadastro no Sistema de Cadastro Unificado de Fornecedores – SICAF, a fim de que a juntada de documentações pertinentes à contratação seja acessada de imediato pela FMS em caso de necessidade, promovendo assim celeridade nos processos que exigem juntada de documentação ou atualização das mesmas, à exemplo de formalização de contrato e pagamento ao fornecedor. Também, deste modo o fornecedor ganha independência quanto a disponibilização constante de documentação, dado que a consulta pode ser feita inteiramente de modo interno.
- Ressalta-se ainda o art. 7º *“É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais no SICAF e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.”*
- Informamos ainda aos interessados no credenciamento que as regras de utilização do SICAF estão dispostas na Instrução Normativa nº 03 de 26 de abril de 2018 do Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão.

INFORMAÇÕES COMPLEMENTARES ESTÃO APRESENTADOS NOS ANEXOS A SEGUIR:

- Anexo A – Apresentação, Operacionalização, Garantia e Obrigações Legais;
- Anexo B – Relação dos Setores Administrativos e Unidades de Saúde da FMS;
- Anexo C – Protocolo de Procedimentos Aplicáveis em cada Modalidade de Manutenção;
- Anexo D – Acordo de Níveis de Serviços – ANS;
- Anexo E – Modelo de Medição (Relação de recursos humanos para a prestação de serviços técnicos de apoio às atividades de manutenção predial dos setores administrativos e de assistência à saúde da FMS - Fundação Municipal de Saúde de Niterói);
- Anexo F – Planilha de referência para custos de serviços;
- Anexo G – Memória de cálculo;
- Anexo H – Modelo de declaração de disponibilidades;
- Anexo I – Modelo de Ordem de Serviço;
- Anexo J – Quadro de Controle H/H de Manutenção Preventiva.

Julio Celio dos Santos Di Renna
Matrícula: 437.546-5
Núcleo de Engenharia e Arquitetura (NEA)

TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO A - Apresentação, Operacionalização, Garantia e Obrigações Legais

<p>1 – APRESENTAÇÃO</p> <p>A CONTRATAÇÃO DOS SERVIÇOS objeto deste TR se baseia no entendimento de “SERVIÇOS DE ENGENHARIA” oferecido pela <u>AGU – Advocacia Geral da União</u>, em sua publicação “Manual de Obras e Serviços de Engenharia”, publicação datada de 2014, e na <u>OT – IBR 002/2009</u>, Orientação Técnica do <u>IBRAOP – Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas</u>, sobre “OBRA E SERVIÇO DE ENGENHARIA”, válida a partir de 01/07/10.</p>
<p>1.1 – CONCEITOS:</p> <p>Para efeito deste “TR”, conceitua-se:</p>
<p>* ADM – Administração da Unidade de Saúde</p>
<p>* Contratante: Ente tomador de serviços.</p>
<p>* Contratada (o): Ente fornecedor de serviços.</p>
<p>* Contrato: Instrumento jurídico de formalização das obrigações e deveres da Contratada e Contratante.</p>
<p>* Cronograma de Manutenções: Planejamento das datas e horas em que os serviços de Manutenções Preditivas, Preventiva, Corretivas Programadas e de Pequenas Obras se darão em cada Unidade de Saúde.</p>
<p>* FMS – Fundação Municipal de Saúde</p>
<p>* Fiscalização: Agente operacional com atribuições de acompanhar e fazer cumprir as obrigações e deveres assumidos pela CONTRATADA.</p>
<p>* NF – Nota Fiscal: documento fiscal instituído por Legislação Tributária com vistas, dentre outras, à comprovação junto a quem de direito, de serviços prestados ou venda de um produto por um ente.</p>
<p>* NS - Nota de Serviço: Impresso a ser elaborado, preenchido e apresentado pela Contratada à FMS/Fiscalização. Objetiva documentar os serviços executados, materiais aplicados e materiais retirados (substituídos ou não) com vistas ao "concordo" da FMS/Fiscalização para emissão da respectiva fatura.</p>
<p>* Faturamento por Demanda: Modalidade de consolidação de uma dada produção com vistas a emissão de NF; Faturamento e NF restritos aos serviços efetivamente executados.</p>
<p>* Serviços: Ações efetivas de trabalho com objetivos definidos.</p>
<p>2 – OPERACIONALIZAÇÃO</p>
<p>Cronograma de Manutenções (Plano de Manutenção)</p> <p>A CONTRATADA, obrigatoriamente, seguirá o Plano de Manutenção apresentado pela FMS/Fiscalização, no ato da formalização do "Contrato de Prestação de Serviços", um Cronograma das Manutenções que deverá ser aperfeiçoado em conformidade com o Plano de Manutenção ressaltado no item 3.3.1 do TR. Neste cronograma, elaborado para os 12 meses inicialmente acordados de contrato, deverão constar a identificação dos Prédios, a data e a hora previstas de suas realizações, bem como as ações de manutenção que executará.</p> <p>Para as Manutenções Corretivas Programadas, identificadas como necessárias durante a vigência do contrato, e previamente autorizadas pela FMS/Fiscalização, a CONTRATADA deverá elaborar um cronograma específico contendo, a exemplo do elaborado para a Manutenção Preventiva, a identificação dos serviços e do Prédio onde se darão a data e a hora previstas de suas realizações, bem como as ações de correção que executará.</p> <p>Para as Manutenções Preventivas Programadas em Aparelhos de Ar Condicionado, seguirá Plano de Manutenção, Operação e Controle – PMOC, identificadas como necessárias durante a vigência do contrato, e previamente autorizadas pela FMS/Fiscalização, a CONTRATADA deverá elaborar um cronograma específico contendo, a exemplo do elaborado para a Manutenção Preventiva a data e a hora previstas de suas realizações, bem como as ações de correção que executará. Modelo fornecido pela fiscalização a seguir:</p>

FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI		EMPRESA: *****				
PLANO DE MANUTENÇÃO, OPERAÇÃO E CONTROLE - PMOC		<div style="border: 2px solid blue; padding: 10px; background-color: #e0e0e0;"> PMOC Nº XXX /2021 </div>				
NOME DA UNIDADE:						
ENDEREÇO:						
SOLICITANTE:						
SETOR:		IDENTIFICAÇÃO DO EQUIPAMENTO:				
TELEFONE:		MARCA:				
DATA:		MODELO:				
PLANO DE MANUTENÇÃO E CONTROLE		CAPACIDADE:				
PLANOS (M = MENSAL / T = TRIMESTRAL / S = SEMESTRAL / A = ANUAL) M T S A						
TIPO DE ATIVIDADE	FREQ.	JAN	FEV	MAR	ABR	
VERIFICAR ESTADO GERAL E CONDIÇÕES DE ACESSO AO EQUIPAMENTO.	M					
VERIFICAR ATUAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES E PROTEÇÃO.	M					
VERIFICAR E LIMPAR FILTROS DE AR E GABINETE.	M					
VERIFICAR E LIMPAR AS BANDEJAS E DESOBSTRUIR DRENOS.	M					
VERIFICAR E ELIMINAR RUÍDOS E VIBRAÇÕES ANORMAIS.	M					
VERIFICAR E CORRIGIR TAMPAS SOLTAS E VEDAÇÃO DO GABINETE.	M					
VERIFICAR EVENTUAIS VAZAMENTOS NO CIRCUITO FRIGORÍFICO.	M					
LIMPAR E VERIFICAR CONDIÇÕES GERAIS DA SERPENTINA.	M					
REALIZAR LIMPEZA EXTERNA E PROMOVER TESTES DE OPERAÇÃO.	M					
VERIFICAR E ELIMINAR PONTOS DE CORROSÃO .	A					
VERIFICAR E CORRIGIR FIXAÇÃO E VEDAÇÃO DOS PAINÉIS DE COMANDO.	A					
VERIFICAR E CORRIGIR VIBRAÇÃO NAS TUBULAÇÕES FRIGORÍGENAS.	M					
MEDIR E REGISTRAR TEMP. DO AR NO AMBIENTE EXTERNO. [°C]	M					
MEDIR E REGISTRAR TEMP. DO AR DO EVAPORADOR: ENTRADA/SAÍDA. [°C]	M					
MEDIR E REGISTRAR TENSÃO DE ALIMENTAÇÃO. (RS) [V]	M					
MEDIR E REGISTRAR CORRENTE DO COMPRESSOR. (R)/(S).[A]	M					

VERIFICAR CARGA DE GÁS DO SISTEMA.	T				
------------------------------------	---	--	--	--	--

Previstos

Todos os serviços previstos sejam os das Manutenções Preventivas, das Manutenções Corretivas Programadas ou Manutenções Corretivas, quando executados, deverão ser detalhadamente descritos nas Notas de Serviços- NS, assinadas pelo representante da CONTRATADA e entregues à FMS/Fiscalização. Nas "NS" deverão constar também os materiais que eventualmente foram fornecidos, retirados e devolvidos à FMS/Fiscalização. AS "NS" quando aceitas e assinadas pela FMS/Fiscalização autorizarão a emissão das respectivas faturas e, por conseguinte, as NF, procedimento também ressaltado no subitem "3.8" do corpo do TR. Modelo fornecido pela fiscalização a seguir:

PLANO ANUAL DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA		M - PREV Nº XXX /2021		
NOME DA UNIDADE:				
ENDEREÇO:				
SOLICITANTE:				
SETOR:		IDENTIFICAÇÃO DO EQUIPAMENTO:		
TELEFONE:		MARCA:		
DATA:		MODELO:		
PLANO DE MANUTENÇÃO E CONTROLE		CAPACIDADE:		
Freq. = Frequência Ver. = Verificado N/A = Não se Aplica M = Mensal B = Bimestral T = Trimestral Q = Quadrimestral S = Semestral A = Anual				
Unidade:	Endereço:			
Manutenção	Atividades	Freq.	Janeiro	
			<i>Ver</i>	<i>N/A</i>
1. Telhado	1.1 Limpeza Geral do Telhado	T		
	1.2 Limpeza Geral das Calhas	T		
	1.3 Telhas Defeituosas	M		
	1.4 Possíveis Pontos de Infiltração	M		
	1.5 Estado Geral das Calhas	T		
2. Elétrica	2.1 Iluminação e Tomadas Gerais da Unidade	M		
	2.2 Quadros Gerais de Energia	S		
	2.3 Cabeamento Geral da Unidade	A		
	2.4 Suficiência na Demanda Atual de Carga da Unidade	A		
	2.5 Condições Gerais dos Paineis Solares	T		
3. Esquadrias	3.1 Condições Gerais das Portas	B		
	3.2 Condições Gerais das Janelas	B		
	3.3 Condições Gerais dos Mobiliários	T		
4. HVAC	4.1 Limpeza Geral dos Aparelhos de Ar Condicionado	T		
	4.2 Condições Gerais dos Aparelhos de Ar Condicionado	S		
	4.3 Condições Gerais das Condensadoras	S		

	4.4 Condições Gerais da Exaustão	S		
	4.5 Condições Gerais da Climatização	M		
	4.6 Limpeza Geral dos Dutos de Ventilação	A		
5. Hidráulica	5.1 Possíveis Pontos de Infiltração	T		
	5.2 Avaliação dos pontos d'água	T		
	5.3 Reparo em válvulas	T		
6. Esgotamento Sanitário	6.1 Condições Gerais da Tubulação	T		
	6.2 avaliação de pontos de ralos	T		
7. Área Interna	7.1 Condições Gerais da Pintura	Q		
	7.2 Condições Gerais dos Pisos	T		
	7.3 Condições Gerais do Forro/Teto	Q		
	7.4 Condições Gerais da Comunicação Visual	M		
	7.5 Condições Gerais dos Equipamentos	B		
8. Área Externa	8.1 Condições Gerais da Pintura	Q		
	8.2 Conservação do Passeio	Q		
	8.3 Conservação da Fachada	Q		
9. Paisagismo	9.1 Conservação do Telhado Verde	M T		
	9.2 Condições Gerais dos Jardins	M		
	9.3 Poda de galhos de arvores	A		

De Urgência

A CONTRATADA, tão logo seja notificada da necessidade de serviços de urgência - paralização de sistemas críticos com prejuízo da produção da Unidade de Saúde, por exemplo -, deverá imediatamente providenciar o atendimento solicitado.

Independente do dia e da hora, em caso de acidentes provocados por ocorrências passíveis de serem regularizado pela equipe de manutenção o prazo máximo de atendimento, após o chamado por telefone, sistema ou por e-mail, deverá ser de até 30 (trinta) minutos. Para tanto, a CONTRATADA deverá afixar, e manter atualizadas, em local visível em todos os Prédios Administrativos e Unidades de Saúde, informações com os meios de comunicação para contatos de emergência (telefones, rádios, e-mail e outros).

Outros Serviços de Assistência

Nos casos de exigências de ações de manutenção que não caracterizem ou potencializem situações de emergência, o prazo máximo de atendimento deverá ser de 2 (duas) horas, contadas a partir da comunicação do problema;

IMPORTANTE: Nos casos de solicitação de manutenção caracterizada como de emergência, a CONTRATADA fica obrigada a atender o chamado e sanar o que lhe for demandado no prazo máximo de 04 (quatro) horas, contado a partir da abertura do chamado por sistema, telefone ou e-mail;

· **Materiais**

Na eventualidade dos serviços exigirem emprego ou substituição de materiais e/ou peças devem ser priorizadas a aplicação de materiais certificados pelo INMETRO – caberá à fiscalização, dentre outras obrigações, também verificar o cumprimento dessa exigência.

· **Fiscalização**

Se por algum impedimento não for possível o acompanhamento dos serviços pela FMS/fiscalização durante sua execução, esta verificará e avaliará, a qualquer tempo, a qualidade e a eficácia do que foi produzido e empregado na produção (acabamento, segurança, materiais, peças e outros). Caso avalie qualquer item desta, dita concluída, como “em desacordo com o exigido”, comunicará a avaliação que fez à CONTRATADA já com a recomendação de refazê-la imediatamente, sob pena de, se assim não fizer, acionar o SAJ da FMS para orientações e/ou a aplicação das sanções cabíveis.

· **Garantia**

<p>A CONTRATADA responderá por todas as garantias relacionadas aos serviços que executou (mão de obra e serviços). Na ocorrência de ser observado pela fiscalização ou a ela serem informadas não conformidades em serviços recém-executados e previstos no seu planejamento, como os de Manutenção Preventiva, por exemplo, à CONTRATADA será negado o faturamento desses enquanto as não conformidades não forem regularizadas e/ ou se foram reincidentes.</p>
<p>3 – OBRIGAÇÕES LEGAIS E OUTROS</p>
<p>Caberá à CONTRATADA:</p>
<p>3.1. Assumir de imediato as manutenções objeto da contratação, e nos termos descritos neste TR, realizando-as com mão de obra qualificada e fornecimento, quando comprovadamente necessárias, de peças (originais e novas).</p>
<p>3.2. Permitir que os responsáveis pela FISCALIZAÇÃO, e toda pessoa autorizada por esta, tenham livre acesso aos locais onde esteja trabalhando, estocando e/ou fabricando materiais, peças e equipamentos relacionados com os serviços, ainda que, estes, nas dependências da CONTRATADA.</p>
<p>3.3. Disponibilizar para a FISCALIZAÇÃO lista atualizada, a qualquer tempo, dos profissionais que atenderão à Fundação em fins de semana, feriados e períodos noturnos, nos casos de falha no sistema que caracterizem situação emergencial;</p>
<p>3.4 Cumprir o ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇO - ANS, conforme Anexo VI, sujeitando-se às sanções financeiras por metas não atingidas.</p>
<p>3.5. Manter, durante todo o período de vigência do contrato, profissional de Engenharia (Civil ou Elétrica), Responsável Técnico pelos serviços, com fins de representá-la técnica e administrativamente, sempre que necessário, devendo apresentá-lo a FMS/Fiscalização por declaração específica, na qual constarão todos os dados necessários, tais como nome completo, números de identidade e do CPF, endereço e telefones residenciais e de celular, além dos dados relacionados à sua qualificação profissional, entre outros.</p>
<p>3.6. Instruir seu Engenheiro Preposto/Responsável Técnico quanto à necessidade de atender prontamente a quaisquer solicitações da CONTRATANTE, do Fiscal do Contrato ou de seu substituto, acatando imediatamente as determinações, instruções e orientações destes, inclusive quanto ao cumprimento das normas internas, desde que de acordo com a legalidade, e devendo, ainda, tomar todas as providências pertinentes para que sejam corrigidas quaisquer falhas detectadas na execução dos serviços contratados.</p>
<p>3.7. Comprovar junto à FMS, também durante toda a vigência do contrato, estar em dia com suas obrigações legais, comprovar estar registrada, qualificada e habilitada pelo CREA/RJ ou CAU/RJ para executar os serviços objeto deste, e cumprir com as demais exigências pertinentes ao processo de licitação que esta demanda, conforme as exigências contidas no Edital de referência.</p>
<p>3.8. Administrar e operacionalizar os serviços priorizando a segurança dos seus e a de terceiros, bem como a otimização do tempo e a eficácia da solução trabalhada.</p>
<p>3.9. Alocar e manter materiais, ferramentas e recursos humanos para o pronto atendimento dos chamados da FMS, conforme exigido neste.</p>
<p>3.10. Prover seus profissionais de alimentação e transportes que os serviços demandarem.</p>
<p>3.11. Prover e determinar aos seus funcionários o uso dos EPI's e EPC's exigidos pela legislação pertinente para os serviços que estiverem executando.</p>
<p>3.12. Nas dependências das unidades zelar para que seus profissionais se apresentem adequadamente e se comportem conforme preceitua a boa educação, tanto para com os funcionários dessas como para com os que nelas circulam.</p>
<p>3.13. Manter todos os seus profissionais nas dependências das unidades, durante os serviços que executa, com crachás e vestimentas que os identifiquem para qualquer observador, serem da CONTRATADA em serviço.</p>
<p>3.14. Responder a quem de direito por acidentes relacionados com o trabalho que executa, bem como por todos os danos causados a CONTRATANTE ou a TERCEIROS decorrentes de culpa ou dolo na execução dos serviços, na forma do Art. 70 da Lei 8.666/93, até a aceitação definitiva dos serviços.</p>
<p>3.15. Responder por quaisquer extravios e ou danos causados por seus funcionários às edificações, instalações, móveis e equipamentos da CONTRATANTE, responsabilizando-se pelas indenizações pertinentes.</p>
<p>3.16. Responsabilizar-se pela execução dos serviços em estrita obediência ao estabelecido no Código de Defesa do Consumidor, CREA e Código Civil.</p>

<p>3.17. Substituir imediatamente, por determinação da Fiscalização, qualquer funcionário alocado ao contrato que se revele inconveniente aos interesses da FMS, quer por conduta ou apresentação inadequada quer por incapacidade técnica. As razões da substituição serão registradas no Livro de Ocorrências.</p>
<p>3.18. Responsabilizar-se pela guarda e vigilância de materiais, inclusive ferramentas e instrumentos de sua propriedade utilizada nos serviços de manutenção contratados.</p>
<p>3.19. Responsabilizar-se pela limpeza e conservação da área trabalhada, e pela remoção de todo o entulho e material imprestável resultante dos serviços que executou. Os custos dessa remoção correrão as suas expensas</p>
<p>3.20. Cumprir determinação da FISCALIZAÇÃO de refazer trabalhos eventualmente não aceitos por esta.</p>
<p>3.21. Apresentar as Anotações de Responsabilidade Técnica – ART's aplicáveis aos serviços executados. As ART's deverão ser entregues à CONTRATANTE junto com cada faturamento apresentado (NF).</p>
<p>3.22. Determinar formalmente o local onde a CONTRATADA deverá armazenar o material que retirou dos sistemas por conta das manutenções feitas ou, se for o caso, orientá-la como descartá-lo.</p>
<p>4 – BDI - Benefícios e Despesas Indiretas</p>
<p>A CONTRATADA deverá prever no percentual de BDI que aportará a sua proposta os custos das despesas indiretas que as atividades de coordenação geral e local como locação de imóvel no município, os encargos trabalhistas, encargos complementares, despesas com uniformes, vale transporte, alimentação e outros, demandarem para o cumprimento pleno do contratado a ser firmado.</p>
<p>A CONTRATADA deverá considerar ainda que o critério do MAIOR DESCONTO dado ao percentual de BDI também será objeto de análise, dentre as legais, comerciais e técnicas, para a definição da proposta vencedora da licitação em tela.</p>

TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO B – RELAÇÃO DE SETORES E UNIDADES DE SAÚDE

OBJETO: SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, REFORMA E REPINTURA NAS UNIDADES QUE COMPÕEM O PARQUE PREDIAL DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS E MÃO DE OBRA

QUANT	01.	UNIDADES BASICAS DE SAUDE	ÁREA M²:	ENDEREÇO:
01	01.01	U.B.S SANTA BARBARA (ADELMO DE M. E SILVA)	396,82	Rua Jandira Pereira, 625 – Santa Bárbara
02	01.02	U.B.S ENGENHOCA	724,43	Rua Cel. Guimarães, 724 - Engenhoca
03	01.03	U.B.S MORRO DO ESTADO (DR. MÁRIO PARDAL)	261,99	Rua Araújo Pimenta, s/nº
04	01.04	U.B.S CENTRO (DR. EDUARDO IMBASSAY)	200,00	Rua Visconde de Uruguai 531 – 3º andar - Centro
	02.	HOSPITALARES		
05	02.01	HOSPITAL PSIQUIATRICO DE JURUJUBA	6171,71	Av. Quintino Bocaiuva, s/nº - Charitas
06	02.02	HOSPITAL ORÉNCIO DE FREITAS	3658,38	Av. Machado, s/nº - Barreto
07	02.03	MATERNIDADE ALZIRA REIS	920,00	Av. Carlos Ermelindo Marins, s/nº -Charitas
08	02.04	HOSPITAL MUNICIPAL CARLOS TORTELLY	8000,00	R. Des. Athayde Parreiras, 266 - Fátima, Niterói - RJ
09	02.05	HOSPITAL DE URGÊNCIA MÁRIO MONTEIRO	1940,00	Estrada Francisco da Cruz Nunes, s/n - Piratininga, Niterói - RJ
	03.	POLICLINICAS		
10	03.01	REGIONAL SERGIO AROUCA	2196,60	Praça Vita Brasil, s/nº - Santa Rosa
11	03.02	REGIONAL DA ENGENHOCA (DR RENATO SILVA)	690,00	Av. Professor João Brasil, s/nº - Engenhoca
12	03.03	REGIONAL CARLOS ANTONIO DA SILVA	873,09	Rua Jansen de Mello, s/nº - São Lourenço
13	03.04	REGIONAL DO BARRETO (DR. JOÃO DA SILVA VIZELA)	1274,80	Rua Luiz Palmier, 726 – Barreto
14	03.05	REGIONAL DE ITAIPU	674,52	Av. Irene Lopes Sodré, 59 - Itaipu
15	03.06	COMUNITARIA DE JURUJUBA	650,00	Av. Carlos Ermelindo Marins, s/nº - Jurujuba
16	03.07	REGIONAL DO LARGO DA BATALHA	1807,68	Rua Reverendo Armando Ferreira, 30 - Largo da Batalha
17	03.08	ESPECIALIDADES DR. SYLVIO PICANÇO	4835,87	Av. Ernani do Amaral Peixoto 169 - Centro
18	03.09	ESPECIALIDADES A MULHER MALU SAMPAIO	1631,26	Rua Visconde de Uruguai 531 – Centro
19	03.10	REGIONAL FONSECA (GUILHERME MARCH)	543,15	Rua desembargador Lima e Castro,238 - Fonseca
20	03.11	ALMIR MADEIRA	1036,59	R Professor Hernani Melo, 103 - São Domingos
21	03.12	REGIONAL DE PIRATININGA - DOM LUIZ ORIONE	219,36	Av. dos Pescadores – quadra 44 - Lotes 2, 3 e 4 - Piratininga
	04.	PRÉDIOS ADMINISTRATIVOS E OUTROS		
22	04.01	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAUDE - 8º ANDAR	856,96	Rua Visconde de Sepetiba, 987 - Centro
23	04.02	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAUDE - 9º ANDAR	856,96	Rua Visconde de Sepetiba, 987 - Centro
24	04.03	VIPAÇAF / VIPAHE	3600,00	Av. Ernani do Amaral Peixoto, 171 3º pavimento - Centro
25	04.04	ALMOXARIFADO CENTRAL - ALCEN	426,60	Rua Coronel Gomes Machado, 251 fundos - Centro
26	04.05	ALMOXARIFADO DE MEDICAMENTOS - COFAR	77,00	Rua Cel. Miranda, 91 - Ponta D'Areia
27	04.06	ARQUIVO GERAL	236,37	Rua Coronel Gomes Machado, nº 291 - Centro
28	04.07	SETOR DE PROTOCOLO - SAPRA	258,68	Rua Coronel Gomes Machado, 251 - Centro
29	04.08	SETOR DE TRANSPORTE - SATRA	475,00	Rua Des. Athayde Parreira, 266 fundos – Centro
30	04.09	DEPARTAMENTO DE VIGILANCIA SANITARIA	916,80	Rua Marquês de Paraná, s/nº - Centro
31	04.10	SAMU BASE NITERÓI - ALAMEDA	1081,08	Alameda São Boaventura, nº 144 – Fonseca
32	04.11	CENTRO DE CONTROLE DE ZONÓSES (CCZ)	4000,00	Rua Coronel Miranda, s/nº - Ponta d'Areia
33	04.12	LABORATORIO CENTRAL MIGUELOTE VIANA	954,00	Praça Vital Brasil, s/nº - Santa Rosa

TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO C - PROCEDIMENTOS APLICÁVEIS À MANUTENÇÃO

ITEM	PROCEDIMENTO	PREDITIVA	PREVENTIVA	CORRETIVA	CORRETIVA PROGRAMADA
1	AVALIAÇÃO	X		X	X
2	RECOMENDAÇÃO	X			X
3	JUSTIFICATIVA	X		X	X
4	ELABORAÇÃO DE ORÇAMENTO	X	X	X	X
5	NOTA DE SERVIÇO	X	X	X	X
6	FATURA	X	X	X	X
7	NOTA FISCAL	X	X	X	X

TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO D - ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇOS – ANS

ACORDO DE NÍVEIS DE SERVIÇO - MANUTENÇÃO PREDIAL		
Indicativo nº 1:	Realização Execução das Ordens de Serviço e realização destas dentro da periodicidade especificada – Manutenção Preventiva	
Finalidade	Acompanhar a realização da manutenção preventiva. Garantir que as Autorizações de Serviço sejam realizadas dentro da periodicidade especificada	
Meta a cumprir	Realização de todas (100%) as manutenções preventivas dentro dos prazos definidos no Plano de Manutenção – Anexo II	
Instrumento de aferição	Inspeção Visual	
Crítérios de avaliação	Verificação, pela comissão de fiscalização da Contratante, da data da realização das Autorizações de Serviço, comparando-as com a data da emissão das mesmas, com as periodicidades solicitadas, realizando o acompanhamento in loco.	
Periodicidade	Mensal	
Mecanismo de Cálculo	Contagem das Ordens de serviço solicitadas e não atendidas e as Autorizações de execução da OS não realizadas dentro do período, conforme Plano de Manutenção Preventiva – Anexo I	
Início de vigência	Data da assinatura do contrato	
Índices ou Faixas de ajuste no pagamento / Serviço satisfatório	Manutenção Preventiva - Pontuação por Manutenção Preventiva NÃO realizada	Por 01 (uma) manutenção não realizada – 1 ponto;
		Por 02 (duas) manutenções não realizadas – 2 pontos;
		Por 03 (três) manutenções não realizadas – 3 pontos;
		Por 04 (quatro) manutenções não realizadas – 4 pontos;
		Por mais de 04 (quatro) manutenções não realizadas – 5 pontos.
Penalidades / Serviço	Independentemente das adequações no pagamento, poderão ser aplicadas as penalidades previstas no Contrato, bem como nos arts. 86, 87 e 88 da Lei 8.666/93.	
Indicativo nº 2:	Realização das Ordens de Serviço dentro da periodicidade especificada – Manutenção Corretiva	
Finalidade	Acompanhar a realização da manutenção corretiva. Garantir que as autorizações de Serviço sejam realizadas dentro da periodicidade especificada	
Meta a cumprir	Realização de todas (100%) as manutenções corretivas dentro dos prazos definidos no Plano de Manutenção – Anexo II	
Instrumento de aferição	Inspeção Visual	
Crítérios de avaliação	Verificação, pela comissão de fiscalização da Contratante, da data da realização das Autorizações de Serviço, comparando-as com a data da emissão das mesmas, com as periodicidades solicitadas, realizando o acompanhamento in loco.	
Periodicidade	Mensal	
Mecanismo de Cálculo	Contagem das Ordens de serviço solicitadas e não atendidas e as Autorizações de execução da OS não realizadas dentro do período, conforme Plano de Manutenção Corretiva – Anexo II	
Início de vigência	Data da assinatura do contrato	
Índices ou Faixas de ajuste no	Manutenção Corretiva - Pontuação	Por 01 (uma) manutenção não realizada – 1 ponto;
		Por 02 (duas) manutenções não realizadas – 2 pontos;

pagamento / Serviço satisfatório	por Manutenção Corretiva NÃO realizada	Por 03 (três) manutenções não realizadas – 3 pontos;
		Por 04 (quatro) manutenções não realizadas – 4 pontos;
		Por mais de 04 (quatro) manutenções não realizadas – 5 pontos.
Penalidades / Serviço	Independente das adequações no pagamento, poderão ser aplicadas as penalidades previstas no Contrato, bem como nos arts. 86, 87 e 88 da Lei 8.666/93.	
Indicativo nº 3:	Atendimento das Chamadas de Emergência fora do horário de expediente	
Finalidade	Garantir a celeridade e eficiência na prestação dos serviços emergenciais	
Meta a cumprir	Atendimento das chamadas de emergência em até 4 horas.	
Forma de aferição	Verificação da hora de chamada e da chegada dos profissionais, com base nos controles de entrada nas dependências da unidade.	
CrITÉrios de avaliação	Pontuação conforme tempo real gasto para atendimento da chamada (comparecimento na Unidade)	
Índices	Comparecimento para atendimento ao chamado com atraso de 01 min à 30 min = 1 pontos	
	Comparecimento para atendimento ao chamado entre 31min e 60min = 2 pontos	
	Comparecimento para atendimento ao chamado entre 61min e 90min = 3 pontos	
	Comparecimento para atendimento ao chamado entre 91min e 120min = 4 pontos	
	Comparecimento para atendimento ao chamado maior que 120min = 5 pontos	
Indicativo nº 4:	Qualidade na gestão de equipe de trabalho e logística	
Finalidade	Garantir a eficiência na gestão de equipe e efetividade na logística	
Meta a cumprir	100% do atendimento dos itens descritos no presente Indicativo.	
Forma de aferição	Verificação do cumprimento dos Itens.	
CrITÉrios de avaliação	Pontuação conforme apuração na tabela descrita abaixo	
Índices	Conforme coluna de pontos descrita na tabela a seguir	

TABELA DO INDICATIVO DE NÚMERO 4

Item	Descrição	Pontos
1	Deixar de providenciar no local de trabalho as ferramentas necessárias à execução do serviço, ocasionando atrasos	1
2	Não realizar a cobertura em 24hs de funcionários faltantes (FÉrias/Falta/Atestado Médico e demais faltas) por ocorrência	2
3	Deixar de providenciar correção de problema que acarrete suspensão de indisponibilidade ou de operacionalidade do sistema; por ocorrência e por dia.	3
4	Permitir funcionário em condições inseguras de trabalho ou sem os devidos EPI's; por ocorrência.	2
5	Manter o quantitativo de funcionários inferior ao necessário para execução do serviço no prazo previsto; por ocorrência.	0,5
6	Permitir a presença de empregado sem identificação (crachá) ou sem o devido uso de uniforme, por ocorrência/dia	0,5
7	Manter funcionário sem qualificação para execução do serviço; por ocorrência.	1,5
8	Executar serviço incompleto, paliativo substitutivo como por caráter permanente, ou deixar de providenciar reposição complementar; por ocorrência.	1
9	Fornecer informação pÉrfida de serviço ou substituição de material; por ocorrência.	1
10	Deixar de sinalizar adequadamente os locais de trabalho, conforme previsto; por ocorrência.	2
11	Destruir ou danificar equipamentos ou instalações da Contratante por culpa ou dolo de	1

	seus agentes; por ocorrência.	
12	Deixar de executar serviço com o sigilo necessário, fazendo vazar informação; por ocorrência.	3
13	Deixar de cumprir determinação formal, constantes no TR ou instrução complementar da FISCALIZAÇÃO, sem justificativa; por ocorrência.	1,5
14	Deixar de substituir empregado que tenha conduta inconveniente ou incompatível com suas atribuições; por empregado e por dia.	1
15	Deixar de realizar controle de ponto e presença de seus funcionários; por ocorrência	0,5
16	Deixar de apresentar carteira de trabalho assinada, certificados de cursos técnicos e demais comprovações de qualificação técnica no dia da apresentação do funcionário; por dia.	0,5

TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO E – MODELO DE MEDIÇÃO

OBJETO: CONTRATAÇÃO, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, NAS UNIDADES QUE COMPÕEM O PARQUE PREDIAL DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS, PEÇAS E FERRAMENTAS									
CONTRATADA: XXXX									
ITEM	CÓDIGOS	CODIGO DO ITEM/ESPECIFICAÇÃO	UNID	R\$ UNID	R\$ UNID. C/ DESC.	R\$ UNID. C/ BDI E DESC.	PROCESSO N.º: XX/XXXX/XXXX		
							Xª MEDIÇÃO		
							DATA	PERÍODO	VALOR
							XX/XX/XXXX	XX/XX À XX/XX/XXXX	
							QUANT		
1.		MÃO DE OBRA							
1.1	A	EQUIPE DE COORDENAÇÃO							
1.1.1	05.105.0125-0	MÃO-DE-OBRA DE AUXILIAR TÉCNICO, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MÊS	R\$ 3.398,56			0	RS	-
1.1.2	05.105.0127-0	MÃO-DE-OBRA DE ENCARREGADO DE OBRA, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MÊS	R\$ 7.418,40			0	RS	-
1.1.3	05.105.0137-0	MÃO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO OU ARQUITETO PLENO, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MÊS	R\$ 27.612,64			0	RS	-
		SOMA					0	RS	-
1.2	B	EQUIPE DE MANUTENÇÃO FIXA (HOSPITAIS)							
1.2.1	05.105.0108-0	MÃO-DE-OBRA DE PEDREIRO, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	H	R\$ 25,34			0	RS	-
1.2.2	05.105.0110-0	MÃO-DE-OBRA DE BOMBEIRO HIDRAULICO, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	H	R\$ 25,34			0	RS	-
1.2.3	05.105.0112-0	MÃO-DE-OBRA DE ELETRICISTA, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	H	R\$ 25,34			0	RS	-
1.2.4	05.105.0115-0	MÃO-DE-OBRA DE AJUDANTE, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	H	R\$ 18,31			0	RS	-
		SOMA					0	RS	-
1.3	C	EQUIPE DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA (ROTATIVA)							
1.3.1	05.105.0130-0	MÃO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO OU ARQUITETO JR., INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	H	R\$ 111,13			0	RS	-
1.3.2	05.105.0144-0	MÃO-DE-OBRA DE TÉCNICO DE EDIFICAÇÕES, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	H	R\$ 42,15			0	RS	-
		SOMA					0	RS	-
2.		OUTROS							
2.1	19.004.0400-0	CAMIONETE TIPO PICK-UP, COM CABINE SIMPLES E CACAMBA, TIPO LEVE, MOTOR BICOMBUSTIVEL (GASOLINA E ALCOOL) DE 1,6 LITROS EXCLUSIVE MOTORISTA	MÊS	R\$ 5.810,27			0	RS	-
2.2	19.004.0250-0	VEICULO DE PASSEIO, 5 PASSAGEIROS, MOTOR BICOMBUSTIVEL (GASOLINA E ALCOOL) DE 1,0 LITRO, EXCLUSIVE MOTORISTA	MÊS	R\$ 4.539,10			0	RS	-
2.3	19.004.0004-2	CAMINHÃO COM CARROCERIA FIXA, NO TOCO, CAPACIDADE DE 7,5T, INCLUSIVE MOTORISTA	H	R\$ 199,62			0	RS	-
		SOMA					0	RS	-
VALOR TOTAL DE SERVIÇOS A SEREM APLICADOS									
		Mão de obra (Equipe de coordenação + Equipe de manutenção fixa + Equipe de manutenção preventiva) c/ BDI e Desc.:						RS	-
		Outros c/ BDI e Desc.:						RS	-
		Preço total conforme medição OSM c/ BDI e Desc.						RS	-
							SUB-TOTAL =		R\$ 0,00
							TOTAL GERAL (MÊS) =		R\$ 0,00

TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO F - REFERÊNCIA PARA CUSTOS DOS SERVIÇOS

001 - Serviço de recarga de gás refrigerante em aparelho de ar condicionado (split ou janela) (un)						
Material		FONTES	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
07881	BOTIJA COM GAS REFRIGERANTE R-22, DE 13,6 KG, EMBALAGEM DESCARTAVEL	EMOP	UN	0,20000000	607,70	121,54
TOTAL Material:						121,54
Mão de Obra		FONTES	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
20004	MAO-DE-OBRA DE AJUDANTE DA CONSTRUCAO CIVIL, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS	EMOP	H	2,00000000	15,87	31,74
20097	MAO-DE-OBRA DE MECANICO DE REFRIGERACAO,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS	EMOP	H	2,00000000	21,29	42,58
TOTAL Mão de Obra:						74,32
VALOR:						195,86
002 - Serviço de limpeza de aparelho de ar condicionado (split ou janela) (un)						
Material		FONTES	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
07537	SHAM POO DESENGRAXANTE, BIODEGRADAVEL	EMOP	L	2,00000000	13,02	26,04
TOTAL Material:						26,04
Mão de Obra		FONTES	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
20004	MAO-DE-OBRA DE AJUDANTE DA CONSTRUCAO CIVIL, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS	EMOP	H	3,00000000	15,87	47,61
20097	MAO-DE-OBRA DE MECANICO DE REFRIGERACAO,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS	EMOP	H	2,00000000	21,29	42,58
TOTAL Mão de Obra:						90,19
VALOR:						116,23
003 - Serviço de remanejamento de aparelho de ar condicionado (split) (un)						
Material		FONTES	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
07880	FITA EM POLIETILENO PARA TUBO ESPONJOSOEXPANDIDO COM LARGURA DE 48MM	EMOP	M	20,00000000	0,14	2,88
07882	MANGUEIRA CRISTAL EM PVC, NO DIAMETRO DE 1/2"	EMOP	M	3,00000000	2,49	7,47
07859	TUBO COBRE SEM COSTURA, NO DIAMETRO DE 1/4" A 3/4" E COM ESPESSURA DE 1/32"	EMOP	KG	2,00000000	103,13	206,26
07885	TUBO ESPONJOSO EM POLIETILENO EXPANDIDO,NO DIAMETRO DE 1/2"	EMOP	M	3,00000000	1,44	4,32
TOTAL Material:						220,93
Mão de Obra		FONTES	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
20004	MAO-DE-OBRA DE AJUDANTE DA CONSTRUCAO CIVIL, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS	EMOP	H	3,00000000	15,87	47,61
01983	MAO-DE-OBRA DE ELETRICISTA DE CONSTRUCAOCIVIL, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	EMOP	H	1,00000000	25,34	25,34
20097	MAO-DE-OBRA DE MECANICO DE REFRIGERACAO,INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS	EMOP	H	4,00000000	21,29	85,16
20115	MAO-DE-OBRA DE PEDREIRO, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS	EMOP	H	2,00000000	21,96	43,92
TOTAL Mão de Obra:						202,03
Serviço		FONTES	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
07.006.0025-B	ARGAMASSA DE CIMENTO E SAIBRO,NO TRACO 1:8,PREPARO MECANICO	EMOP	M3	0,05000000	336,19	16,81
15.008.0020-A	FIO DE COBRE COM ISOLAMENTO TERM OPLASTICO,ANTICHAMA,COM PREENDENDO:PREPARO,CORTE E ENFIACAO EM ELETRODUTOS,NA BITOLA DE 2,5MM 2,450/750V.FORNECIMENTO E COLOCACAO	EMOP	M	9,00000000	3,92	35,28
TOTAL Serviço:						52,09
VALOR:						474,97

004 - Serviço de remanejamento de aparelho de ar condicionado (janela) (un)						
Material	FORTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL	
07882	MANGUEIRA CRISTAL EM PVC, NO DIAMETRO DE 1/2"	EMOP	M	2,00000000	2,49	4,98
					TOTAL Material:	4,98
Mão de Obra	FORTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL	
20004	MAO-DE-OBRA DE AJUDANTE DA CONSTRUCAO CIVIL, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS	EMOP	H	8,00000000	15,87	126,96
01983	MAO-DE-OBRA DE ELETRICISTA DE CONSTRUCAOCIVIL, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	EMOP	H	1,00000000	25,34	25,34
20115	MAO-DE-OBRA DE PEDREIRO, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS	EMOP	H	4,00000000	21,96	87,84
					TOTAL Mão de Obra:	240,14
Serviço	FORTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL	
12.003.0120-A	ALVENARIA DE TIJOLOS CERAMICOS FURADOS 10X20X30CM, COMPLEMENTADA COM 6% DE TIJOLOS DE 10X20X20CM, ASSENTES COM ARGAMASSA DE CIMENTO E SAIBRO NO TRACO 1:8. EM PAREDES DE MEIA VEZ (0,10M) COM VAOS OU ARESTAS, ATÉ 3,00M DE ALTURA E MEDIDA PELA	EMOP	M2	1,00000000	55,22	55,22
07.006.0025-B	ARGAMASSA DE CIMENTO E SAIBRO, NO TRACO 1:8. PREPARO MECANICO	EMOP	M3	0,20000000	336,19	67,24
15.036.0070-A	ELETRODUTO DE PVC RIGIDO ROSQUEAVEL DE 3/4", INCLUSIVE CONEXOES E EMENDAS, EXCLUSIVE ABERTURA E FECHAMENTO DE RASGO, FORNECIMENTO E ASSENTAMENTO	EMOP	M	3,00000000	8,34	25,02
15.008.0020-A	FIO DE COBRE COM ISOLAMENTO TERMOPLASTICO, ANTICHAM A, COM PREENDENDO: PREPARO, CORT E ENFIACAO EM ELETRODUTOS, NA BITOLA DE 2,5MM 2,450/750V. FORNECIMENTO E COLOCACAO	EMOP	M	9,00000000	3,92	35,28
					TOTAL Serviço:	182,76
					VALOR:	427,88
COMP-PLACA SOLAR 1 - Serviço de substituição de placa fotovoltaica defeituosa em sistema de geração de energia solar (un) (UN)						
Material	FORTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL	
11763	COLETOR SOLAR PARA AQUECIMENTO DE AGUA, MEDINDO (1X1M), CONFORME ABNT NBR 17003	EMOP	UN	1,00000000	669,83	669,83
					TOTAL Material:	669,83
Mão de Obra	FORTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL	
20060	MAO-DE-OBRA DE ELETRICISTA DA CONSTRUCAOCIVIL, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS	EMOP	H	4,00000000	21,96	87,84
20062	MAO-DE-OBRA DE ELETROTECNICO, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS	EMOP	H	3,00000000	25,98	77,94
20132	MAO-DE-OBRA DE SERVENTE DA CONSTRUCAO CIVIL, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS	EMOP	H	1,00000000	15,87	15,87
					TOTAL Mão de Obra:	181,65
					VALOR:	851,48
COMP-PLACA SOLAR 2 - Serviço de limpeza de placa de energia fotovoltaica (un) (UN)						
Material	FORTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL	
13659	LAVADORA ALTA PRESSAO DE 166 BAR, TENSAO 220/338V M MOD. CSL 2400 FTS, ELETROLUX OU SIMILAR	EMOP	UN	0,0122300	5,778,08	7,07
					TOTAL Material:	7,07
Mão de Obra	FORTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL	
20060	MAO-DE-OBRA DE ELETRICISTA DA CONSTRUCAOCIVIL, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS	EMOP	H	0,30000000	21,96	6,59
20132	MAO-DE-OBRA DE SERVENTE DA CONSTRUCAO CIVIL, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS	EMOP	H	0,35000000	15,87	5,55
					TOTAL Mão de Obra:	12,14
					VALOR:	19,21
COMP-PLACA SOLAR 3 - Serviço de substituição de estrutura comprometida para sistema de placas fotovoltaicas (un) (UN)						
Material	FORTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL	
1104	CHAPA DE ACO USI-SAC 350, COM ESPESSURA DE 1/2" A	EMOP	KG	5,00000000	14,12	70,62
					TOTAL Material:	70,62
Mão de Obra	FORTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL	
20060	MAO-DE-OBRA DE ELETRICISTA DA CONSTRUCAOCIVIL, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS	EMOP	H	0,35000000	21,96	7,69
20102	MAO-DE-OBRA DE MONTADOR A (MONTAGEM DE ESTRUTURAS METALICAS), INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS	EMOP	H	0,45000000	23,62	10,63
20132	MAO-DE-OBRA DE SERVENTE DA CONSTRUCAO CIVIL, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS	EMOP	H	1,00000000	15,87	15,87
					TOTAL Mão de Obra:	34,19
					VALOR:	104,79

COMP-PLACA SOLAR 4 - Serviço de substituição de cabeamento de 6mm² em sistema de energia de placas fotovoltaicas (m) (M)

Material		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
11583	CABO DE COBRE RIGIDO, 1KV, PVC 70°C, 6MM2,NBR 7288	EMOP	M	1,00000000	4,52	4,52
TOTAL Material:						4,52
Mão de Obra		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
20004	MAO-DE-OBRA DE AJUDANTE DA CONSTRUCAO CIVIL, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS	EMOP	H	0,15000000	15,87	2,38
20060	MAO-DE-OBRA DE ELETRICISTA DA CONSTRUCAOCIVIL, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS	EMOP	H	0,25000000	2,196	5,49
TOTAL Mão de Obra:						7,87
VALOR:						12,39

COMP-PLACA SOLAR 5 - Serviço de substituição de cabeamento de 16mm² em sistema de energia de placas fotovoltaicas (m) (M)

Material		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
11585	CABO DE COBRE RIGIDO, 1KV, PVC 70°C, DE16MM2,NBR 7288	EMOP	M	1,00000000	11,92	11,92
TOTAL Material:						11,92
Mão de Obra		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
20004	MAO-DE-OBRA DE AJUDANTE DA CONSTRUCAO CIVIL, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS	EMOP	H	0,15000000	15,87	2,38
20060	MAO-DE-OBRA DE ELETRICISTA DA CONSTRUCAOCIVIL, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS	EMOP	H	0,25000000	2,196	5,49
TOTAL Mão de Obra:						7,87
VALOR:						19,79

COMP-PLACA SOLAR 6 - Serviço de substituição de cabeamento de 35mm² em sistema de energia de placas fotovoltaicas (m) (M)

Material		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
11589	CABO DE COBRE RIGIDO, 1KV, PVC 70°C, 35MM2	EMOP	M	1,00000000	23,10	23,10
TOTAL Material:						23,10
Mão de Obra		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
20004	MAO-DE-OBRA DE AJUDANTE DA CONSTRUCAO CIVIL, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS	EMOP	H	0,15000000	15,87	2,38
20060	MAO-DE-OBRA DE ELETRICISTA DA CONSTRUCAOCIVIL, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS	EMOP	H	0,25000000	2,196	5,49
TOTAL Mão de Obra:						7,87
VALOR:						30,97

COMP-PLACA SOLAR 7 - Serviço de substituição de cabeamento de 50mm² em sistema de energia de placas fotovoltaicas (m) (M)

Material		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
11590	CABO DE COBRE RIGIDO, 1KV, PVC 70°C, 50MM2, NBR 7288	EMOP	M	1,00000000	3,194	3,194
TOTAL Material:						3,194
Mão de Obra		FONTE	UNID	COEFICIENTE	PREÇO UNITÁRIO	TOTAL
20004	MAO-DE-OBRA DE AJUDANTE DA CONSTRUCAO CIVIL, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS	EMOP	H	0,15000000	15,87	2,38
20060	MAO-DE-OBRA DE ELETRICISTA DA CONSTRUCAOCIVIL, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS DESONERADOS	EMOP	H	0,25000000	2,196	5,49
TOTAL Mão de Obra:						7,87
VALOR:						39,81


OBJETO CONTRATAÇÃO, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, NAS UNIDADES QUE COMPÕEM O PARQUE PREDIAL DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS, PEÇAS E FERRAMENTAS

COMPOSIÇÃO DO B.D.I. - COM Desoneração - Lei 12.844/13

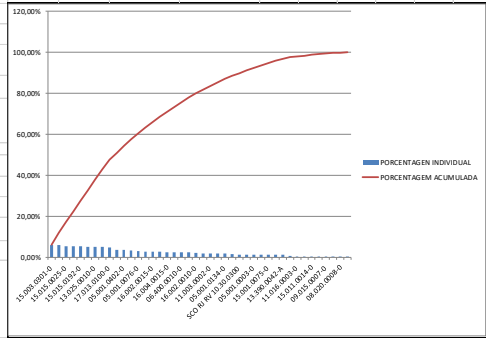
X . Taxa representativa das DESPESAS INDIRETAS, exceto tributos e despesas financeiras	
TIPO	ALÍQUOTA (%)
X.1 - Administração Central	1,50
X.2 - Seguro e Garantia	0,30
X.3 - Risco	0,56
X =	2,36
Y . Taxa representativa das DESPESAS FINANCEIRAS	
TIPO	ALÍQUOTA (%)
Y.1 - Despesas Financeiras	0,85
Y =	0,85
Z . Taxa representativa do LUCRO	
TIPO	ALÍQUOTA (%)
Z.1 - Lucro Presumido	1,56
Z =	1,56
I . Taxa representativa da incidência dos TRIBUTOS (sobre o FATURAMENTO da empresa)	
TIPO	ALÍQUOTA (%)
I.1 - ISSQN (Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza) - Municipal	3,00
I.2 - COFINS (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) - Federal	3,00
I.3 - P I S (Programa de Integração Social) - Federal	0,65
I.4 - Contribuição Previdenciária p/ INSS - Federal - Lei 12.844/2013	4,50
I =	11,15
B D I - Benefício e Despesas Indiretas	
$B D I = \frac{(1+X) (1+Y) (1+Z)}{(1-I)} - 1 \quad \leftarrow \text{Fórmula do BDI}$	
<p>X é a Taxa somatória das DESPESAS INDIRETAS, exceto tributos e despesas financeiras; Y é a Taxa representativa das DESPESAS FINANCEIRAS; Z é a Taxa representativa do LUCRO; I é a Taxa representativa dos IMPOSTOS.</p>	
B.D.I com Desoneração è	18,00%

TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO G – MEMÓRIA DE CÁLCULO

OBJETO: CONTRATAÇÃO, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, NAS UNIDADES QUE COMPÕEM O PARQUE PREDIAL DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS, PEÇAS E FERRAMENTAS						PROCESSO N.º: XX/XXXX/XXXX	
ITEM	CÓDIGOS	CODIGO DO ITEM/ESPECIFICAÇÃO	UNID	R\$ UNID	Xº MEDIÇÃO		
					DATA	XX/XX/XXXX	
					PERÍODO	XX/XX À XX/XX/XXXX	
					QUANT	VALOR	
CONTRATADA: XXXX							
1.	MÃO DE OBRA						
1.1	A	EQUIPE DE COORDENAÇÃO					
1.1.1	05.105.0125-0	MAO-DE-OBRA DE AUXILIAR TECNICO, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MÊS	R\$ 3.398,56	3	R\$	10.195,68
1.1.2	05.105.0127-0	MAO-DE-OBRA DE ENCARREGADO DE OBRA, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MÊS	R\$ 7.418,40	2	R\$	14.836,80
1.1.3	01.050.0714-0	MAO-DE-OBRA DE ARQUITETO OU ENGENHEIRO JUNIOR, PARA SERVICOS DE CONSULTORIA DE ENGENHARIA E ARQUITETURA, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MÊS	R\$ 20.349,12	11	R\$	223.840,32
1.1.4	05.105.0137-0	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO OU ARQUITETO PLENO, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	MÊS	R\$ 27.612,64	1	R\$	27.612,64
		SOMA			17	R\$	276.485,44
1.2	B	EQUIPE DE MANUTENÇÃO FIXA (HOSPITAIS)					
1.2.1	05.105.0108-0	MAO-DE-OBRA DE PEDREIRO, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	H	R\$ 25,34	720	R\$	18.244,80
1.2.2	05.105.0110-0	MAO-DE-OBRA DE BOMBEIRO HIDRAULICO, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	H	R\$ 25,34	360	R\$	9.122,40
1.2.3	05.105.0112-0	MAO-DE-OBRA DE ELETRICISTA, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	H	R\$ 25,34	360	R\$	9.122,40
1.2.4	05.105.0115-0	MAO-DE-OBRA DE AJUDANTE, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	H	R\$ 18,31	720	R\$	13.183,20
		SOMA			2160	R\$	49.672,80
1.3	C	EQUIPE DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA (ROTATIVA)					
1.3.1	05.105.0130-0	MAO-DE-OBRA DE ENGENHEIRO OU ARQUITETO JR., INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	H	R\$ 111,13	180	R\$	20.003,40
1.3.2	05.105.0144-0	MAO-DE-OBRA DE TECNICO DE EDIFICACOES, INCLUSIVE ENCARGOS SOCIAIS	H	R\$ 42,15	180	R\$	7.587,00
		SOMA			360	R\$	27.590,40
2.	OUTROS						
2.1	19.004.0400-0	CAMIONETE TIPO PICK-UP, COM CABINE SIMPLES E CACAMBA, TIPO LEVE, MOTOR BICOMBUSTIVEL (GASOLINA E ALCOOL) DE 1,6 LITROS, EXCLUSIVE MOTORISTA	MÊS	R\$ 5.810,27	1	R\$	5.810,27
2.2	19.004.0250-0	VEICULO DE PASSEIO, 5 PASSAGEIROS, MOTOR BICOMBUSTIVEL (GASOLINA E ALCOOL) DE 1,0 LITRO, EXCLUSIVE MOTORISTA	MÊS	R\$ 4.539,10	4	R\$	18.156,40
2.3	19.004.0004-2	CAMINHAO COM CARROCERIA FIXA, NO TOCO, CAPACIDADE DE 7,5T, INCLUSIVE MOTORISTA	H	R\$ 199,62	48	R\$	9.581,76
		SOMA			5	R\$	33.548,43
VALOR TOTAL DE SERVIÇOS A SEREM APLICADOS							
		Mão de obra (Equipe de coordenação + Equipe de manutenção fixa + Equipe de manutenção preventiva):				R\$	353.748,64
		Outros:				R\$	33.548,43
		Serviços de acordo com a tabela - ANEXO VII:				R\$	706.551,81
				SUB-TOTAL =			R\$ 1.093.848,88
				BDI 18% =			R\$ 196.892,80
				TOTAL GERAL (MÊS) =			R\$ 1.290.741,68
				TOTAL GERAL (ANO) =			R\$ 15.488.900,14

		PREFEITURA MUNICIPAL DE NITERÓI		OBRA:	CONTRATAÇÃO, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, NAS UNIDADES QUE COMPÕEM O PARQUE PREDIAL DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS, PEÇAS E FERRAMENTAS.		
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE		NÚCLEO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA			LOCAL:	NITERÓI - RJ	DATA REF.: fev/23
MEMÓRIA DE CÁLCULO						DATA: 24/03/2023	
ITEM	UNIDADE	TIPO	PADRÃO DE REFERÊNCIA E CRITICIDADE	Área (M2)	CONSTRUÇÃO CUB, PADRÃO MÉDIO E ALTO CONSTRUÇÃOXREFORMA FEVEREIRO 2023		Valor Destinado a Manutenção Predial Anual (R\$)
					Custo Anual (M2) Médio Padrão R\$152,31/M2 X Criticidade (FEVEREIRO/2023)	Custo Anual (M2) Alto Padrão R\$190,90/M2 X Criticidade (FEVEREIRO/2023)	
01.	UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE						R\$ 634.497,01
01.01	U.B.S SANTA BARBARA (ADELMO DE M. E SILVA)	P	ATENÇÃO	396,82	R\$ 213,23		R\$ 84.614,18
01.02	U.B.S ENGENHOCA	A	URGÊNCIA	877,80	R\$ 274,15		R\$ 240.662,10
01.03	U.B.S MORRO DO ESTADO (DR. MÁRIO PARDAL)	P	ATENÇÃO	297,60	R\$ 213,23		R\$ 63.457,44
01.04	U.B.S CENTRO (DR. EDUARDO IMBASSAY)	P	URGÊNCIA	866,48	R\$ 274,15		R\$ 245.773,29
02.	HOSPITALARES						R\$ 3.228.176,60
02.01	HOSPITAL PSIQUIATRICO DE JURUJUBA	P	ACOMPANHAMENTO	5675,48		R\$ 190,90	R\$ 1.083.450,27
02.02	HOSPITAL ORÊNCIO DE FREITAS	P	ATENÇÃO	6307,42		R\$ 267,26	R\$ 1.685.722,84
02.03	MATERIDADE ALZIRA REIS	P	CONTROLE	4007,36		R\$ 114,54	R\$ 459.003,50
03.	POLICLINICAS						R\$ 3.357.845,24
03.01	REGIONAL SERGIO AROUCA	P	ATENÇÃO	2110,00	R\$ 213,23		R\$ 449.916,65
03.02	REGIONAL DA ENGENHOCA (DR RENATO SILVA)	P	ACOMPANHAMENTO	536,56	R\$ 152,31		R\$ 81.722,17
03.03	REGIONAL CARLOS ANTONIO DA SILVA	P	ATENÇÃO	2323,76	R\$ 213,23		R\$ 495.496,83
03.04	REGIONAL DO BARRETO (DR. JOÃO DA SILVA VIZELA)	P	ATENÇÃO	1172,56	R\$ 213,23		R\$ 250.025,72
03.05	REGIONAL DE ITAIPU	P	ACOMPANHAMENTO	577,73	R\$ 152,31		R\$ 87.992,67
03.06	COMUNITARIA DE JURUJUBA	P	ACOMPANHAMENTO	519,50	R\$ 152,31		R\$ 79.123,80
03.07	REGIONAL DO LARGO DA BATALHA	P	ATENÇÃO	1697,39	R\$ 213,23		R\$ 361.935,56
03.08	ESPECIALIDADES DR. SYLVIO PICAÑO	P	ACOMPANHAMENTO	5385,20	R\$ 152,31		R\$ 820.206,89
03.09	ESPECIALIDADES A MULHER MALU SAMPAIO	P	URGÊNCIA	859,12	R\$ 274,15		R\$ 235.530,91
03.10	REGIONAL FONSECA (GUILHERME MARCH)	P	ATENÇÃO	758,83	R\$ 213,23		R\$ 161.805,81
03.11	ALMIR MADEIRA	P	URGÊNCIA	941,37	R\$ 274,15		R\$ 258.080,05
03.12	REGIONAL DE PIRATININGA - DOM LUIZ ORIONE	A	ATENÇÃO	356,46	R\$ 213,23		R\$ 76.008,19
04.	SETORES ADMINISTRATIVOS E OUTROS						R\$ 1.258.102,81
04.01	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE - 8º ANDAR	P	CONTROLE	570,30	R\$ 91,38		R\$ 52.116,61
04.02	FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE - 9º ANDAR	P	CONTROLE	570,30	R\$ 91,38		R\$ 52.116,61
04.03	NÚCLEO DE ENGENHARIA E ARQUITETURA - NEA	A	CONTROLE	60,00	R\$ 91,38		R\$ 5.483,07
04.04	SUBSECRETARIA DE REDES - SUBREDES	A	CONTROLE	30,00	R\$ 91,38		R\$ 2.741,54
04.05	SALA DE SITUAÇÃO - FGA	A	CONTROLE	30,00	R\$ 91,38		R\$ 2.741,54
04.06	VIPACAF / VIPAHE	P	ACOMPANHAMENTO	1454,64	R\$ 152,31		R\$ 221.552,73
04.07	ALMOXARIFADO DE MEDICAMENTOS - COFAR	A	URGÊNCIA	1078,00	R\$ 274,15		R\$ 295.537,67
04.08	ARQUIVO GERAL	A	ATENÇÃO	236,37	R\$ 213,23		R\$ 50.401,33
04.09	SETOR DE PROTOCOLO - SAPRA	P	ATENÇÃO	106,85	R\$ 213,23		R\$ 22.783,69
04.10	SETOR DE TRANSPORTE - SATRA	P	ATENÇÃO	305,40	R\$ 213,23		R\$ 65.120,64
04.11	DEPARTAMENTO DE VIGILANCIA SANITARIA	A	CONTROLE	500,00	R\$ 91,38		R\$ 45.692,28
04.12	SAMU BASE NITERÓI - ALAMEDA	A	ATENÇÃO	803,42	R\$ 213,23		R\$ 171.313,76
04.13	CENTRO DE CONTROLE DE ZOONOSES (CCZ)	P	ACOMPANHAMENTO	342,14	R\$ 152,31		R\$ 52.110,52
04.14	LABORATORIO CENTRAL MIGUELOTE VIANA	P	URGÊNCIA	796,60	R\$ 274,15		R\$ 218.390,82
TOTAL POR MÊS:							R\$ 706.551,81
TOTAL GERAL (12 MESES):							R\$ 8.478.621,66
<p>OBS.:</p> <ul style="list-style-type: none"> - BDI NÃO INCLUIDO. - TODOS OS VALORES FORAM CORRIGIDOS COM BASE FEVEREIRO 2023, ATRAVÉS DO CUSTO UNITÁRIO BÁSICO DA CONSTRUÇÃO CIVIL. - TODOS OS IMÓVEIS TIVERAM SEUS VALORES CALCULADOS ATRAVÉS DA ÁREA CONSTRUÍDA, ONDE SUA METRAGEM QUADRADA FOI MULTIPLICADA PELO VALOR DO ÍNDICE DE CONSTRUÇÃO CUB, PADRÃO MÉDIO/ALTO (CONSTRUÇÃOXREFORMA) FEVEREIRO 2023, CONFORME CLASSIFICAÇÃO ABAIXO: <p>* PADRÃO ALTO: REDE HOSPITALAR; * PADRÃO MÉDIO: POLICLINICAS, UNIDADES BÁSICAS DE SAÚDE E SETORES ADMINISTRATIVOS;</p> <p>- PARA OBTENÇÃO DOS VALORES ANUAIS DE MANUTENÇÃO FORAM UTILIZADAS AS SEGUINTE BASES DE CÁLCULO:</p> <p>CUB FEV/2023 ALTO PADRÃO (REF. COMPLEXIDADE UNIDADE DE SAÚDE) = R\$ 3.181,67 CUB FEV/2023 MÉDIO PADRÃO (REF. COMPLEXIDADE UNIDADE DE SAÚDE) = R\$ 2.538,46</p> <p>FATOR DE MINORAÇÃO BASEADO NO CUSTO ANUAL DE MANUTENÇÃO 6,00% (2,00% NBR 5674 MANUTENÇÃO PREDIAL + 4,00% IDADE MÉDIA E DEPRECIÇÃO DOS IMÓVEIS)</p> <p>CUSTO DE MANUTENÇÃO M2 POR ANO: ALTO PADRÃO: R\$ 190,90 MÉDIO PADRÃO: R\$ 152,31</p> <p>FATOR DE MINORAÇÃO/MAJORAÇÃO COM BASE EM RELATÓRIO FMS:</p> <p style="text-align: center;"> CONTROLE (NOTA 4-5) FM = 0,6 ACOMPANHAMENTO (NOTA 3-4) FM = 1,0 ATENÇÃO (NOTA 2-3) FM = 1,4 URGÊNCIA (NOTA 1-2) FM = 1,8 CRÍTICO (NOTA 0-1) FM = 2,2 </p>							

QUANTITATIVO DE SERVIÇOS FEITO NA MANUTENÇÃO DE 2020 (251 DIAS TRABALHADOS)						CLASSE	CORTE	PROPORÇÃO DE ITEM	PROPORÇÃO DO QUANTITATIVO
ITEM	SERVIÇO	QUANTITATIVO	PORCENTAGEM INDIVIDUAL	PORCENTAGEM ACUMULADA	CLASSIFICAÇÃO				
15.003.0301-0	INSTALACAO E ASSENT., APARELHO AR CONDICIONADO TIPO PAREDE,INSTAL. APARENTE, EXCL. FORM. APARELHO, INCL. ABRAÇADERAS	216	5,96%	5,96%	A	A	80%	50,00%	79,92%
15.004.0076-0	REPARO DE VALV. DE DESC.	214	5,90%	11,86%	A	B	95%	23,81%	14,73%
15.015.0025-0	INSTALACAO DE PONTOS DE LIG. EQUIV. A 2 VARAS DE ELETR. DE PVC RIGIDO DE 1/2"	190	5,24%	17,10%	A	C	100%	26,19%	5,35%
15.015.0171-0	INSTALACAO DE PONTO DE FORCA ATE 2CV, EQUIV. A 2 VARAS DE ELETR. DE PVC RIGIDO DE 1/2"	190	5,24%	22,34%	A				
15.015.0192-0	INSTALACAO DE PONTO DE TOMADA EQUIV. A 2 VARAS DE ELETR. DE PVC RIGIDO DE 1/2"	190	5,24%	27,58%	A				
13.025.0005-0	ASSENTAMENTO DE AZUL, 15X15, EXCL. ESTES, C/NTA DE CEM. COMUM SOBRE EMBOCO EXIST., INCL. REJUNT. C/CM. BRANCO	185	5,10%	32,68%	A				
13.025.0010-0	ASSENTAMENTO DE LADILHOS EM PAREDES EXCL. ESTES, INCL. CHAPISCO E EMBOCO, ASSENT. C/CM. COMUM E REJUNT. C/CM. BRANCO	185	5,10%	37,78%	A				
17.018.0112-0	PINTURA C/ TINTA ACRILICA INF. OU EXT. EM TIL. CONCR. LISO, CEM-AMANTO, REVESTIM. MADE. FERRO, INCL. DEMAO DE MASSA	180	4,96%	42,75%	A				
17.013.0100-0	PINTURA COM TINTA EPOXI A BASE D'AGUA SEMELHANTE, PARA USO HOSPITALAR, SOBRE PAREDES E PISOS DE CENTRO CIRURGICO OU UTI, INCLUSIVE ELIMINACAO, UMA DEMAO DE SELADOR ACRILICO, DUAS DEMOES DE MASSA ACRILICA E DUAS DEMOES DE ACABAMENTO	170	4,69%	47,44%	A				
05.001.0400-0	LIMPEZA DE GALHA EM ENCOSTA	125	3,45%	50,88%	A				
05.001.0402-0	LIMPEZA DE TELHA CERAMICA, CONSISTINDO DE LAVAGEM COM AGUA PURA E ESCOVACAO COM ESCOVA DE ACO	125	3,45%	54,33%	A				
16.001.0050-0	MADEIRAMENTO P/COBERT. EM DUAS AGUAS, EM TELHAS CERAM., EM MACARANDUBA CERAM.	114	3,14%	57,47%	A				
05.001.0076-0	REMOCAO DE DIVISAO DE MADEIRA, PRÉ-MOLDADA, PRENSADA OU SEMELHANTE	112	3,09%	60,56%	A				
14.002.0136-0	GRADE DE FERRO PARA PROTECAO DE JANELA OU APARELHO DE AR CONDICIONADO, FORMADA POR BARRAS QUADRADAS DE 3/8"	98	2,70%	63,27%	A				
16.002.0015-0	CLIMBERIA P/COBERT. EM TELHAS FRANCIS OU COLONIAS	98	2,70%	65,97%	A				
13.196.0100-0	FERRO ARAMADO MONOLITICO DE DRYWALL COMPOSTO DE UMA CAMADA GESSO ACARTONADO, TIPO STANDARD, LARGURA DE 600MM, COMPRIMENTO DE 2000MM E ESPESSURA DE 12,5MM, COM TRATAMENTO JUNTAS COM MASSA E FITA PARA IMPERMEABILIZACAO DA SUPERFICIE DAS CHAVES DE GESSO ACARTONADO, SUSPENSA POR MEIO DE ARAME Nº18, REVESTIDO DE PVC, FIXADO EM ESTRUTURA SUPERIOR, FORNEC. COLOC.	94	2,59%	68,56%	A				
16.004.0015-0	COBERTURA EM TELHAS ONDULADAS DE CIMENTO, SEM AMANTO, REFORÇADO COM FIOS SINTETICOS (CFPS), COM ESPESSURA DE 6MM, EXCLUSIVE FORNECIMENTO, FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO	88	2,43%	70,99%	A				
06.400.0001-0	MONTAGEM DE CONJ. MOTOR-BOMBA ATE 5CV	84	2,32%	73,30%	A				
06.400.0010-0	MONTAGEM DE PAINEL DE PARTIDA P/CONJ. ATE 5CV	84	2,32%	75,62%	A				
12.003.0080-0	ALVENARIA DE TIL. CERAM. FURADOS (10 X 20 X 20)CM, EM PAREDES DE 10CM, C/VAOS OU ARISTAS, ATE 3,00M DE ALT.	84	2,32%	77,94%	A				
16.002.0010-0	COBERTURA EM TELHAS COLONIAS	72	1,99%	79,92%	A				
14.002.0212-0	GUARDA-CORPO DE TUBOS DE ACO GALVANIZADO SOLDADOS, FORMANDO MODULOS DE 2,20M DE COMPRIMENTO E 1,00M DE ALTURA, COM 3 MONTANTES DE 2" DE DIAMETRO CHAMADOS NO CONCRETO EXCLUSIVE ESTE, TRAVESSA SUPERIOR DE 2" E TRAVESSA INFERIOR E INTERMEDIARIA DE 1" FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO	67	1,85%	81,77%	B				
11.003.0002-0	CONCRETO P/PECAS ARMADAS, P/UMA RESISTENCIA A COMPRES. DE 10MPA, INCL. MAT., CONFECACAO E TRANSP. HORIZ. E VERT.	65	1,79%	83,56%	B				
14.004.0015-0	VIDRO PLANO TRANSPARENTE COM UM DE 4MM DE ESPESSURA, FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO	65	1,79%	85,36%	B				
05.001.0134-0	ARRANCAMENTO DE PORTAS, JANELAS E CAXILHOS DE AR CONDICIONADO P/OUTROS	61	1,68%	87,04%	B				
13.301.0090-0	RECOMPOSICAO DE PISO CIMENTADO, C/ARG. DE CIM. E AREA 1:3, ESP. DE 5CM, EXCL. BASE DE CONCR.	52	1,42%	88,47%	B				
SC0 83 REV 10.30.0300	FERRO DE PVC 10 X 20 CM	48	1,32%	89,80%	B				
06.001.0274-0	ASSENTAMENTO DE TUBO PVC RQ, DIAM. DE 2"	47	1,30%	91,09%	B				
05.001.0003-0	DEMOLICAO MANUAL DE ALVEN. DE TIL. FURADOS	46	1,27%	92,36%	B				
16.005.0075-0	COBERTURA TERMO-ISOLANTE DUPLA, TRAPEZOIDAL, ALUMINIO 0,4MM, PISO ONDE SE REQUIR CONCRETO TERMO DUPLA, ESTANQUEIDADE LATERAIS, PINTURA, RECHEDO DE POLIESTIRENO EXPANDIDO (EPS) ALTURA=90MM, C/RETARDANTE A CHAMA E DENSIDADE 18K-11, 25, INCL. ABNT, LARGURA UTIL. DE 0,99M, COMPRIMENTO ATE 12,00M, INCL. ACESSORIOS P/FIXACAO, ALTURA TOTAL 78,99MM, FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO	42	1,16%	93,52%	B				
15.001.0075-0	MURDO FIBRADO, DIM. DE 0,70 X 0,50 X 0,50M, EM ALVEN. DE TIL., C/PORTA DE 0,60 X 0,40M	41	1,13%	94,65%	B				
09.005.0017-0	PODA DE ARVORES, LIMP. DOS GALHOS SECOS E RETIRADA DE PARASITAS	40	1,10%	95,75%	C				
13.390.0042-A	PISO VINILICO EM MANTAS DE RESINA DE PVC PLASTIFICANTE, DE 2MM DE LARGURA X 20M DE COMPRIMENTO, HOMOGENEO, COM 3MM DE ESPESSURA, LISO, MISTURADO OU PONTILHADO, JUNTAS SOLDADAS A QUENTE, ASSENTES SOBRE BASE EXISTENTE, DEVENDO ATENDER A ABNT, NO QUE CONCERNE A RESISTENCIA AO IMPACTO, SOLIDEZ, DUREZA E ACAO DE AGENTES QUIMICOS, INCLUSIVE ADESIVO, FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO	38	1,05%	96,80%	C				
05.005.0007-0	ANDAIM DE TABUADO SOBRE CAVAL (INCL. ESTES), EM PRIMO DE 1" C/APROVEIT. DA MAD. 20 VEZES, INCL. MOV. PIPE DIREITO DE 4,00M	26	0,72%	97,52%	C				
11.016.0003-0	ESTRUTURA METALICA PARA COBERTURA DE GALPAO EM ARCO OU EM DUAS OU MAIS AGUAS, COM TRILHAS, TERÇAS, TRANÇES, ETC., SOBRE APOIOS (EXCLUSIVE ESTES) PARA CARGA DE COBERTURA DE FERROCOIMENTO OU METALICA, VAOS ATE 15M, CONSIDERANDO AS PERDAS E UMA DEMAO DE PINTURA ANTIOXID. EXCLUSIVE COBERTURA E ACESSORIOS, FORNECIMENTO E MONTAGEM	14	0,39%	97,90%	C				
11.016.0005-1	RECONSTITUICAO DE ESTRUT. LEVE, MEDIDA P/ KG DE ACO NECESSARIO	14	0,39%	98,29%	C				
15.011.0014-0	ENTRADA DE SERVIÇO (C/P) PADRAO AMPLA, PARA MEDICAO TRIFASICA, LIMEADOR, INSTALADO EM MURO, COM CARGA INSTALADA ATE 300N, CONSISTINDO DE POSTE DE CONCRETO COMPLETO, CABINE EM ALVENARIA, COMPORTA, CABO PARA INSTALACAO DO MEDIDOR, CABO DE CONCRETO PARA ATERRAMENTO, HASTE DE ATERRAMENTO E DEMAIS MATERIAIS NECESSARIOS, EXCLUSIVE DISJUNTOR E FID OU CABO DE ENTRADA E SAIDA	14	0,39%	98,68%	C				
09.005.0059-0	MANUTENCAO E RECOMP. DE AREA AJARDINADA, C/LIMP. E REPLANTIO DE ARBUSTOS	12	0,33%	99,01%	C				
09.015.0007-0	ALAMBRADO PARA CAMPO DE ESPORTE DE 3.000x6.000, COM UM MONTANTE A CADA 3,00M, EM TELA GALV. Nº12 E MALHA LOSANGO DE SCH.FIXADA EM TUBOS DE FERRO GALVANIZADO DE 2" E CONTRAFRAMENTO INT. 750M, EM CADA MODULO, ESTES CHAMADOS EM BLOCOS DE CONCRETO, INCLUSIVE ESCAVACAO, CONCRETO DOS BLOCOS, REATERRO, TRANSPORTE, CARGA E DESCARGA, EXCLUSIVE PINTURA, FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO	12	0,33%	99,34%	C				
14.002.0133-0	GRADE DE FERRO, FORMADA POR BARRAS VERTICAIS DE 1,1/2" X 3/8" E HORIZONTAIS DE 2" X 3/8"	12	0,33%	99,67%	C				
08.020.0008-0	PAVIMENTACAO EM LAJOTAS DE CONCRETO, INTER-TRAHADO, COM 6cm DE ESPESSURA, ASSENTES SOBRE COLCHO DE PÓ-DE-PIEDRA, AREIA OU MATERIAL EQUIVALENTE	6	0,17%	99,83%	C				
11.016.0007-0	PILARES E/OU VIGAS EM TRILHAS METALICAS, INCLUSIVE PERDAS E UMA DEMAO DE PINTURA ANTIOXID. FORNECIMENTO E MONTAGEM	6	0,17%	100,00%	C				
	TOTAL:	3626							



TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO H
DECLARAÇÃO DE DISPONIBILIDADES

À
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI
COMISSÃO DE LICITAÇÕES
Rua Visconde de Sepetiba n.º 987, 8º andar – Centro.
Niterói – RJ

REF.: Pregão Eletrônico N.º * ___/___

OBJETO: “CONTRATAÇÃO, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, NAS UNIDADES QUE COMPÕEM O PARQUE PREDIAL DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS, PEÇAS E FERRAMENTAS”

Prezados Senhores,

A _____, inscrito(a) no CNPJ n.º _____, com sede a _____ por intermédio de seu representante legal o(a) _____, portador da carteira de identidade n.º _____ e do CPF n.º _____, Declara, formalmente junto à **FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI** sob as penas cabíveis da lei, com referência ao Pregão Eletrônico N.º * ___/___, de acordo com o que estabelece o parágrafo 6º do artigo 30 da Lei Federal nº 8.666/93, que dispomos de instalações, aparelhamento, canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto desta licitação, bem como os recursos disponibilizados por essa empresa.

Declara ainda, que todos os equipamentos ofertados, estarão livres e desembaraçados, **em bom estado** de conservação e perfeitas condições de uso.

Lei Federal nº 8.666/93 - § 6o As exigências mínimas relativas a instalações de canteiros, máquinas, equipamentos e pessoal técnico especializado, considerados essenciais para o cumprimento do objeto da licitação, serão atendidas mediante a apresentação de relação explícita e da declaração formal da sua disponibilidade, sob as penas cabíveis, vedada as exigências de propriedade e de localização prévia.

TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO I – MODELO DE ORDEM DE SERVIÇO

ORDEM DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO								
NOME DA EMPRESA AQUI		CNPJ DA EMPRESA AQUI		CONTATO DA EMPRESA		OSM Nº: XXXX		
DATA: __/__/__	TIPO DE MANUTENÇÃO:			() PREDITIVA	() CORRETIVA			
HORA: XX:XX				() PREVENTIVA	() CORRETIVA EMERGENCIAL			
UNIDADE:				PROFISSIONAL:				
SOLICITANTE:				MATRÍCULA:				
ENDEREÇO:				TEMPO ESTIMADO:				
INÍCIO DOS SERVIÇOS: __/__/__ às XX:XXh		FINALIZAÇÃO DOS SERVIÇOS: __/__/__ às XX:XXh						
OCORRÊNCIA: AQUI DEVE-SE DESCRER SUCINTAMENTE O MOTIVO DO CHAMADO DE MANUTENÇÃO (QUANDO EMERGENCIAL) OU O MOTIVO DE SE TER GERADO A OSM COMO POR EXEMPLO: TROCA DE DISJUNTORES DO QUADRO GERAL E TROCA DE PISO DE REVESTIMENTO CERÂMICO.								
DESCRIÇÃO DO SERVIÇO A SER REALIZADO: AQUI DEVE-SE DESCRER SUCINTAMENTE AS ETAPAS DOS SERVIÇOS A SEREM EXECUTADOS COMO POR EXEMPLO: RETIRADA DO DISJUNTOR DEFEITUOSO, INSTALAÇÃO DO NOVO DISJUNTOR, RETIRADA DO REVESTIMENTO DANIFICADO, RETIRADA DE ARGAMASSA EXISTENTE, EXECUÇÃO DE NOVO REVESTIMENTO CERÂMICO.								
MATERIAL EM ESTOQUE: () SIM () NÃO				EQUIPAMENTOS DISPONÍVEIS: () SIM () NÃO				
MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA O ATENDIMENTO: DESCRIÇÃO DOS MATERIAIS A SEREM UTILIZADOS NESSA MANUTENÇÃO COMO POR EXEMPLO: 1 DISJUNTOR UNIPOLAR 10 A, 2KG ARGAMASSA, 2 M2 PISO CERÂMICO.								
EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA ATENDIMENTO: DESCRIÇÃO SUCINTA DOS TIPOS DE EQUIPAMENTOS NECESSÁRIOS PARA REALIZAR A MANUTENÇÃO.								
ORÇAMENTO APROVADO PARA EXECUÇÃO DA ORDEM DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO								
BDI APLICADO: XX,XX%				DESCONTO APLICADO: XX,XX%				
ITEM	CÓDIGO	FONTE	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	UNIDADE	CUSTO UNIT. S/ BDI E DESC. (R\$)	CUSTO UNIT. C/ BDI E DESC. (R\$)	
01								
02								
03								
04								
05								
06								
07								
08								
09								
10								
11								
12								
13								
Assinatura com matrícula do funcionário da empresa contratada		Assinatura/Carimbo do responsável da Unidade Hospitalar		Assinatura/Carimbo do Fiscal/Gestor responsável da FMS				
AVALIAÇÃO DOS SERVIÇOS EXECUTADOS:				() EXCELENTE	() ÓTIMO	() BOM	() REGULAR	() PÉSSIMO
AVALIAÇÃO DO ATENDIMENTO DA EMPRESA:				() EXCELENTE	() ÓTIMO	() BOM	() REGULAR	() PÉSSIMO

TERMO DE REFERÊNCIA – ANEXO J – QUADRO DE CONTORLE DE HOMEM HORA

OBJETO: CONTRATAÇÃO, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO GLOBAL, DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA, NAS UNIDADES QUE COMPÕEM O PARQUE PREDIAL DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE, COM FORNECIMENTO DE MATERIAIS, MÃO DE OBRA, EQUIPAMENTOS, PEÇAS E FERRAMENTAS					
PLANILHA DE CONTROLE E MEDIÇÃO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA					
CONTRATADA: XXXX				PROCESSO N.º: XX/XXXX/XXXX	
ITEM	FAIXA DE UNIDADES (M2)	H/H POR UNIDADE ADMITIDA (H)	QUANTITATIVO DE EDIFICAÇÕES POR FAIXA	Xº MEDIÇÃO	
				DATA	XX/XX/XXXX
				PERÍODO	XX/XX À XX/XX/XXXX
				H/H GERAL PREVISTA	VALOR
1.					
1.1	EQUIPE DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA				
1.1.1	ATÉ 1000 M2	4	22	88	R\$ 13.488,64
1.1.2	1001 M2 - 2000 M2	6	5	30	R\$ 4.598,40
1.1.3	2001 M2 - 3000 M2	8	1	8	R\$ 1.226,24
1.1.4	3001 M2 - 4000 M2	10	3	30	R\$ 4.598,40
1.1.5	ACIMA 4000 M2	12	2	24	R\$ 3.678,72
	SOMA		33	180	R\$ 27.590,40
				SUBTOTAL:	R\$ 27.590,40
				BDI:	R\$ 4.966,27
				TOTAL GERAL MÊS:	R\$ 32.556,67

ANEXO 2
TERMO DE CONTRATO - SERVIÇOS
FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI

CONTRATAÇÃO, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NAS UNIDADES QUE COMPÕEM O PARQUE PREDIAL, que entre si celebram a FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI E A

_____.

A **FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI**, neste ato pelo, doravante denominado **CONTRATANTE**, representado neste ato pelo Presidente da Fundação de Saúde de Niterói, Rodrigo Alves Torres Oliveira, CPF: 026.087.017-01 e a empresa _____, situada na Rua _____ nº ____, Bairro _____, Cidade _____, inscrita no CNPJ/MF sob o nº _____, daqui por diante denominada **CONTRATADA**, representada neste ato por _____, cédula de identidade nº _____, domiciliado na Rua _____ nº ____, Cidade _____, resolvem celebrar a presente **CONTRATAÇÃO, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NAS UNIDADES QUE COMPÕEM O PARQUE PREDIAL DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE**, com fundamento no processo administrativo nº **9900020537/2023**, que se regerá pelas normas da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1.993, nos termos da MP nº 1.047, de 3 de maio de 2021, do instrumento convocatório, aplicando-se a este contrato suas disposições irrestrita e incondicionalmente, bem como pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO E DA FORMA DE FORNECIMENTO

O presente CONTRATO tem por objeto a **CONTRATAÇÃO, EM REGIME DE EMPREITADA POR PREÇO UNITÁRIO, DE EMPRESA ESPECIALIZADA, PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NAS UNIDADES QUE COMPÕEM O PARQUE PREDIAL DA FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE**, na forma do Termo de Referência e do instrumento convocatório.

PARÁGRAFO ÚNICO: A licitação será realizada de acordo com as regras específicas para o regime de execução de empreitada por preço unitário.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO PRAZO

O prazo de vigência do contrato será de 12 (doze) meses, contados a partir da assinatura do presente instrumento.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O prazo contratual poderá ser prorrogado, observando-se o limite previsto no art. 57, II, da Lei nº 8.666/93, desde que a proposta da CONTRATADA seja mais vantajosa para o CONTRATANTE.

CLÁUSULA TERCEIRA: DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

Constituem obrigações do **CONTRATANTE**:

- I-** Efetuar os pagamentos devidos à **CONTRATADA**, nas condições estabelecidas no contrato;
- II-** Fornecer à **CONTRATADA** documentos, informações e demais elementos que possuir e pertinentes à execução do contrato;
- III-** Exercer a fiscalização do contrato;
- IV-** Receber provisória e definitivamente o objeto do contrato, nas formas definidas no edital e no contrato.

CLÁUSULA QUARTA: DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

Constituem obrigações da **CONTRATADA**:

- I** - conduzir os serviços de acordo com as normas do serviço e as especificações técnicas e, ainda, com estrita observância do instrumento convocatório, do Termo de Referência, da Proposta de Preços e da legislação vigente;
- II** - prestar o serviço no endereço constante da Proposta Detalhe ou Termo Referência;
- III** - prover os serviços ora contratados, com pessoal adequado e capacitado em todos os níveis de trabalho;
- IV** - iniciar e concluir os serviços nos prazos estipulados;
- V** - comunicar ao Fiscal do contrato, por escrito e tão logo constatado problema ou a impossibilidade de execução de qualquer obrigação contratual, para a adoção das providências cabíveis;
- VI** - responder pelos serviços que executar, na forma do ato convocatório e da legislação aplicável;

CLÁUSULA QUINTA: DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas com a execução do presente contrato correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias, para o corrente exercício de _____, assim classificados:

NATUREZA DAS DESPESAS:

FONTE DE RECURSO:

PROGRAMA DE TRABALHO:

NOTA DE EMPENHO:

PARÁGRAFO ÚNICO – As despesas relativas aos exercícios subsequentes correrão por conta das dotações orçamentárias respectivas, devendo ser empenhadas no início de cada exercício.

CLÁUSULA SEXTA: VALOR DO CONTRATO

Dá-se a este contrato o valor total de R\$ _____ (_____).

CLÁUSULA SÉTIMA: DA EXECUÇÃO, DO RECEBIMENTO E DA FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

O contrato deverá ser executado fielmente, de acordo com as cláusulas avençadas, nos termos do instrumento convocatório, do Termo de Referência e da legislação vigente, respondendo o inadimplente pelas consequências da inexecução total ou parcial.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A execução do contrato será acompanhada e fiscalizada por uma comissão constituída de 2 (dois) membros designados pela Presidente da Fundação Municipal de Saúde, que serão: **FISCAL:** Julio Celio dos Santos di Renna, matrícula: 437.546-5, **FISCAL:** Elizabeth dos Santos Martins - Matrícula: 438.063-0 - Unidade: Núcleo de Engenharia e Arquitetura

PARÁGRAFO SEGUNDO - O objeto do contrato será recebido em tantas parcelas quantas forem ao do pagamento, na seguinte forma:

a) provisoriamente, após parecer circunstanciado da comissão a que se refere o parágrafo primeiro, que deverá ser elaborado no prazo de 10 dias após a entrega do serviço;

b) definitivamente, mediante parecer circunstanciado da comissão a que se refere o parágrafo primeiro, após decorrido o prazo de 10 dias, para observação e vistoria, que comprove o exato cumprimento das obrigações contratuais.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A comissão a que se refere o parágrafo primeiro, sob pena de responsabilidade administrativa, anotará em registro próprio as ocorrências relativas à execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados. No que exceder à sua competência, comunicará o fato à autoridade superior, em 10 (dez) dias, para ratificação.

PARÁGRAFO QUARTO – A CONTRATADA declara, antecipadamente, aceitar todas as condições, métodos e processos de inspeção, verificação e controle adotados pela fiscalização, obrigando-se a lhes fornecer todos os dados, elementos, explicações, esclarecimentos e comunicações de que este necessitar e que forem julgados necessários ao desempenho de suas atividades.

PARÁGRAFO QUINTO – A instituição e a atuação da fiscalização do serviço objeto do contrato não exclui ou atenua a responsabilidade da CONTRATADA, nem a exime de manter fiscalização própria.

PARÁGRAFO SEXTO – Na forma da Lei Federal nº 8.213, de 1991, se procederá à fiscalização do regime de cotas de que trata a alínea XVI, da cláusula quarta, realizando a verificação no local do cumprimento da obrigação assumida no contrato.

CLÁUSULA OITAVA: DA RESPONSABILIDADE

A CONTRATADA é responsável por danos causados ao CONTRATANTE ou a terceiros, decorrentes de culpa ou dolo na execução do contrato, não excluída ou reduzida essa responsabilidade pela presença de fiscalização ou pelo acompanhamento da execução por órgão da Administração.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A CONTRATADA é responsável por encargos trabalhistas, inclusive decorrentes de acordos, dissídios e convenções coletivas, previdenciários, fiscais e comerciais oriundos da execução do contrato, podendo o CONTRATANTE, a qualquer tempo, exigir a comprovação do cumprimento de tais encargos, como condição do pagamento dos créditos da CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A CONTRATADA será obrigada a apresentar, mensalmente, em relação aos empregados vinculados ao contrato, prova de que:

a) está pagando as verbas salariais, incluídas as horas extras devidas e outras verbas que, em razão da percepção com habitualidade, devam integrar os salários; ou a repartição das cotas ou retiradas, em se tratando de cooperativas, até o quinto dia útil de cada mês seguinte ao vencimento ou na forma estabelecida no Estatuto, no último caso;

b) está em dia com o vale-transporte e o auxílio-alimentação;

c) anotou as Carteiras de Trabalho e Previdência Social; e

d) encontra-se em dia com os recolhimentos dos tributos, contribuições e encargos.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A CONTRATADA será obrigada a reapresentar a Certidão Conjunta Negativa de Débitos relativos a Tributos Federais e à Dívida Ativa da União, ou Certidão Conjunta Positiva com efeito negativo, expedida pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), que abrange, inclusive, as contribuições sociais previstas nas alíneas a a d, do parágrafo único, do art. 11, da Lei nº 8.212, de 1991, da comprovação de

regularidade fiscal em relação aos tributos incidentes sobre a atividade objeto deste contrato e do Certificado de Regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), assim como a Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT), sempre que expirados os respectivos prazos de validade.

PARÁGRAFO QUARTO – A ausência da apresentação dos documentos mencionados nos PARÁGRAFOS SEGUNDO e TERCEIRO ensejará a imediata expedição de notificação à CONTRATADA, assinalando o prazo de 10 (dez) dias para a cabal demonstração do cumprimento das obrigações trabalhistas e previdenciárias e para a apresentação de defesa, no mesmo prazo, para eventual aplicação da penalidade de advertência, na hipótese de descumprimento total ou parcial destas obrigações no prazo assinalado.

PARÁGRAFO QUINTO – Permanecendo a inadimplência total ou parcial o contrato será rescindido.

PARÁGRAFO SEXTO – No caso do parágrafo quinto, será expedida notificação à CONTRATADA para apresentar prévia defesa, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, para dar início ao procedimento de rescisão contratual e de aplicação da penalidade de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, pelo prazo de 1 (um) ano.

CLÁUSULA NONA: CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

O CONTRATANTE deverá pagar à CONTRATADA o valor total de R\$ _____ (_____), em ____ (____) parcelas, no valor de R\$ _____ (_____), cada uma delas, sendo efetuadas mensal, sucessiva e diretamente na conta corrente nº _____, agência _____, de titularidade da CONTRATADA, junto à instituição financeira contratada pelo Município.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - No caso de a CONTRATADA estar estabelecida em localidade que não possua agência da instituição financeira contratada pelo Município ou caso verificada pelo CONTRATANTE a impossibilidade de a CONTRATADA, em razão de negativa expressa da instituição financeira contratada pelo Município, abrir ou manter conta corrente naquela instituição financeira, o pagamento poderá ser feito mediante crédito em conta corrente de outra instituição financeira. Nesse caso, eventuais ônus financeiros e/ou contratuais adicionais serão suportados exclusivamente pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO SEGUNDO - O pagamento somente será autorizado após a declaração de recebimento da execução do objeto, mediante atestação.

PARÁGRAFO TERCEIRO – A CONTRATADA deverá encaminhar a fatura para pagamento à FMS, sito à Rua Visconde de Sepetiba, nº 987, 8º andar, centro - Niterói, acompanhada de comprovante de recolhimento mensal do FGTS e INSS, bem como comprovante de atendimento aos encargos previstos no parágrafo segundo da cláusula oitava, todos relativos à mão de obra empregada no contrato.

PARÁGRAFO QUARTO – Satisfeitas as obrigações previstas nos parágrafos segundo e terceiro, o prazo para pagamento será realizado no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data final do período de adimplemento de cada parcela.

PARÁGRAFO QUINTO - Considera-se adimplemento o cumprimento da prestação com a entrega do objeto, devidamente atestada pelo(s) agente(s) competente(s).

PARÁGRAFO SEXTO - Caso se faça necessária a reapresentação de qualquer fatura por culpa da contratada, o prazo de 30 (trinta) dias ficará suspenso, prosseguindo a sua contagem a partir da data da respectiva reapresentação.

PARÁGRAFO SÉTIMO - Os pagamentos eventualmente realizados com atraso, desde que não decorram de ato ou fato atribuível à CONTRATADA, sofrerão a incidência de atualização financeira pelo Custo Unitário Básico da Construção Civil (CUB) e juros moratórios de 0,5% ao mês, calculado *pro rata die*, e aqueles pagos em prazo inferior ao estabelecido neste edital serão feitos mediante desconto de 0,5% ao mês *pro rata die*.

PARÁGRAFO OITAVO - As partes convencionam que o prazo decadencial para o Contratado solicitar o pagamento do reajuste contratual, que deverá ser protocolizado na Unidade Protocoladora do órgão contratante, é de 60 (sessenta) dias, contados da publicação do índice ajustado contratualmente, sob pena de decair o seu respectivo direito de crédito, nos termos do art. 211, do Código Civil.

PARÁGRAFO NONO - Na forma da Lei Federal nº 8.213/91, de 1991, caso a contratada não esteja aplicando o regime de cotas de que trata a alínea XVI, da cláusula quarta, suspender-se-á o pagamento devido, até que seja sanada a irregularidade apontada pelo órgão de fiscalização do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA: DA GARANTIA

A CONTRATADA deverá apresentar à CONTRATANTE, no prazo máximo de 72 (setenta e duas) horas, contado da data da assinatura deste instrumento, comprovante de prestação de garantia da ordem de 1% (um por cento) do valor do contrato, a ser prestada em qualquer modalidade prevista pelo § 1º, art. 56 da Lei n.º 8.666/93, a ser restituída após sua execução satisfatória. A garantia deverá contemplar a cobertura para os seguintes eventos:

- a) prejuízos advindos do não cumprimento do contrato;
- b) multas punitivas aplicadas pela fiscalização à contratada;
- c) prejuízos diretos causados à CONTRATANTE decorrentes de culpa ou dolo durante a execução do contrato;
- d) obrigações previdenciárias e trabalhistas não honradas pela CONTRATADA.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – A garantia prestada não poderá se vincular a outras contratações, salvo após sua liberação.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Caso o valor do contrato seja alterado, de acordo com o art. 65 da Lei Federal n.º 8.666/93, a garantia deverá ser complementada, no prazo de 72 (setenta e duas) horas, para que seja mantido o percentual de 1% (um) do valor do Contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Nos casos em que valores de multa venham a ser descontados da garantia, seu valor original será recomposto no prazo de 72 (setenta e duas) horas, sob pena de rescisão administrativa do contrato.

PARÁGRAFO QUARTO – O levantamento da garantia contratual por parte da CONTRATADA, respeitadas as disposições legais, dependerá de requerimento da interessada, acompanhado do documento de recibo correspondente.

PARÁGRAFO QUINTO – Para a liberação da garantia, deverá ser demonstrado o cumprimento das obrigações sociais e trabalhistas relativas à mão de obra empregada no contrato.

PARÁGRAFO SEXTO – O CONTRATANTE poderá reter a garantia prestada, pelo prazo de até 03 (três) meses após o encerramento da vigência do contrato, liberando-a mediante a comprovação, pela CONTRATADA, do pagamento das verbas rescisórias devidas aos empregados vinculados ao contrato ou do reaproveitamento dos empregados em outra atividade da CONTRATADA.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DA ALTERAÇÃO DO CONTRATO

O presente contrato poderá ser alterado, com as devidas justificativas, desde que por força de circunstância superveniente, nas hipóteses previstas no artigo 65, da Lei n.º 8.666/93, mediante termo aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DA RESCISÃO

O presente contrato poderá ser rescindido por ato unilateral do CONTRATANTE, pela inexecução total ou parcial do disposto na cláusula quarta ou das demais cláusulas e condições, nos termos dos artigos 77 e 80 da Lei n.º 8.666/93, sem que caiba à CONTRATADA direito a indenizações de qualquer espécie.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – Os casos de rescisão contratual serão formalmente motivados nos autos do processo administrativo, assegurado a CONTRATADA o direito ao contraditório e a prévia e ampla defesa.

PARÁGRAFO SEGUNDO – A declaração de rescisão deste contrato, independentemente da prévia notificação judicial ou extrajudicial, operará seus efeitos a partir da publicação no veículo de publicação dos atos oficiais do Município.

PARÁGRAFO TERCEIRO – Na hipótese de rescisão administrativa, além das demais sanções cabíveis, a CONTRATANTE poderá: a) reter, a título de compensação, os créditos devidos à contratada e cobrar as importâncias por ela recebidas indevidamente; b) cobrar da contratada multa de 10% (dez por cento), calculada sobre o saldo reajustado dos serviços não-executados e; c) cobrar indenização suplementar se o prejuízo for superior ao da multa.

PARÁGRAFO QUARTO – Comprovada a prática de ato lesivo à Administração Pública nos termos do art. 5º da Lei 12.846/13, por meio de decisão judicial transitada em julgado ou processo administrativo no âmbito da Administração Pública Direta ou Indireta de Niterói, o instrumento poderá ser rescindido sem prejuízo da aplicação da multa.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS.

PARÁGRAFO PRIMEIRO - A inexecução dos serviços, total ou parcial, a execução imperfeita, a mora na execução ou qualquer inadimplemento ou infração contratual, sujeitará o contratado, sem prejuízo da responsabilidade civil ou criminal que couber, às seguintes penalidades, que deverá(ão) ser graduada(s) de acordo com a gravidade da infração:

- a) advertência;
- b) multa administrativa;
- c) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública;
- d) declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública.
- e) Descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até 5 (cinco) anos.

PARÁGRAFO SEGUNDO - Quando a penalidade envolver prazo ou valor, a natureza e a gravidade da falta cometida também deverão ser considerados para a sua fixação.

PARÁGRAFO TERCEIRO - A imposição das penalidades é de competência exclusiva do órgão licitante, devendo ser aplicada pela autoridade competente, na forma abaixo descrita:

- a) a advertência e a multa, previstas nas alíneas a e b, do parágrafo primeiro, serão impostas pelo Ordenador de Despesa.
- b) a suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do parágrafo primeiro, será imposta pelo próprio Secretário Municipal ou pelo Ordenador de Despesa, devendo, neste caso, a decisão ser submetida à apreciação do próprio Secretário Municipal.
- c) a aplicação da sanção prevista na alínea d, do parágrafo primeiro, é de competência exclusiva do Secretário Municipal.

PARÁGRAFO QUARTO - A multa administrativa, prevista na alínea b, do parágrafo primeiro:

- a) corresponderá ao valor de até 5% (cinco por cento) sobre o valor do Contrato, aplicada de acordo com a gravidade da infração e proporcionalmente às parcelas não executadas;
- b) poderá ser aplicada cumulativamente a qualquer outra;

- c) não tem caráter compensatório e seu pagamento não exime a responsabilidade por perdas e danos das infrações cometidas;
- d) deverá ser graduada conforme a gravidade da infração;
- e) nas reincidências específicas, deverá corresponder ao dobro do valor da que tiver sido inicialmente imposta, observando-se sempre o limite de 20% (vinte por cento) do valor do contrato ou do empenho.

PARÁGRAFO QUINTO - Dentre outras hipóteses, a pena de advertência será aplicada à CONTRATADA quando não apresentada a documentação exigida no parágrafo terceiro da cláusula oitava, no prazo de 10 (dez) dias da sua exigência, o que configura a mora.

PARÁGRAFO SEXTO - A suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração Pública, prevista na alínea c, do Parágrafo Primeiro:

- a) não poderá ser aplicada em prazo superior a 2 (dois) anos;
- b) sem prejuízo de outras hipóteses, deverá ser aplicada quando o adjudicatário faltoso, sancionado com multa, não realizar o depósito do respectivo valor, no prazo devido;
- c) será aplicada, pelo prazo de 1 (um) ano, conjuntamente à rescisão contratual, no caso de descumprimento total ou parcial do objeto, configurando inadimplemento, na forma prevista no parágrafo sexto, da cláusula oitava.

PARÁGRAFO SÉTIMO - A declaração de inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública, prevista na alínea d, do parágrafo primeiro, perdurará pelo tempo em que os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração Pública pelos prejuízos causados.

PARÁGRAFO OITAVO - A reabilitação referida pelo parágrafo sétimo poderá ser requerida após 2 (dois) anos de sua aplicação.

PARÁGRAFO NONO - O atraso injustificado no cumprimento das obrigações contratuais sujeitará a CONTRATADA à multa de mora de 1% (um por cento) por dia útil que exceder o prazo estipulado, a incidir sobre o valor do contrato, da nota de empenho ou do saldo não atendido, respeitado o limite do art. 412 do Código Civil, sem prejuízo da possibilidade de rescisão unilateral do contrato pelo CONTRATANTE ou da aplicação das sanções administrativas.

PARÁGRAFO DÉCIMO - Se o valor das multas previstas na alínea b, do parágrafo primeiro, e no parágrafo nono, aplicadas cumulativamente ou de forma independente, forem superiores ao valor da garantia prestada, além da perda desta, responderá o infrator pela sua diferença, que será descontada dos pagamentos eventualmente devidos pela Administração ou cobrada judicialmente.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO - A aplicação de sanção não exclui a possibilidade de rescisão administrativa do Contrato, garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO - A aplicação de qualquer sanção será antecedida de intimação do interessado que indicará a infração cometida, os fatos e os fundamentos legais pertinentes para a aplicação da penalidade, assim como a penalidade que se pretende imputar e o respectivo prazo e/ou valor, se for o caso.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO - Ao interessado será garantido o contraditório e a defesa prévia.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO - A intimação do interessado deverá indicar o prazo e o local para a apresentação da defesa.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO - A defesa prévia do interessado será exercida no prazo de 5 (cinco) dias úteis, no caso de aplicação das penalidades previstas nas alíneas a, b e c, do parágrafo primeiro, e no prazo de 10 (dez) dias, no caso da alínea d.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO - Será emitida decisão conclusiva sobre a aplicação ou não da sanção, pela autoridade competente, devendo ser apresentada a devida motivação, com a demonstração dos fatos e dos respectivos fundamentos jurídicos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SÉTIMO - Os licitantes, adjudicatários e contratados ficarão impedidos de contratar com a Administração Pública do Município de Niterói, enquanto perdurarem os efeitos das sanções de:

- a) suspensão temporária da participação em licitação e impedimento de contratar imposta pelo Município de Niterói, suas Autarquias ou Fundações (art. 87, III da Lei nº 8.666/93);
- b) impedimento de licitar e contratar imposta pelo Município de Niterói, suas Autarquias ou Fundações (art. 7º da Lei nº 10.520/02);
- c) declaração de inidoneidade para licitar e contratar imposta por qualquer Ente ou Entidade da Administração Federal, Estadual, Distrital e Municipal (art. 87, IV da Lei nº 8.666/93);

PARÁGRAFO DÉCIMO OITAVO - As penalidades serão registradas pelo CONTRATANTE na Secretaria de Administração.

PARÁGRAFO DÉCIMO NONO - Após o registro mencionado no parágrafo acima, deverá ser remetido o extrato de publicação no veículo de publicação dos atos oficiais do Município do ato de aplicação das penalidades citadas nas alíneas c e d do parágrafo primeiro, de modo a possibilitar a formalização da extensão dos seus efeitos para todos os órgãos e entidades da Administração Pública do Município de Niterói.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO - Comprovada a prática de ato lesivo à Administração Pública nos termos do art. 5º da Lei 12.846/13, por meio de decisão judicial transitada em julgado ou processo administrativo no âmbito da Administração Pública Direta ou Indireta de Niterói, o presente contrato poderá ser rescindido sem prejuízo da aplicação da multa.

PARÁGRAFO VIGÉSIMO PRIMEIRO - As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA DO RECURSO AO JUDICIÁRIO

As importâncias decorrentes de quaisquer penalidades impostas à **CONTRATADA**, inclusive as perdas e danos ou prejuízos que a execução do contrato tenha acarretado, quando superiores à garantia prestada ou aos créditos que a **CONTRATADA** tenha em face da **CONTRATANTE**, que não comportarem cobrança amigável, serão cobrados judicialmente.

PARÁGRAFO ÚNICO – Caso o **CONTRATANTE** tenha de recorrer ou comparecer a juízo para haver o que lhe for devido, a **CONTRATADA** ficará sujeita ao pagamento, além do principal do débito, da pena convencional de 10% (dez por cento) sobre o valor do litígio, dos juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, despesas de processo e honorários de advogado, estes fixados, desde logo, em 20% (vinte por cento) sobre o valor em litígio.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA: DA CESSÃO OU TRANSFERÊNCIA

O presente contrato não poderá ser objeto de subcontratação, cessão ou transferência no todo ou em parte, a não ser com prévio e expreso consentimento do **CONTRATANTE** e sempre mediante instrumento próprio, devidamente motivado, a ser publicado no veículo de publicação dos atos oficiais do Município.

PARÁGRAFO PRIMEIRO – O cessionário ficará sub-rogado em todos os direitos e obrigações do cedente e deverá atender a todos os requisitos de habilitação estabelecidos no instrumento convocatório e legislação específica.

PARÁGRAFO SEGUNDO – Mediante despacho específico e devidamente motivado, poderá a Administração consentir na cessão do contrato, desde que esta convenha ao interesse público e o cessionário atenda às exigências previstas no edital da licitação, nos seguintes casos:

I- quando ocorrerem os motivos de rescisão contratual previstos em lei;

II- Quando tiver sido dispensada a licitação ou esta houver sido realizada pelas modalidades de convite ou tomada de preços.

PARÁGRAFO TERCEIRO - Em qualquer caso, o consentimento na cessão não importa na quitação, exoneração ou redução da responsabilidade, da cedente-**CONTRATADA** perante a **CONTRATANTE**.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA: EXCEÇÃO DE INADIMPLEMENTO

Constitui cláusula essencial do presente contrato, de observância obrigatória por parte da **CONTRATADA**, a impossibilidade, perante o **CONTRATANTE**, de opor, administrativamente, exceção de inadimplemento, como fundamento para a interrupção unilateral do serviço.

PARÁGRAFO ÚNICO – É vedada a suspensão do contrato a que se refere o art. 78, XV, da Lei nº 8.666/93, pela **CONTRATADA**, sem a prévia autorização judicial.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA: CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO

A **CONTRATADA** se obriga a manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações por ele assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA: DA PUBLICAÇÃO E CONTROLE DO CONTRATO

Após a assinatura do contrato deverá seu extrato ser publicado, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, no veículo de publicação dos atos oficiais do Município, correndo os encargos por conta do **CONTRATANTE**, devendo ser encaminhada ao Tribunal de Contas do Estado, para conhecimento, cópia autenticada do contrato, na forma e no prazo determinado por este.

PARÁGRAFO ÚNICO – O extrato da publicação deve conter a identificação do instrumento, partes, objeto, prazo, valor, número do empenho e fundamento do ato.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA: DISPOSIÇÕES ANTISSUBORNO E ANTICORRUPÇÃO

As partes declaram conhecer as normas de prevenção à corrupção previstas na legislação brasileira, dentre elas, a Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992) e a Lei nº 12.846/2013 e seus regulamentos, assim como todas as convenções e tratados internacionais anticorrupção dos quais o Brasil é signatário, denominadas em conjunto “Leis Anticorrupção”, e se comprometem a observá-las fielmente, por si e seus prepostos, sócios, administradores e colaboradores, bem como exigir o seu cumprimento pelos terceiros por elas contratados.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As partes obrigam-se a comunicar uma à outra, assim que tiver conhecimento, sobre qualquer atividade ou prática que suspeite ou efetivamente constitua um indício ou uma infração aos termos das Leis Anticorrupção e/ou Política Antissuborno e Corrupção.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A **CONTRATADA** desde já se obriga a, no exercício dos direitos e obrigações previstos neste Contrato e no cumprimento de qualquer uma de suas disposições: (I) não dar, oferecer ou prometer qualquer bem de valor ou vantagem de qualquer natureza a agentes públicos ou a pessoas a eles relacionadas ou ainda quaisquer outras pessoas, empresas e/ou entidades privadas, com o objetivo de obter vantagem indevida, influenciar ato ou decisão ou direcionar negócios ilicitamente e (II) adotar as melhores práticas de monitoramento e verificação do cumprimento das leis anticorrupção, com o

objetivo de prevenir atos de corrupção, fraude, práticas ilícitas ou lavagem de dinheiro por seus sócios, administradores, colaboradores e/ou terceiros por elas contratados.

PARÁGRAFO TERCEIRO: No tocante às licitações e contratos licitatórios, as partes declaram que: (i) não frustraram, fraudaram, impediram, perturbaram, frustraram, fraudaram, impedirão ou perturbarão o caráter competitivo e a realização de qualquer ato de procedimento licitatório público, licitação pública ou contrato dela decorrente; (ii) não afastaram ou afastarão, procuraram ou procurarão afastar licitante, por meio de fraude ou oferecimento de vantagem de qualquer tipo; (iii) não criaram ou criarão de modo fraudulento ou irregular, pessoa jurídica para participar de licitações públicas ou celebrar contratos administrativos; (iv) não obtiveram ou obterão vantagem ou benefício indevido, de modo fraudulento, de modificações ou prorrogações de contratos celebrados com a administração pública, sem autorização em lei, no ato convocatório da licitação pública ou nos respectivos instrumentos contratuais; e (v) não manipularam, fraudaram, manipularão ou fraudarão o equilíbrio econômico financeiro dos contratos celebrados com a administração pública.

PARÁGRAFO QUARTO: Qualquer descumprimento das regras da Lei Anticorrupção e suas regulamentações, por parte da CONTRATANTE e/ou da CONTRATADA ocorridas no contexto e com ligação ao presente contrato, devidamente apurado em sede de processo administrativo específico e/ou com decisão judicial condenatória em segunda instância, será considerado uma infração grave a este contrato e conferirá à parte inocente o direito de rescindir imediatamente o presente contrato, além da aplicação das sanções administrativas porventura cabíveis, bem como o ajuizamento de ação com vistas à responsabilização na esfera judicial, nos termos dos artigos 18 e 19 da Lei nº 12.846/2013.

CLÁUSULA VIGÉSIMA: POLÍTICA DE PRIVACIDADE E PROTEÇÃO DE DADOS

Em cumprimento à Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD (com redação dada pela Lei nº 13.709/2018), as partes se obrigam a respeitar a privacidade uma da outra, comprometendo-se a proteger e manter em sigilo todos os dados pessoais fornecidos uma da outra, em função deste contrato, salvo os casos em que sejam obrigadas, por autoridades públicas, a revelarem tais informações a terceiros.

PARÁGRAFO ÚNICO: Nos termos do art. 7º, V, da LGPD, a CONTRATADA está autorizada a realizar o tratamento de dados pessoais do CONTRATANTE e, com base no art. 10º, II da LGPD, que trata de legítimo interesse do cliente, poderá armazenar, acessar, avaliar, modificar, transferir e comunicar, sob qualquer forma, todas e quaisquer informações relativas ao objeto desta contratação, onde, referido tratamento de dados será realizado unicamente em razão da prestação de serviços.

CLÁUSULA VIGESIMA PRIMEIRA: DO FORO DE ELEIÇÃO

Fica eleito o Foro da Cidade de Niterói, para dirimir qualquer litígio decorrente do presente contrato que não possa ser resolvido por meio amigável, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

E, por estarem assim acordes em todas as condições e cláusulas estabelecidas neste contrato, firmam as partes o presente instrumento em 5 (cinco) vias de igual forma e teor, depois de lido e achado conforme, em presença de testemunhas abaixo firmadas.

Niterói, em ____ de ____ de ____.

ANAMARIA CARVALHO SCHNEIDER
Presidente da FMS - Secretária Municipal de Saúde

CONTRATADA
IDENTIFICAÇÃO DO REPRESENTANTE

TESTEMUNHA

TESTEMUNHA

**ANEXO 3
PLANILHAS DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS**

	Nº Processo	
	Licitação Nº	

Dia ___/___/___ às ___:___ horas

Discriminação dos Serviços (dados referentes à contratação)

A	Data de apresentação da proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	
C	Ano Acordo, Convenção ou Sentença Normativa em Dissídio Coletivo	
D	Nº de meses de execução contratual	

IDENTIFICAÇÃO DO SERVIÇO

Tipo de Serviço: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA NAS UNIDADES QUE COMPÕEM A FUNDAÇÃO MUNICIPAL DE SAÚDE DE NITERÓI (FMS), INCLUINDO O FORNECIMENTO DE MÃO DE OBRA E MATERIAIS

DADOS COMPLEMENTARES PARA COMPOSIÇÃO DOS CUSTOS REFERENTE À MÃO DE OBRA	
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com características distintas)
2	Salário Normativo da Categoria Profissional
3	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)
4	Data base da categoria (dia/mês/ano)

Nota: Deverá ser elaborado um quadro para cada tipo de serviço.

MÓDULO 1 : COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO

1	COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO	VALOR (R\$)
A	Salário Base	
B	Adicional de periculosidade	
C	Adicional de insalubridade	
D	Adicional noturno	
E	Hora noturna adicional	
F	Adicional de Hora Extra	
G	Intervalo Intra jornada	
H	Outros (especificar)	

	Total da Remuneração	
--	----------------------	--

MÓDULO 2: BENEFÍCIOS MENS AIS E DIÁRIOS

2	BENEFÍCIOS MENS AIS E DIÁRIOS	VALOR (R\$)
A	Transporte	
B	Auxílio alimentação (Vales, cesta básica etc.)	
C	Assistência médica e familiar	
D	Auxílio creche	
E	Seguro de vida, invalidez e funeral	
F	Outros (especificar)	
	Total de Benefícios mensais e diários	

Nota: O valor informado deverá ser o custo real do insumo (descontado o valor eventualmente pago pelo empregado).

MÓDULO 3: INSUMOS DIVERSOS

3	INSUMOS DIVERSOS	VALOR (R\$)
A	Uniformes	
B	Materiais	
C	Equipamentos	
D	Outros (especificar)	
	Total de Insumos diversos	

Nota: Valores mensais por empregado.

MÓDULO 4: ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

Submódulo 4.1 - Encargos previdenciários e FGTS

4.1	ENCARGOS PREVIDENCIÁRIOS E FGTS	%	VALOR (R\$)
A	INSS		
B	SESI ou SESC		
C	SENAI ou SENAC		
D	INCRA		
E	Salário Educação		
F	FGTS		
G	Seguro acidente do trabalho		
H	SEBRAE		
TOTAL			

Nota 1 - Os percentuais dos encargos previdenciários e FGTS são aqueles estabelecidos pela legislação vigente.

Nota 2 - Percentuais incidentes sobre a remuneração.

Submódulo 4.2 - 13º Salário e Adicional de Férias

4.2	13º SALÁRIO E ADICIONAL DE FÉRIAS	VALOR (R\$)
A	13º Salário	
B	Adicional de Férias	
Subtotal		
C	Incidência do Submódulo 4.1 sobre 13º Salário e Adicional de Férias	
TOTAL		

Submódulo 4.3 - Afastamento Maternidade

4.3	AFASTAMENTO MATERNIDADE	VALOR (R\$)
A	Afastamento maternidade	
B	Incidência do submódulo 4.1 sobre afastamento maternidade	
TOTAL		

Submódulo 4.4 - Provisão para Rescisão

4.4	PROVISÃO PARA RESCISÃO	VALOR (R\$)
A	Aviso prévio indenizado	
B	Incidência do submódulo 4.1 sobre aviso prévio indenizado	
C	Multa do FGTS do aviso prévio indenizado	
D	Aviso prévio trabalhado	
E	Incidência do submódulo 4.1 sobre aviso prévio trabalhado	
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado	
TOTAL		

Submódulo 4.5 - Custo de Reposição do Profissional Ausente

4.5	COMPOSIÇÃO DO CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE	VALOR (R\$)
A	Férias	
B	Ausência por doença	
C	Licença paternidade	
D	Ausências legais	
E	Ausência por Acidente de trabalho	
F	Outros (especificar)	
Subtotal		

G	Incidência do submódulo 4.1 sobre o Custo de reposição	
TOTAL		

MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS

4	MÓDULO 4 - ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTAS	VALOR (R\$)
4.1	13º salário + Adicional de férias	
4.2	Encargos previdenciários e FGTS	
4.3	Afastamento maternidade	
4.4	Custo de rescisão	
4.5	Custo de reposição do profissional ausente	
4.6	Outros (especificar)	
TOTAL		

MÓDULO 5 - CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO

5	CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO	%	VALOR (R\$)
A	13º salário + Adicional de férias		
B	Tributos		
	B1. Tributos Federais (especificar)		
4.4	B2. Tributos Estaduais (especificar)		
4.5	B3. Tributos Municipais (especificar)		
	B4. Outros tributos (especificar)		
C	Lucro		
TOTAL			

Nota 1 – Custos indiretos, tributos e lucro por empregado.

Nota 2 – O valor referente a tributos é obtido aplicando-se o percentual sobre o valor do faturamento.

Quadro-resumo - CUSTO POR EMPREGADO

MÃO-DE-OBRA VINCULADA À EXECUÇÃO CONTRATUAL (VALOR POR EMPREGADO)		(R\$)
A	Módulo 1 - Composição da Remuneração	
B	Módulo 2 - Benefícios Mensais e Diários	
C	Módulo 3 - Insumos Diversos (uniformes, materiais, equipamentos e outros)	
D	Módulo 4 - Encargos Sociais e Trabalhistas	
Subtotal (A + B + C + D)		
E	Módulo 5 - Custos indiretos, tributos e lucro	
Valor total por empregado		

Quadro-resumo - VALOR GLOBAL DA PROPOSTA

VALOR GLOBAL DA PROPOSTA		
Denominação/descrição	Valor mensal do serviço	Valor total do serviço
1		
2		
3		

Observações:

1. A empresa vencedora deverá encaminhar sua planilha de acordo com o lance ofertado.
2. A composição da Planilha dependerá da Legislação Vigente e da base estatística e realidade operacional da empresa.
3. A empresa deverá preencher, inclusive, a memória de cálculo utilizada.
4. O salário não poderá ser inferior ao valor normativo ou, em falta deste, do Salário Mínimo Nacional.
5. A inclusão destes itens dependerá das peculiaridades de cada contrato e do Acordo, Convenção ou Dissídio Coletivo de Trabalho.
6. Caso a empresa vencedora adote outro regime de tributação, deverá adequar seus índices, mesmo que o lance final esteja abaixo do valor estimado.

ANEXO 4

MODELO DECLARAÇÃO DE NÃO CONTRIBUINTE DO ISS E TAXAS

_____ (nome da empresa), CNPJ _____ (número de inscrição), sediada no
_____ (endereço completo), declara, sob as penas do art.86
da Lei nº8.666/93, que não é contribuinte de ISS e Taxas do Município de Niterói.

_____ (Local) ____ de _____ de 20____.

(Nome e Assinatura do representante legal)